

Almanaque de Segurança Alimentar da UE



INFORMAÇÃO

2017



Bundesinstitut für Risikobewertung

Por favor, abra esta página



Aviso Legal

4ª edição, revista e atualizada, do Almanaque de Segurança Alimentar da UE, 2017
Publicado por: Instituto Federal Alemão de Avaliação de Riscos (BfR), Berlin, Alemanha,
www.bfr.bund.de/en

Editores: Dr. Lea Herges, Dipl.-Ing. Susanne Kaus, PD Dr. Gaby-Fleur Bôl, Dr. Nicole Gollnick
Grafismo: www.kaisermatthies.com

Tipografia: www.tangram.de

Impressão: www.arnoldgroup.de

Tradução: Philingua Traduções, Portuguese EFSA Focal Point

Nº de cópias impressas: 1.000

As informações fornecidas neste folheto foram compiladas com o amável apoio da Rede de Pontos Focais da Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA). Os conteúdos deste documento estão sujeitos a mudanças constantes e refletem, na melhor das hipóteses, o contexto existente no verão de 2016. A informação de perfil dos países tem por base os dados fornecidos pelos mesmos, sendo cada um responsável pelo seu conteúdo.

O Almanaque de Segurança Alimentar da UE está disponível online ou em versão impressa nos idiomas Alemão, Inglês, Francês, Português, Espanhol e Chinês, em: http://www.bfr.bund.de/en/publication/eu_almanac-92693.html

Esta versão é uma tradução do texto em inglês original sendo a única versão juridicamente vinculativa.

Reimpressão possibilitada com permissão do editor.

ISBN 978-3-943963-59-5

ISSN 2567-0379 (Impressão)

ISSN 2567-0387 (Online)

Perfis dos países – como ler o Almanaque da UE

O perfil de cada país disponibiliza uma visão geral, disposta em três páginas, das instituições públicas na área da segurança alimentar e dos alimentos para animais.

Diagrama das instituições nacionais: cada capítulo começa com um diagrama simplificado que descreve as estruturas e hierarquias organizacionais. As principais instituições de cada país são indicadas em formato de acrónimo. A lista de abreviaturas (Capítulo 7) contém os nomes completos de todas as instituições listadas no Almanaque (em inglês e no idioma de cada país). As instituições a nível central/nacional estão representadas em caixas de cor azul; as instituições regionais/locais em caixas de cor turquesa.



Base legal: breve descrição das bases legais nacionais na área da segurança alimentar e dos alimentos para animais no início do capítulo.

Instituições a nível central (representadas em caixas de cor azul): as tarefas e as atividades de cada instituição estão descritas numa secção independente para cada uma delas. A caixa de cor azul no início de cada secção contém o acrónimo e o nome completo da instituição. A caixa de cor cinza apresenta as principais tarefas na área de segurança alimentar e alimentos para animais, seguida pela cidade onde a instituição está localizada e o respetivo website.

BfR
Instituto Federal Alemão de Avaliação de Riscos

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Ponto Focal da EFSA
- ▶ Investigação

Sede: Berlim
<http://www.bfr.bund.de/en>

Responsabilidade: são utilizados dez pictogramas para ilustrar as áreas de responsabilidade de cada instituição.

	Produtos fitofarmacêuticos ou Pesticidas		Água potável		Engenharia genética		Contaminante
	Alimentação para animais		Suplementos alimentares		Resíduos de produtos veterinários medicinais		
	Água mineral		Novo alimento		Zoonose		

Nível regional e local: as instituições a nível regional e local são descritas numa secção independente. Estão destacadas através de caixas de cor turquesa.

Níveis regional e local

A Alemanha divide-se em 16 estados federais, com grandes diferenças individuais no que diz respeito à dimensão de cada estado (entre aproximadamente 1 (um) e ...

Rede EFSA: o Artigo 36 do Regulamento (CE) nº 178/2002, que estabelece a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA), define que as instituições que operam sob a tutela da EFSA deverão formar uma rede. As instituições que se enquadram nesta categoria estão listadas sob o título “Instituições abrangidas pela rede EFSA” e são representadas por uma caixa de cor amarela.

Instituições abrangidas pela rede EFSA conforme o artigo 36, Regulamento (CE) nº 178/2002

1. German Federal Institute for Risk Assessment (Bundesinstitut für Risikobewertung – BfR) (EFSA Focal Point)
2. Federal Agency for Nature Conservation (Bundesamt für Naturschutz – BfN)

As instituições abrangidas pela Rede EFSA, conforme o Artigo 36 do Regulamento (CE) nº 178/2002 aparecem listadas no final do perfil de cada país e estão sujeitas a alteração. Pode ser encontrada uma lista atualizada dessas instituições na Internet, na seguinte morada: <https://www.efsa.europa.eu/sites/default/files/assets/art36listg.pdf>

Almanaque de Segurança Alimentar da UE

Bundesinstitut für Risikobewertung (BfR)
Instituto Federal Alemão de Avaliação de Riscos

Dr. Lea Herges, Dipl.-Ing. Susanne Kaus, PD Dr. Gaby-Fleur Böhl, Dr. Nicole Gollnick

Prefácio

Segurança alimentar na UE: um Almanaque

Caros leitores,

A globalização da produção alimentar e da comercialização de alimentos acarreta novos desafios para a proteção da saúde do consumidor. A segurança alimentar e dos alimentos para animais deve ser garantida através de cadeias de fornecimento globais e cada vez mais complexas. Na Europa, o fornecimento de alimentos proveniente de todo o mundo está em crescimento constante. Consequentemente, isto leva a um aumento nos requisitos que devem ser cumpridos, no âmbito de avaliações científicas, redução de riscos alimentares e comunicação efetiva de riscos.

O Almanaque da Segurança Alimentar da UE proporciona uma visão geral das instituições públicas competentes e das estruturas da segurança alimentar e dos alimentos para animais em toda a Europa. A prioridade é a avaliação de riscos. Esta visão geral das ligações organizacionais e da cooperação não só facilita a busca de parceiros europeus, mas ajuda também a evitar a duplicação de trabalho e a clarificar responsabilidades.

Este documento destina-se a quem procura saber mais sobre as estruturas e instituições de segurança alimentar. Adicionalmente, destina-se a quem trabalha nas seguintes instituições e áreas: pessoal da agência de segurança alimentar, im-

prensa do comércio e de interesse geral, associações de consumidores, indústria alimentar, ciência e política.

O Almanaque da Segurança Alimentar abrange todos os Estados-Membros da União Europeia, juntamente com a Islândia, a Noruega e a Suíça e os países europeus vizinhos Albânia, Bósnia-Herzegovina, antiga República Jugoslava da Macedónia, Kosovo, Montenegro, Sérvia e Turquia.

Este documento não pretende fornecer uma descrição completa de cada estrutura nacional. Limita-se a aspetos essenciais, em prol da clareza, e restringe-se de forma intencional à questão da proteção do consumidor, enquanto área legalmente protegida. Isto não significa, no entanto, que outras áreas legalmente protegidas, tais como a proteção ambiental, o bem-estar animal e a saúde e segurança no trabalho, sejam menos importantes.

Na preparação deste Almanaque da UE, o Instituto Federal Alemão de Avaliação de Riscos usufruiu de um apoio de excelência e compromisso por parte dos Pontos Focais da EFSA nos Estados-Membros e da própria EFSA. Gostaria de agradecer, de forma sincera, a todos os envolvidos, pelas suas contribuições.

O Almanaque da UE (3ª edição) foi avaliado em 2015 por membros do Fórum Consultivo da EFSA, pelo grupo de trabalho de Comunicação do Fórum Consultivo da EFSA, pelos Pontos Focais europeus da EFSA e pelas instituições alemãs abrangidas pela rede EFSA. Os inquiridos declararam-se “satisfeitos” a “muito satisfeitos” relativamente ao conteúdo da informação, à extensão dos perfis dos países, à frequência de atualização, à disposição, à clareza dos ícones, à estrutura e à qualidade do Almanaque da UE. O significativo retorno sobre a avaliação foi integrado nesta nova edição do Almanaque da UE, que está disponível em seis idiomas: alemão, inglês, francês, português, espanhol e chinês.

Com esta 4ª edição do Almanaque de Segurança Alimentar da UE, apresenta-se uma visão geral atualizada e abrangente da segurança alimentar e dos alimentos para animais na União Europeia e nos outros países. Ao fazê-lo, esperamos poder contribuir de forma significativa para a consolidação das capacidades de avaliação de riscos e para uma expansão da cooperação internacional.

A handwritten signature in blue ink, which appears to read 'Andreas Hensel'.

Professor Doutor Andreas Hensel
Presidente do BfR e
Representante alemão do
Fórum Consultivo da EFSA

Índice

Prefácio	2
1 Estruturas Nacionais e Segurança Alimentar	6
2 Segurança Alimentar na União Europeia	8
3 Segurança Alimentar nos Estados Membros	12
3.1 Alemanha	12
3.2 Áustria	16
3.3 Bélgica	19
3.4 Bulgária	23
3.5 Chipre	27
3.6 Croácia	29
3.7 Dinamarca	32
3.8 Eslováquia	36
3.9 Eslovénia	40
3.10 Espanha	43
3.11 Estónia	47
3.12 Finlândia	50
3.13 França	53
3.14 Grécia	57
3.15 Hungria	60
3.16 Irlanda	64
3.17 Itália	68
3.18 Letónia	72
3.19 Lituânia	76
3.20 Luxemburgo	80
3.21 Malta	83
3.22 Países Baixos	86
3.23 Polónia	89
3.24 Portugal	93
3.25 Reino Unido	97
3.26 República Checa	101
3.27 Roménia	104
3.28 Suécia	107

4	Segurança Alimentar nos Países Vizinhos	110
4.1	Albânia	110
4.2	Antiga República Jugoslava da Macedónia (MK)	115
4.3	Bósnia e Herzegovina (BiH)	118
4.4	Islândia	122
4.5	Kosovo	124
4.6	Montenegro	126
4.7	Noruega	129
4.8	Sérvia	133
4.9	Suíça	136
4.10	Turquia	139
5	Segurança Alimentar na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)	142
5.1	Angola	142
5.2	Brasil	143
5.3	Cabo Verde	145
5.4	Guiné Bissau	148
5.5	Guiné Equatorial	148
5.6	Moçambique	149
5.7	São Tomé e Príncipe (STP)	150
5.8	Timor Leste	151
6	Glossário	152
7	Lista de Abreviaturas	156

1 Estruturas Nacionais e Segurança Alimentar

A cooperação eficaz entre os agentes estatais na Europa reforça a segurança alimentar. Se todas as partes envolvidas estiverem familiarizadas com os atores relevantes e o enquadramento jurídico dos Estados-Membros da Europa, os países poderão trabalhar em conjunto de forma mais eficiente, evitando assim a duplicação de trabalho e assegurando, efetivamente, a proteção do consumidor. A otimização da cooperação contribui para métodos harmonizados de avaliação de riscos e para o controlo eficiente dos mesmos. Aumenta, também, a transparência dos processos de tomada de decisão e facilita-se a busca de parceiros europeus para a cooperação em projetos.



Documento Guia para Avaliação de Saúde (BfR)

O objetivo da segurança alimentar e da proteção efetiva do consumidor é proteger a saúde, prevenir fraudes e fornecer informações adequadas ao consumidor. Os regulamentos jurídicos europeus comuns fornecem um nível de proteção uniforme e confiável aos consumidores europeus. As medidas nacionais, por si só, não são suficientes para garantir uma proteção suficiente num mundo globalizado.

Sem isentar as empresas e os consumidores das suas responsabilidades e obrigações de diligência, é da responsabilidade do Estado proteger os consumidores na área da segurança alimentar através da avaliação de riscos, gestão de riscos e comunicação de riscos.

O procedimento é o seguinte:

Como primeiro passo, avalia-se o risco recorrendo a métodos científicos (“avaliação de riscos”). No seu “Documento Guia para Avaliações de Saúde”, o Instituto Federal Alemão de Avaliação de Riscos (BfR) estipulou regulamentos nacionais que constituem um ponto de partida para debate no âmbito dos esforços de harmonização europeia: http://www.bfr.bund.de/cm/364/guidance_document_for_health_assessments.pdf

As instituições competentes em gestão de riscos recorrem a avaliações de riscos para decidir quais as medidas necessárias (“gestão de riscos”). Para além das avaliações científicas de riscos, este processo incorpora também aspetos sociais e económicos, de forma a avaliar a adequação e a eficiência dessas medidas.

Os consumidores só poderão tomar decisões de compra autodeterminadas se tiverem sido adequadamente informados. Por este motivo, uma comunicação de riscos transparente é essencial em todos os aspetos. Para este fim, as informações sobre segurança alimentar devem ser de acesso fácil. Outras partes afetadas e envolvidas das áreas da ciência, política, associações, ONG e instituições públicas devem também ser incluídas na troca interativa de informações e opiniões.

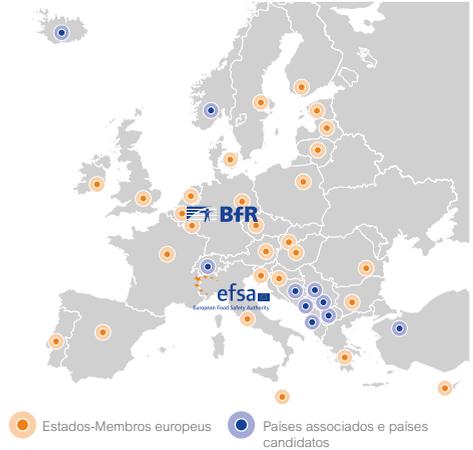
Em 2000, o Livro Branco da Comissão da UE trouxe um novo impulso para uma nova estrutura de segurança alimentar na Europa. Foi introduzido um novo conceito para uma proteção eficaz e abrangente da saúde do consumidor, no qual a segurança alimentar deve ser garantida em todas as etapas da produção e processamento,

ao longo de toda a cadeia alimentar "da quinta ao prato". Em 2002, a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA) foi fundada como organismo científico independente para a avaliação de riscos ao nível da UE. No mesmo ano surge também o BfR, com uma função similar na Alemanha. Estes e outros organismos recentemente criados levaram à criação de uma rede de instituições competentes, que atua como um elo entre os níveis nacional e europeu, bem como entre organismos dos vários Estados-Membros.

A nível europeu, a avaliação de riscos e a comunicação dos mesmos são tarefas atribuídas à EFSA, ao passo que a gestão de riscos permanece na Comissão Europeia e no Conselho da União Europeia.

As informações do Sistema de Alerta Rápido para os Géneros Alimentícios e Alimentos para Animais (RASFF) que apresentem sérios riscos para a saúde são comunicadas diariamente entre os Estados-Membros e a Comissão Europeia. As avaliações de riscos são publicadas por muitas instituições nacionais, bem como pela EFSA. As organizações de testes de produtos e os meios de comunicação social fornecem, também, informações que aumentam o índice de transparência para os consumidores.

O Almanaque da UE serve como trabalho de referência que presta uma visão geral dos enquadramentos legais existentes relativos à segurança alimentar. É um exemplo da cooperação construtiva praticada entre todos os organismos envolvidos na segurança alimentar na Europa. A EFSA, bem como os seus Pontos Focais em todos os Estados-Membros da UE e 10 países vizinhos, contribuiu para o Almanaque da Segurança Alimentar da UE produzido pelo BfR. No geral, são apresentados 38 perfis de países.



Rede de Pontos Focais da EFSA

Nos vários estados europeus, a alocação do trabalho de avaliação de riscos, gestão de riscos e comunicação de riscos reveste-se de diferentes estruturas legais. Alguns países, incluindo a Alemanha, preferem distribuir a responsabilidade pela avaliação de riscos e gestão de riscos por diferentes instituições. Outros países condensam essas áreas de atividade numa única instituição.

As instituições governamentais relevantes, juntamente com as suas funções e bases legais relativas à segurança alimentar e alimentos para animais, podem ser encontradas no perfil de cada país. Os perfis também indicam se (e em que medida) determinado país publica as suas avaliações de risco.

Curiosamente, alguns países tendem a realizar as suas avaliações de risco através de especialistas externos (comissões), enquanto outros países realizam as avaliações de risco através das suas próprias instituições. A distribuição de responsabilidade entre os níveis nacional, regional e local dentro de um determinado país tem também impacto na regulação eficiente da segurança alimentar. Esta vertente está delineada no Almanaque de Segurança Alimentar da UE para cada um dos 38 países europeus descritos.

2 Segurança Alimentar na União Europeia



Os Regulamentos (CE) nº 178/2002 e nº 882/2004¹ são as principais bases legais da legislação alimentar na União Europeia (UE). Os regulamentos da UE têm aplicação direta em todos os Estados-Membros da UE, sem que o Estado-Membro tenha que os promulgar nas leis nacionais.

O Regulamento (CE) nº 178/2002 estabelece os princípios gerais e os requisitos da legislação alimentar na UE. Este Regulamento abrange todas as etapas da produção e processamento de alimentos ao longo da cadeia alimentar, “da quinta ao prato”. Para além disso, estabelece e especifica as competências da Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA) e estabelece o Sistema de Alerta Rápido para os Géneros Alimentícios e Alimentos para Animais (RASFF). O Regulamento (CE) nº 882/2004 estabelece os princípios gerais de todo o controlo oficial realizado para garantir o cumprimento

da legislação em matéria de alimentação e alimentos para animais. Significa isto que, na UE, é estabelecido um plano de controlo plurianual nacional (MANCP) nos Estados-Membros, juntamente com os relatórios correspondentes.

Ao nível da UE, a avaliação de riscos e a comunicação de riscos estão formalmente separadas da gestão de riscos. Embora a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA) proceda à avaliação de riscos, a Comissão Europeia (CE) está encarregue da gestão de riscos da UE. A comunicação de riscos, o terceiro elemento de análise de riscos, é uma competência partilhada entre avaliadores de riscos e gestores.

¹ 14 de Dezembro de 2019, fixado como data de entrada em vigor da nova Regulamentação EU 2017/625 (EU).

CE Comissão Europeia

- ▶ Legislação europeia
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Política de Segurança Alimentar

Sede: Bruxelas, Bélgica
<http://ec.europa.eu>



O papel da CE visa promover o interesse geral da UE como um todo. O “Colégio de Membros da Comissão” (atualmente composto por um comissário de cada Estado-Membro) define a política e toma decisões.

A CE é o órgão executivo da UE: enquanto “guardiã dos tratados”, a CE é responsável por assegurar que a legislação da UE é devidamente implementada e aplicada em todos os Estados-Membros da UE. Em caso de incumprimento ou dúvidas sobre a interpretação das leis da UE, o Tribunal de Justiça tem a última palavra.

A CE é a única instituição com direito de iniciativa legislativa. Na prática, as propostas de legislação (Regulamentos, Diretivas e Decisões) são preparadas por departamentos específicos da CE. Por exemplo, a Direção-Geral da Saúde e da Segurança dos Alimentos da CE, a DG SANTE, prepara projetos de legislação na área da alimentação humana e animal, saúde animal e vegetal, enquanto a Direção-Geral do Ambiente da CE prepara projetos de legislação nesta área.

A DG SANTE coordena o RASFF. Este órgão recolhe, verifica e divulga informação sobre segurança alimentar e alimentos para animais entre os Estados-Membros e a EFSA.

CUE Conselho da União Europeia

- ▶ Legislação europeia
- ▶ Política de Segurança Alimentar
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Bruxelas, Bélgica
<http://www.europarl.europa.eu>



Em conjunto com o Parlamento Europeu, o Conselho da União Europeia (CUE) é o principal órgão de decisão da UE. As reuniões do CUE contam com a presença de um ministro de cada governo nacional. O ministro participante está dependente do tema a ser discutido. O ministro representa o seu Estado-Membro. Os problemas de segurança alimentar, por exemplo, são abordados nas reuniões do CUE “Agricultura e Pescas”, enquanto a rotulagem de alimentos seria abordada no CUE “Emprego, Política Social, Saúde e Proteção ao Consumidor”.

A legislação europeia no domínio da proteção da saúde do consumidor e da segurança alimentar e alimentos para animais é adotada através de um “procedimento de codecisão”, o procedimento mais frequentemente aplicado na legislação da UE. “Procedimento de codecisão” significa que o projeto de legislação deve ser adotado tanto pelo CUE como pelo Parlamento Europeu (PE).

PE Parlamento Europeu

- ▶ Política de Segurança Alimentar
- ▶ Legislação europeia
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Estrasburgo, França
<http://www.europarl.europa.eu>



EFSA Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos

Sede: Parma, Itália
<http://www.efsa.europa.eu>



O Parlamento Europeu (PE) é eleito pelos cidadãos da UE. É composto por 751 membros de 28 países da UE e representa os interesses de mais de 500 milhões de pessoas. O facto de o PE ser eleito diretamente pelos cidadãos ajuda a garantir a legitimidade democrática do direito europeu.

O PE exerce supervisão democrática sobre as outras instituições da UE, especialmente a CE. O PE tem o poder de aprovar ou rejeitar a nomeação de comissários, tendo também o direito de censurar a CE como um todo. O PE partilha a autoridade sobre o orçamento da UE com o CUE e, por conseguinte, pode influenciar os gastos da UE. No final do processo, adota ou rejeita o orçamento na íntegra.

O PE prepara também projetos de legislação na área da segurança alimentar e alimentos para animais. O PE tem 22 comissões permanentes. A “Comissão Permanente do Ambiente, Saúde Pública e Segurança Alimentar” trata dos problemas de segurança alimentar e da água potável.

A EFSA é uma Agência Europeia independente e a base da avaliação de riscos em matéria de segurança alimentar e alimentos para animais na UE. Em estreita colaboração com instituições nacionais e em consulta aberta com outras partes interessadas, a EFSA presta conselhos científicos independentes, bem como uma comunicação clara e compreensível sobre os riscos existentes e emergentes. Na sua qualidade de autoridade de avaliação de riscos, a EFSA prepara pareceres científicos e recomendações que constituem uma base sólida para políticas e legislação europeias de apoio aos Estados-Membros da CE, do PE e da UE, para que tomem decisões de gestão de riscos eficazes e atempadas. Todas as avaliações de riscos são publicadas no website da EFSA.

Ainda que a EFSA receba pedidos de avaliações de riscos da CE, do PE e dos Estados-Membros, empreende também trabalho científico por sua própria iniciativa. A competência da EFSA abrange avaliações de riscos sobre segurança alimentar e alimentos para animais, nutrição, saúde e bem-estar animal, proteção fitossanitária e fitossanidade.

Direção de Auditorias e Análises no Domínio da Saúde e dos Alimentos

► Gestão de riscos (inspeção e controlo)

Sede: Grange, Irlanda

http://ec.europa.eu/food/audits_analysis_en



A Direção de Auditorias e Análises no Domínio da Saúde e dos Alimentos é parte integrante da Direção-Geral da Saúde e Segurança dos Alimentos (DG SANTE) da CE, e as suas atividades estão descritas no Regulamento (CE) nº 882/2004 (Artigos 45 e 46).

Esta Direção avalia o cumprimento dos regulamentos da UE dentro da UE e em países que não pertencem à UE mas que para ela exportam. Este controlo é realizado, principalmente, através de inspeções das instituições competentes dos Estados-Membros e países terceiros.

A Direção de Auditorias e Análises no Domínio da Saúde e dos Alimentos presta informações sobre os resultados das suas avaliações. Quando apropriado, recomenda medidas para corrigir os problemas e monitoriza a sua implementação. Os relatórios de inspeção são publicados na Internet, juntamente com os comentários dos países inspecionados.

LR-UE Laboratórios de Referência da União Europeia

- Análises e Diagnósticos
- Harmonização de Métodos Laboratoriais

Os laboratórios de referência da União Europeia (LR-UE) são laboratórios analíticos designados pelas diretrizes e regulamentos da UE. Vários LR-UE fazem parte do Centro Comum de Investigação (CCI) – uma Direção-Geral da CE. Os LR-UE fornecem à CE suporte técnico e

científico na área de testes diagnósticos e analíticos. A competência dos LR-UE inclui a criação de normas de teste ao nível da UE, procedimentos de rotina e métodos fiáveis, organização de testes comparativos, formação de analistas de laboratórios nacionais e criação de redes com Laboratórios Nacionais de Referência. Os LR-UE têm uma perspetiva geral das normas e práticas internacionais, substâncias de referência, reagentes e seus fornecedores.

Os LR-UE para alimentação humana e animal estão listados no Anexo VII do Regulamento (CE) nº 882/2004:

<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2004:165:0001:0141:EN:PDF>

3 Segurança Alimentar nos Estados Membros

3.1 Alemanha



Ministérios e autoridades públicas subordinadas nos 16 estados federais

Representação simplificada das autoridades de segurança alimentar na Alemanha

Na Alemanha, a base legal da legislação alimentar é o Código Alimentar Humano e dos Alimentos para Animais (Lebensmittel- und Futtermittelgesetzbuch). O incumprimento dos regulamentos alimentares pode levar a medidas no âmbito do direito penal e a ações de indemnização ao consumidor nos termos do direito civil, sendo que a decisão final recai sobre os tribunais. As medidas governamentais em matéria de segurança alimentar são muitas vezes baseadas na avaliação científica dos riscos. No entanto, a decisão final sobre a legalidade das medidas governamentais cabe aos tribunais.

Na Alemanha, a avaliação de riscos e a gestão de riscos estão separadas institucionalmente a nível federal. Ao nível regional, no entanto, (ou seja, nos 16 estados federais), a avaliação de riscos e a gestão de riscos não estão separadas institucionalmente. Na Alemanha, as leis de segurança alimentar são promulgadas a nível federal. No entanto, a implementação e o controlo a nível regional são da responsabilidade dos 16 estados federais.

As avaliações de riscos são, normalmente, publicadas na Internet, a menos que existam disposições legais que o proibam.

BMEL
Ministério Federal da Alimentação e Agricultura

► Política agrícola e segurança alimentar

Sede: Bona e Berlim
<http://www.bmel.de>

O Ministério Federal da Alimentação e Agricultura (BMEL) é responsável pela política de saúde e pela segurança alimentar. No campo da segurança alimentar, o BMEL prepara projetos de lei e emite disposições legais. O Instituto Federal Alemão de Avaliação de Riscos (BfR) é uma autoridade especializada ao abrigo do BMEL. Contribui para a aplicação da legislação através da realização de avaliações legais de riscos e aconselha os círculos políticos. No que diz respeito à gestão, o Serviço Federal de Proteção do Consumidor e da Segurança Alimentar (BVL) realiza trabalhos preparatórios para o BMEL.

O portfólio do BMEL abrange também outras instituições de investigação federais, como o Instituto Max Rubner (MRI) no campo da nutrição e alimentos.

BMUB
Ministerio Federal do Ambiente,
da Conservação da Natureza e
da Segurança Nuclear

► Política ambiental

Sede: Bona e Berlim
<http://www.bmub.bund.de>

O Ministério Federal do Ambiente, da Conservação da Natureza, da Construção e da Segurança Nuclear (BMUB) é responsável pela prevenção de riscos de segurança alimentar causados por contaminantes ambientais, introduzidos no ar, água ou solo através da atividade humana. A Agência Ambiental Federal (UBA), o Serviço Federal de Conservação da Natureza (BfN) e o Serviço Federal de Proteção contra a Radiação (BfS) apoiam o trabalho do BMUB enquanto autoridades especializadas competentes. A proteção ambiental efetiva contribui para a produção de alimentos saudáveis e, em grande parte, não contaminados. O BMEL é responsável pelas outras áreas de segurança alimentar. O BfR e o BVL, as autoridades especializadas competentes nesta área, apoiam o BMEL e o BMUB no campo da segurança alimentar.

BfR
Instituto Federal Alemão de Avaliação
de Riscos

- Avaliação de riscos
- Comunicação de riscos
- Ponto Focal da EFSA
- Investigação

Sede: Berlim
<http://www.bfr.bund.de/en>



A competência do Instituto Federal Alemão de Avaliação de Riscos (BfR) engloba avaliações de riscos com base científica, como parte de

procedimentos administrativos, por exemplo, autorizações de comercialização de produtos fitofarmacêuticos e consultoria política. As avaliações de risco do BfR são utilizadas pelos BMEL, BMUB e autoridades públicas regionais/locais, como base para medidas de gestão. Sem sofrer quaisquer influências de interesses científicos, políticos ou sociais, o BfR tem a tarefa de avaliar riscos, identificar novos riscos para a saúde e elaborar recomendações de minimização de riscos. Neste contexto, o BfR baseia-se no apoio de 15 comissões de especialistas independentes com cerca de 200 membros no global. Na sua qualidade de órgão científico, o BfR goza de independência relativamente aos resultados das suas opiniões, e prepara relatórios especializados sobre avaliação de riscos.

A competência do BfR inclui novos alimentos e ingredientes alimentares, alimentos para animais, resíduos de produtos fitofarmacêuticos e produtos medicinais veterinários, organismos geneticamente modificados (OGM), suplementos alimentares, zoonoses, materiais destinados ao contacto com os alimentos e águas minerais. Outras áreas principais do seu trabalho são a investigação e comunicação transparente com o público em geral, círculos científicos e outras partes interessadas.

Existem 14 Laboratórios Nacionais de Referência associados ao BfR, de acordo com o Regulamento (CE) nº 882/2004.

Para além da segurança alimentar, o BfR é também responsável por avaliações de riscos na área da segurança dos produtos de consumo, cosméticos, biocidas e produtos químicos (REACH). O BfR também recolhe e avalia comunicações de intoxicação causadas por produtos químicos.

BVL
Serviço Federal de Proteção do Consumidor e da Segurança Alimentar

- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF

Sede: Braunschweig e Berlim
<http://www.bvl.bund.de>



O destaque principal do Serviço Federal de Proteção do Consumidor e da Segurança Alimentar (BVL) é a gestão de riscos. No campo da segurança alimentar, o BVL apoia a cooperação entre o BMEL, o BMUB e os estados federais. Juntamente com os estados federais, o BVL coordena programas de inspeção e controlo de alimentos, para assegurar resultados e procedimentos comparáveis em todos os 16 estados federais da Alemanha. O BVL é o ponto de contacto nacional do Sistema de Alerta Rápido (RASFF) da União Europeia. Em tempos de crise, serve como centro de situação para o grupo de gestão de crises do BMEL.

O BVL é também a autoridade reguladora dos produtos fitofarmacêuticos e medicinais veterinários. No processo de tomada de decisão, o BVL baseia-se, em regra, nas avaliações de riscos do BfR. Com base em avaliações de riscos por outras autoridades, o BVL toma decisões sobre os pedidos de cultivo científico experimental de plantas geneticamente modificadas. Além disso, o BVL está envolvido na autorização de comercialização na UE de organismos geneticamente modificados (OGM) nos alimentos para humanos e para animais.

Estão associados ao BVL, de acordo com o Regulamento (CE) nº 882/2004 o Laboratório de Referência da União Europeia (LR-UE) para resíduos de medicamentos veterinários e contaminantes em alimentos de origem animal, e oito Laboratórios Nacionais de Referência (LNR).

Para além da segurança alimentar, a atividade do BVL estende-se, entre outras coisas, a cosméticos e produtos que entrem em contacto com alimentos para consumo humano.

UBA
Agência Ambiental Federal

- ▶ Avaliação de riscos

Sede: Dessau
<http://www.umweltbundesamt.de>

A Agência Ambiental Federal (UBA) é uma autoridade especializada ao abrigo do BMUB. O Ministério Federal da Saúde (BMG) é também responsável pela qualidade da água potável; o departamento de água potável da UBA, enquanto autoridade responsável, apoia o BMG. Outras tarefas legais incluem informar o público em geral sobre proteção ambiental.

RKI
Instituto Robert Koch

- ▶ Investigação

Sede: Berlim
<http://www.rki.de>

Enquanto instituto federal no âmbito do Ministério Federal da Saúde (BMG), o Instituto Robert Koch (RKI) é a principal instituição científica do governo para a vigilância e prevenção de doenças, bem como de investigação biomédica. As principais tarefas do RKI incluem a identificação, a vigilância e prevenção de doenças, especialmente doenças infecciosas. De acordo com a sua competência legal, o RKI define a base científica para a tomada de decisões políticas relacionadas com a saúde. O RKI informa e aconselha os ministérios federais competentes, em particular o BMG, a comunidade científica e, cada vez mais, o público em geral.

Níveis regional e local

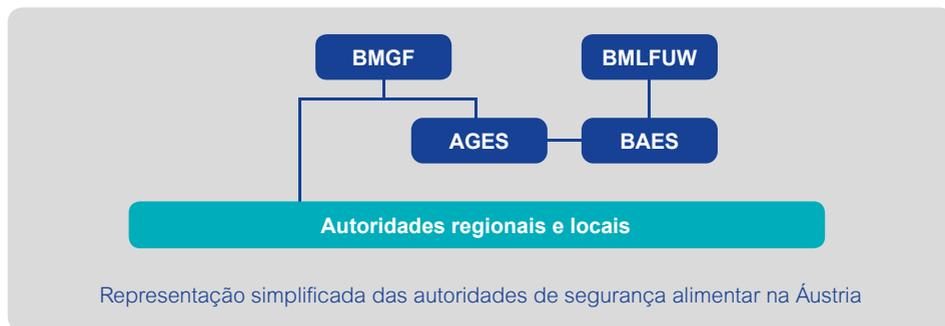
A Alemanha divide-se em 16 estados federais, com grandes diferenças individuais no que diz respeito à dimensão de cada estado (entre aproximadamente 1 (um) e 18 (dezoito) milhões de habitantes por estado). Os 16 estados federais da Alemanha são, em princípio, responsáveis pela implementação da lei. A implementação da segurança alimentar humana e animal é, portanto, da responsabilidade dos estados federais. Neste âmbito, os estados federais são independentes, ou seja, não estão vinculados às instruções do governo federal.

Na Alemanha, os estados federais são responsáveis pelo controlo de alimentos. Para assegurar a existência de procedimentos comparáveis em todos os 16 estados federais, estes coordenam as suas atividades, maioritariamente, em grupos de trabalho, nos quais o nível federal está também envolvido. Na maioria dos estados federais, o controlo alimentar está dividido em três níveis: no nível superior, o ministério responsável coordena o controlo alimentar. Logo abaixo, as autoridades provinciais ou os órgãos do governo regional são responsáveis pelo controlo da supervisão das autoridades de controlo alimentar nas autoridades distritais ou municipais ("Kreise und Kreisfreie Städte"). Estes gabinetes locais para controlo alimentar e veterinário desenvolvem a sua investigação localmente (http://www.bvl.bund.de/DE/01_Lebensmittel/01_Aufgaben/01_WerMachtWas/01_Landesbehoerden/lm_vet_ueberw_node.html).

Instituições abrangidas pela rede EFSA conforme o artigo 36, Regulamento (CE) nº 178/2002

1. German Federal Institute for Risk Assessment (Bundesinstitut für Risikobewertung – BfR) (EFSA Focal Point)
2. Federal Agency for Nature Conservation (Bundesamt für Naturschutz – BfN)
3. Robert Koch Institute (RKI)
4. Julius Kühn Institute (JKI) – Federal Research Institute for Cultivated Plants (Bundesforschungsinstitut für Kulturpflanzen)
5. Federal Office of Consumer Protection and Food Safety (Bundesamt für Verbraucherschutz und Lebensmittelsicherheit – BVL)
6. Friedrich-Loeffler-Institut (FLI), Federal Research Institute for Animal Health (Bundesforschungsinstitut für Tiergesundheit)
7. Max Rubner-Institut (MRI), Federal Research Institute of Nutrition and Food (Bundesforschungsinstitut für Ernährung und Lebensmittel)
8. German Nutrition Society (Deutsche Gesellschaft für Ernährung – DGE)
9. Research Institute of Child Nutrition (Forschungsinstitut für Kinderernährung – FKE)
10. German Environment Agency (Umweltbundesamt – UBA)

3.2 Áustria



A Lei de Segurança Alimentar e Proteção do Consumidor é a base legal da legislação alimentar na Áustria. O incumprimento dos regulamentos alimentares pode levar a medidas no âmbito do direito penal e a pedidos de indemnização ao consumidor nos termos do direito civil, sendo que a decisão final recai sobre os tribunais. As medidas governamentais em matéria de segurança alimentar são muitas vezes baseadas na avaliação científica dos riscos. No entanto, a decisão final sobre a legalidade das medidas governamentais cabe aos tribunais.

Na Áustria, a avaliação de riscos e a gestão de riscos são, em grande parte, separadas institucionalmente. As avaliações de riscos são publicadas na internet.

BMGF Ministério da Saúde e da Mulher

- ▶ Política de saúde, segurança alimentar
- ▶ Saúde e bem-estar animal
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Viena

<https://www.bmgf.gv.at>



O Ministério da Saúde e da Mulher (BMGF) é responsável pela política de saúde e pela segurança alimentar. O BMGF prepara projetos de legislação no campo da segurança alimentar com base em avaliações científicas de riscos realizadas pela Agência Austríaca para a Saúde e Segurança Alimentar (AGES). O BMGF é responsável pela coordenação das inspeções alimentares estatais e pode emitir regulamentos nacionais na área da alimentação e alimentos para animais.

O portfólio do BMGF inclui alimentos, novos alimentos, suplementos alimentares, organismos geneticamente modificados (OGM), zoonoses, água mineral, água potável, resíduos de produtos fitofarmacêuticos e medicamentos veterinários, dispositivos médicos e produtos medicinais. Além disso, o BMGF é responsável pela aprovação de estudos-piloto no que se refere ao cultivo de plantas geneticamente modificadas. É

também responsável pela aprovação do uso de OGM em conjunto com alimentos para consumo humano e animal.

A competência do BMGF abrange mais do que a segurança alimentar: por exemplo, a saúde e o bem-estar dos animais.

BMLFUW Ministério Federal da Agricultura, Silvicultura, Ambiente e Gestão da Água

- ▶ Política agrícola, segurança alimentar humana e animal
- ▶ Fitossanidade
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Ponto de Contacto do Codex

Sede: Viena
<http://www.lebensministerium.at>



O Ministério Federal da Agricultura, Silvicultura, Ambiente e Gestão da Água (BMLFUW) é responsável pela política agrícola e pela segurança alimentar durante a produção primária de alimentos. Este Ministério prepara projetos de legislação no campo da alimentação animal e das águas subterrâneas, com base em avaliações científicas de riscos realizadas pela Agência Austríaca para a Saúde e Segurança Alimentar (AGES). O BMLFUW está autorizado a emitir regulamentações nacionais em matéria de alimentos para animais e águas subterrâneas.

O trabalho do BMLFUW é apoiado pelo Serviço Federal para a Segurança Alimentar (BAES). A área de trabalho do BMLFUW estende-se para além do campo da segurança alimentar, para as áreas da fitossanidade e da proteção das plantas.

AGES Agência Austríaca para a Saúde e Segurança Alimentar

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Ponto Focal da EFSA
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF
- ▶ Investigação

Sede: Viena
<http://www.ages.at>



A Agência Austríaca para a Saúde e Segurança Alimentar (AGES) é uma sociedade de responsabilidade limitada (GmbH) pertencente aos BMGF e BMLFUW. A AGES detém um mandato da República da Áustria para preparar avaliações científicas de riscos e elaborar uma comunicação de riscos transparente com o público em geral, cientistas e outros grupos interessados ou envolvidos. Independente de qualquer interesse científico, político ou social, a AGES prepara avaliações científicas de riscos, identifica novos riscos para a saúde e prepara recomendações para redução de riscos. As avaliações de riscos da AGES são utilizadas pelos BMGF e BMLFUW e pelas autoridades locais, como base para as suas medidas de gestão.

A competência da AGES inclui segurança alimentar e alimentos para animais, novos alimentos, suplementos alimentares, OGM, zoonoses, água mineral, resíduos de produtos fitofarmacêuticos e produtos medicinais veterinários. A AGES age também no campo da saúde animal, da fitossanidade, da proteção das plantas, da saúde do solo, dos fertilizantes, das sementes, da saúde das abelhas e da proteção contra radiações. A AGES está também envolvida em investigações contínuas. A AGES possui instalações laboratoriais de análises científicas em todas as suas áreas de atuação.

Existem 61 Laboratórios Nacionais de Referência nos termos do Regulamento (CE) nº 882/2004 e laboratórios de referência nos campos da medicina veterinária e da medicina humana associada à AGES.

A autoridade de regulação de medicamentos veterinários está atribuída ao Serviço Federal de Proteção dos Cuidados de Saúde (BASG). O BASG é também uma autoridade dentro da estrutura organizacional da AGES. O BASG emite e monitoriza a autorização de introdução no mercado de medicamentos e outros dispositivos médicos.

BAES

Serviço Federal para a Segurança Alimentar

► Gestão de riscos

Sede: Viena

<http://www.baes.gv.at>



O Serviço Federal para a Segurança Alimentar (BAES) foi implementado pela Lei Austriaca de Saúde e Segurança Alimentar. Está associado à AGES e emprega os recursos disponíveis para operar na execução das funções soberanas da AGES. O BAES é responsável pela coordenação e implementação das inspeções estatais de alimentos para animais. É também a autoridade reguladora dos produtos fitofarmacêuticos. A área de trabalho do BAES estende-se para além do campo da segurança dos alimentos para animais, para a área da proteção das plantas.

Níveis regional e local

A Áustria é constituída por nove estados federais, divididos em 95 distritos (15 distritos urbanos e 80 distritos rurais). Cada distrito é dividido em vários municípios. Dependendo da distribuição das competências estatutárias, a responsabilidade pela implementação de inspeções alimentares é realizada pelas autoridades federais ou pelas autoridades regionais dos nove estados federais.

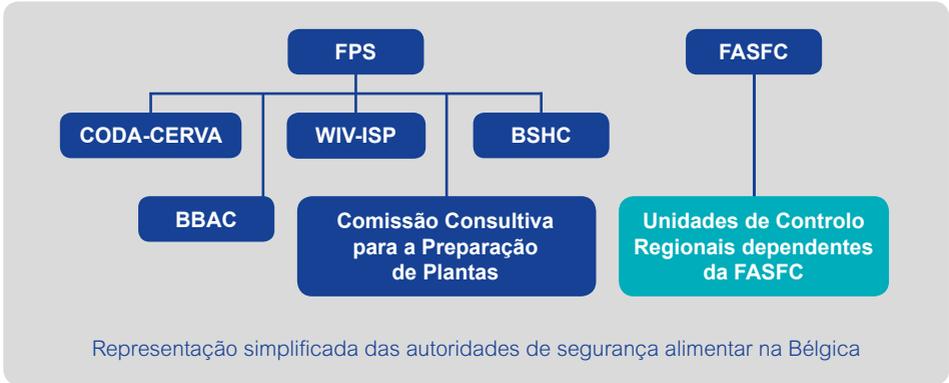
O Ministério da Saúde e da Mulher (BMGF) transferiu a coordenação e a implementação das inspeções federais de todos os aspetos da segurança alimentar para os estados federais da Áustria (as inspeções de segurança alimentar são realizadas a nível regional e local).

Em contrapartida, a coordenação e implementação das inspeções de alimentação animal não é delegada aos estados federais, é da responsabilidade do BAES (nível nacional).

Instituições abrangidas pela rede EFSA conforme o Artigo 36 do Regulamento (CE) nº 178/2002

1. Austrian Agency for Health and Food Safety (Agentur für Gesundheit und Ernährungssicherheit GmbH, AGES) (EFSA Focal Point)
2. Environment Agency Austria Ltd (Umweltbundesamt GmbH)
3. University of Natural Resources and Life Sciences Vienna (Universität für Bodenkultur Wien, BOKU)
4. University of Veterinary Medicine Vienna (Veterinärmedizinische Universität Wien)
5. University of Vienna (Universität Wien)

3.3 Bélgica



O Regulamento (CE) nº 178/2002 e as leis nacionais sobre alimentação são a base legal para a legislação alimentar na Bélgica. O incumprimento dos regulamentos alimentares pode levar a medidas no âmbito do direito penal e a ações de indemnização ao consumidor nos termos do direito civil, sendo que a decisão final recai sobre os tribunais. Na Bélgica, várias organizações independentes estão envolvidas na avaliação de riscos da segurança alimentar e alimentos para animais. No entanto, não existe uma separação institucional rigorosa da avaliação de riscos e da gestão de riscos. As avaliações de riscos são publicadas na Internet, a menos que existam disposições legais que o proibam.

FPS Serviço Público Federal para a Saúde, Segurança da Cadeia Alimentar e Ambiente

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Ponto Focal da EFSA
- ▶ Ponto de Contacto do Codex
- ▶ Homólogos da OMS nas áreas da Segurança Alimentar e Nutrição

Sede: Bruxelas
<http://www.health.belgium.be>



O Serviço Público Federal para a Saúde, Segurança da Cadeia Alimentar e Ambiente (FPS) é uma autoridade federal responsável pela política e legislação na área da segurança alimentar e alimentos para animais, incluindo novos alimentos, suplementos alimentares, contaminantes químicos e microbiológicos, alérgenos, rotulagem e reclamações, produtos dietéticos, materiais destinados ao contacto com alimentos, água engarrafada, água utilizada em operadores do setor alimentar, zoonoses, resíduos de

produtos fitofarmacêuticos, saúde das plantas e animais, organismos geneticamente modificados (OGM) e produtos medicinais veterinários.

O FPS é também responsável pela preparação de projetos de legislação na área da segurança alimentar e alimentos para animais. A política alimentar do FPS baseia-se em avaliações científicas de riscos. As avaliações de riscos são realizadas pelo Centro de Investigação Veterinária e Agroquímica (CODA-CERVA), pelo Instituto Científico de Saúde Pública (WIV-ISP) e pelo Conselho Superior de Saúde da Bélgica (BSHC). O BSHC atua como vínculo entre o governo e o mundo científico na área da nutrição e da segurança alimentar (aconselhamento nutricional, suplementos alimentares, produtos dietéticos, avaliação de riscos de aditivos alimentares, contaminantes químicos ou microbiológicos, etc.).

Várias outras instituições fornecem ao FPS pareceres científicos sobre segurança alimentar: o Conselho Consultivo Belga de Biossegurança (BBAC), a Comissão de Assessoria em Preparação de Plantas e, em casos específicos, a Agência Federal para a Segurança da Cadeia Alimentar (FAFSC), bem como outros departamentos académicos externos. O FPS é também a autoridade reguladora dos produtos fitofarmacêuticos. Em contrapartida, a autoridade reguladora dos medicamentos veterinários é a Agência Federal de Medicamentos e Produtos de Saúde (FAMHP), que é a autoridade competente responsável pela supervisão da qualidade, segurança e eficácia de medicamentos para uso humano e veterinário (incluindo medicamentos homeopáticos, medicamentos à base de plantas, preparações farmacêuticas e preparações oficiais) e também dos dispositivos médicos e acessórios, bem como matérias-primas para a preparação e produção de medicamentos.

O FPS financia a investigação científica na área de segurança alimentar, bem como da saúde animal e das plantas. Há convites anuais para apresentação de propostas de projetos, com uma abordagem ascendente (investigação livre) e descendente (investigação direcionada).

A área de trabalho do FPS estende-se para além do campo da segurança alimentar até, por exemplo, à política de nutrição, saúde animal, proteção das plantas, ambiente, cosmética, biocidas e REACH.

FASFC
Agência Federal para a Segurança da Cadeia Alimentar

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF
- ▶ Planos de controlo plurianuais nacionais

Sede: Bruxelas
<http://www.afsca.be/home-en>
<http://www.favv-afsca.fgov.be/scientificcommittee/>



A Agência Federal para a Segurança da Cadeia Alimentar (FASFC) é uma agência executiva federal, responsável pelo controlo e pelas inspeções oficiais, bem como pela definição e aplicação das normas operacionais aplicáveis durante a produção de alimentos (da quinta ao prato). A agência realiza o controlo oficial de alimentos para consumo humano e animal e suas matérias-primas em todas as etapas da cadeia alimentar, incluindo produção, processamento, armazenamento, transporte, comércio, importação e exportação de alimentos e respetivas matérias-primas. A FASFC supervisiona todos os controlos oficiais com base em planos de contro-

lo plurianuais nacionais. Além disso, é também responsável pelo controlo da saúde animal e da saúde das plantas.

Para o cumprimento das suas tarefas, a FASFC é apoiada por duas comissões: a Comissão Consultiva inclui todas as partes interessadas da FASFC e emite opiniões sobre assuntos relacionados com a gestão de riscos; a Comissão Científica é responsável pela avaliação independente de riscos e emite pareceres científicos sobre normas e regulamentos de gestão de riscos.

CODA-CERVA **Centro de Investigação Veterinária e Agroquímica**

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Investigação

Sede: Bruxelas
<http://www.coda-cerva.be>



O Centro de Investigação Veterinária e Agroquímica (CODA-CERVA) é um instituto federal de investigação com foco na prevenção de doenças infecciosas animais, incluindo zoonoses. O CODA-CERVA participa em investigação contínua e fornece assessoria especializada e avaliações científicas de riscos.

WIV-ISP **Instituto Científico de Saúde Pública**

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Investigação

Sede: Bruxelas
<http://www.wiv-isp.be>



O Instituto Científico de Saúde Pública (WIV-ISP) é um instituto federal de investigação focado na saúde pública e na vigilância de doenças humanas e riscos para a saúde. O WIV-ISP participa em investigação contínua e fornece assessoria especializada e avaliações científicas de riscos. No que à alimentação diz respeito, o WIV-ISP concentra-se, particularmente, na microbiologia alimentar, na resistência antimicrobiana, em resíduos tóxicos e farmacológicos, nos organismos geneticamente modificados (OGM) e nos riscos químicos emergentes.

Vários LNR estão localizados no WIV-ISP e no CODA-CERVA. O BBAC é um dos dois pilares (juntamente com a Unidade de Biossegurança e Biotecnologia do WIV-ISP) do sistema de avaliação científica para os OGM. O secretariado do BBAC está localizado no WIV-ISP. Website do BBAC:

<http://www.bio-council.be/Pages/Home.aspx>

Níveis regional e local

Os níveis regional e local do Estado federal belga consistem em três regiões, 10 províncias e 589 distritos. As unidades provinciais de controlo da FASFC são responsáveis pela inspeção alimentar. A unidade central da FASFC é responsável pela coordenação das inspeções alimentares. A monitorização da água potável é da responsabilidade das autoridades regionais.

**Instituições abrangidas pela rede EFSA
conforme o artigo 36, Regulamento (CE)
nº 178/2002**

1. Federal Public Service (FPS) Health, Food Chain Safety and Environment (EFSA Focal Point)
2. Belgian Federal Agency for the Safety of the Food Chain (FASFC) and Scientific Committee of the Federal Agency for the Safety of the Food Chain (SciCom-FASFC)
3. Scientific Institute of Public Health
4. CODA-CERVA (Veterinary and Agrochemical Research Centre)
5. Walloon Agricultural Research Centre (CRA-W)
6. Own Capital of the Institute for Agricultural and Fisheries Research
7. Ghent University
8. Centre d'Economie Rurale (CER Group)
9. University of Liege (Université de Liège)
10. Catholic University of Louvain (Université Catholique de Louvain)
11. KU Leuven
12. Hasselt University (Universiteit Hasselt)

3.4 Bulgária



A Lei dos Alimentos é a base legal da legislação alimentar na Bulgária. O incumprimento dos regulamentos alimentares pode levar a medidas no âmbito do direito penal e a ações de indemnização ao consumidor nos termos do direito civil, sendo que a decisão final recai sobre os tribunais. As medidas governamentais em matéria de segurança alimentar são muitas vezes baseadas na avaliação científica dos riscos. No entanto, a decisão final sobre a legalidade das medidas governamentais cabe aos tribunais.

Na Bulgária existe uma determinada separação institucional da avaliação de riscos e da gestão de riscos. As avaliações de riscos são publicadas na Internet, a menos que existam disposições legais que o proíbam.

Em janeiro de 2011, o Parlamento búlgaro decidiu estabelecer uma nova autoridade pública chamada Agência Búlgara de Segurança Alimentar. Esta agência funciona no âmbito do Ministério da Agricultura e da Alimentação (MAF) e é responsável pela segurança alimentar e alimentos para animais em toda a cadeia alimentar. A agência está em funcionamento desde fevereiro de 2011.

O MAF é responsável pela política agrícola e pela segurança alimentar e alimentos para animais. Este Ministério prepara projetos de legislação nesta área e é responsável pela implemen-

tação de controlos oficiais sobre a alimentação humana e animal.

MAF Ministério da Agricultura e da Alimentação

- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Ponto de Contacto do Codex
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF

Sede: Sófia
<http://www.mzh.government.bg>

No Ministério da Agricultura e da Alimentação (MAF) existe a Direção de Saúde Animal e Segurança Alimentar. Esta Direção é responsável pelo desenvolvimento e coordenação da implementação da política do MAF no campo da segurança e qualidade dos alimentos, segurança dos alimentos para animais, saúde animal e bem-estar. Esta direção é também responsável pela harmonização da legislação e coordenação das autoridades de controlo no Ministério, bem como pela elaboração do plano de controlo plurianual nacional. Está incluída a coordenação de atividades específicas de controlo e inspeção com o Ministério da Saúde (MH). A Direção de Saúde Animal e Segurança Alimentar é também responsável pela autorização de entrada no mercado de organismos geneticamente modificados (OGM).

MH
Ministério da Saúde

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Sófia
<http://www.mh.government.bg>



O Ministério da Saúde (MH) é responsável pela política de saúde e pela segurança das águas engarrafadas minerais, de nascente e de mesa (Diretiva 98/83/CE) e pela investigação de surtos transmitidos através dos alimentos. No domínio da segurança alimentar, no passado, o MH foi responsável pela harmonização da legislação com as disposições europeias, bem como pela coordenação da inspeção das atividades de controlo que são realizadas pelas Inspeções Regionais de Saúde. A maioria das avaliações de riscos era preparada pelo Conselho de Especialistas do MH, mas este deixou de existir desde a criação da Agência Búlgara de Segurança Alimentar (BFSA) e do Centro de Avaliação de Riscos (RAC).

O portfólio do MH engloba, entre outras coisas, novos alimentos, suplementos alimentares, OGM, contaminantes e resíduos de produtos fitofarmacêuticos e materiais destinados ao contacto com os alimentos. Existem dois Laboratórios Nacionais de Referência associados ao MH, de acordo com o Regulamento (CE) nº 882/2004.

MOEW
Ministério do Ambiente e da Água

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Sófia
<http://www.moew.government.bg>



O Ministério do Ambiente e da Água (MOEW) ocupa-se da política ambiental e da gestão e proteção da água.

BFSA
Agência de Segurança Alimentar da Bulgária

- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos

Sede: Sófia
<http://www.babh.government.bg>



A Agência de Segurança Alimentar da Bulgária (BFSA) é um organismo especializado do MAF. A BFSA incorpora o antigo Serviço Nacional de Veterinária, o antigo Serviço Nacional de Proteção das Plantas e o antigo Serviço Nacional de Cereais e Alimentos para Animais, bem como os inspetores regionais de saúde alimentar, responsáveis pelo controlo dos alimentos de origem não animal nas Inspeções Regionais de Saúde (antigas Inspeções Regionais para a Proteção e Controlo da Saúde Pública) no âmbito do MH e também pela conformidade da qualidade das frutas e dos legumes frescos (no âmbito do MAF) com as normas da Comissão Europeia para introdução no mercado.

A BFSA é a autoridade governamental competente para a realização de controlos oficiais na Bulgária em termos de questões fitossanitárias, produtos de proteção das plantas e fertilizantes, atividades veterinárias, saúde e bem-estar animal, produtos derivados de origem animal não destinados ao consumo humano, alimentos para animais, matérias-primas e géneros alimentícios, com exceção de águas engarrafadas minerais, de nascente e de mesa, matérias e artigos em contacto com os alimentos, conformidade da qualidade de frutas e dos vegetais frescos com as normas da Comissão Europeia para introdução no mercado. Na BFSA existem 14 departamentos/direções, em conformidade com as atividades acima mencionadas.

A agência tem sede em Sófia. Existem também 28 direções regionais de segurança alimentar distribuídas por todo o país, bem como quatro estruturas especializadas – Instituto Nacional de Diagnóstico e Investigação Veterinária, Laboratório Central de Controlo Veterinário e Ecologia, Laboratório Central de Teste e Controlo Químico e Laboratório Central de Quarentena Fitossanitária.

RAC Centro de Avaliação de Riscos

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Ponto Focal da EFSA

Sede: Sófia
<http://www.babh.government.bg>
<http://focalpointbg.com>



O Centro de Avaliação de Riscos (RAC) foi criado através da adoção da Lei da BFSA e do seu Código de Organização. É gerido por um Conselho de Administração e assistido por um Conselho Consultivo. O RAC é uma entidade jurídica independente no âmbito da estrutura da BFSA, uma unidade de terceiro nível orçamental do Ministé-

rio da Agricultura e da Alimentação. O RAC disponibiliza avaliação científica independente dos riscos relacionados com a segurança alimentar, saúde humana, saúde e bem-estar dos animais, aditivos alimentares e de alimentos para animais, OGM, produtos dietéticos, nutrição e alérgenos, materiais e artigos destinados ao contacto com os alimentos, enzimas, aromatizantes e substâncias de suporte, perigos biológicos, contaminantes, fitossanidade e proteção das plantas. O RAC trabalha em estreita colaboração com a EFSA e com outras instituições científicas nacionais e internacionais na área da avaliação de riscos alimentares e alimentos para animais. O representante do Fórum Consultivo da EFSA e o Ponto Focal nacional da EFSA estão sediados no RAC.

NCPHA Centro Nacional de Saúde Pública e Análise

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos

Sede: Sófia
<http://www.ncpha.government.bg>



O Centro Nacional de Saúde Pública e Análise (NCPHA) está subordinado ao MH e ocupa-se da proteção da saúde e da educação em saúde e nutrição. O NCPHA é responsável pela publicação de avaliações de riscos no campo da nutrição e da higiene, bem como por perigos microbiológicos, contaminantes, resíduos de produtos fitofarmacêuticos, OGM, materiais destinados ao contacto com alimentos, metais pesados, suplementos alimentares, aditivos alimentares, novos alimentos e água mineral.

Níveis regional e local

A Bulgária é constituída por 28 regiões administrativas com 264 cidades e municípios. As inspeções nos níveis regional e local são conduzidas por autoridades subordinadas ao governo central. Tanto o MH como o MAF têm 28 serviços regionais que reportam as suas atividades ao nível central nos ministérios.

Instituições abrangidas pela rede EFSA conforme o artigo 36, Regulamento (CE) nº 178/2002

1. Risk Assessment Center (RAC) (EFSA Focal Point)
2. Food Research and Development Institute
3. National Center of Public Health and Analyses (NCPHA)
4. National Diagnostic and Research Veterinary Medical institute (NDRVMI)
5. Institute of Cryobiology and Food Technology (ICFT)
6. Agricultural University Plovdiv
7. Central Laboratory of Veterinary Control and Ecology
8. University of Food Technologies
9. The Stephan Angeloff Institute of Microbiology, Bulgarian Academy of Sciences
10. Maritsa Vegetable Crops Research Institute
11. Trakia University
12. Joint Genomic Center to Sofia University
13. Institute of Biology and Immunology of Reproduction Acad. "Kiril Bratanov", BAS
14. Institute of Soil Science, Agrotechnology and Plant Protection

3.5 Chipre

MOH

MOA

Autoridades regionais e locais subordinadas

Representação simplificada das autoridades de segurança alimentar no Chipre

A base legal para a alimentação na República do Chipre é a Lei (de Venda e Controlo) dos Alimentos, que está em conformidade com o Regulamento (CE) nº 178/2002. O incumprimento dos regulamentos alimentares pode levar a medidas no âmbito do direito penal e a ações de indemnização ao consumidor nos termos do direito civil, sendo que a decisão final recai sobre os tribunais. As medidas governamentais em matéria de segurança alimentar são muitas vezes baseadas na avaliação científica dos riscos. No entanto, a decisão final sobre a legalidade das medidas governamentais cabe aos tribunais.

No Chipre não existe uma autoridade estabelecida em matéria de segurança alimentar, mas existe um Conselho de Segurança Alimentar (FSC). Em 2003, o FSC do Chipre foi estabelecido pelo Ministério da Saúde (MOH). Os seus membros são representantes de todas as autoridades competentes relevantes (MOH, MOA, etc.) e partes interessadas, incluindo municípios e consumidores.

MOH Ministério da Saúde, Conselho de Segurança Alimentar (FSC)

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Ponto Focal da EFSA
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF

Sede: Nicosia

<http://www.moh.gov.cy>

<http://www.moh.gov.cy/sgl>



O Ministério da Saúde (MOH) ocupa-se da política de saúde e da segurança alimentar no Chipre. O portfólio do MOH inclui higiene alimentar, alimentos de origem vegetal, gelados, mel, água potável e mineral, suplementos alimentares, organismos geneticamente modificados (OGM), resíduos de produtos de proteção das plantas e contaminantes. Mais especificamente, o Ministério da Saúde é responsável pela recolha de amostras, inspeção e fiscalização, controlo alimentar laboratorial oficial, elaboração de planos de controlo plurianuais nacionais em cooperação com o MOA, avaliação relevante e avaliação dos riscos dos resultados analíticos no âmbito do FSC.

O Laboratório Geral do Estado (SGL) do MOH é o membro nacional do Fórum Consultivo da EFSA e o Ponto Focal da EFSA. O Serviço Médico e de Saúde Pública (MPHS) é o ponto de contacto do

RASFF. O SGL executa a avaliação de riscos de contaminantes e outros produtos químicos tóxicos, em estreita colaboração com o MOH e o FSC.

Existem seis Laboratórios Nacionais de Referência associados ao MOH, de acordo com o Regulamento (CE) nº 882/2004.

MOA
Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Ambiente

- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Ponto de Contacto do Codex

Sede: Nicosia
<http://www.moa.gov.cy>



O Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Ambiente (MOA) ocupa-se da política agrícola e da segurança alimentar humana e animal no Chipre. Este Ministério elabora projetos de legislação no campo dos alimentos de origem animal (exceto gelados e mel) e alimentos para animais, sendo também responsável pelas inspeções do Estado. O Plano Nacional de Resíduos para animais e produtos animais é realizado pelo MOA em cooperação com o MOH. A área de trabalho do MOA vai para além da segurança alimentar humana e animal, e inclui, por exemplo, produtos medicinais veterinários, produtos para a proteção das plantas, zoonoses, fitossanidade, saúde e bem-estar animal, registo e aprovação de estabelecimentos e intermediários.

O MOA é a autoridade para produtos medicinais veterinários no Chipre e é também a autoridade reguladora para pesticidas e medicamentos veterinários no Chipre.

Existem quatro Laboratórios Nacionais de Referência associados ao MOA nos termos do Regulamento (CE) nº 882/2004.

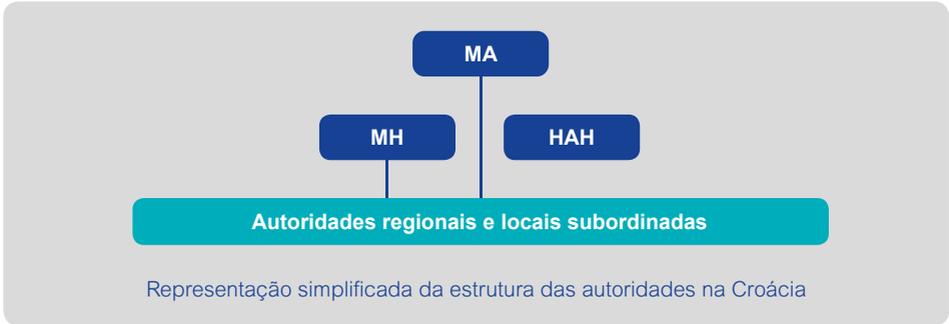
Níveis regional e local

A República do Chipre tem seis distritos administrativos. Os níveis regional e local estão subordinados às instituições de segurança alimentar centrais do Estado, em hierarquia direta, e são responsáveis, principalmente, pela implementação de inspeções. Existem cinco gabinetes e seis outras instituições locais a reportar ao MOA. No âmbito da saúde pública, foram criados cinco gabinetes nos distritos administrativos. Oito dos 24 municípios autónomos são detentores das suas próprias competências de controlo no campo da higiene alimentar no setor da restauração. As suas atividades são monitorizadas pelo MOH.

Instituições abrangidas pela rede EFSA conforme o artigo 36, Regulamento (CE) nº 178/2002

1. State General Laboratory (SGL)
2. Veterinary Services
3. Department of Agriculture
4. Agricultural Research Institute
5. Environmental Health Services
6. University of Cyprus (UCY)
7. Cyprus University of Technology

3.6 Croácia



Croácia

O enquadramento legal da segurança alimentar na Croácia assenta na Lei dos Alimentos, que transpõe as disposições do Regulamento (CE) nº 178/2002. O incumprimento dos regulamentos alimentares pode levar a medidas no âmbito do direito penal e a ações de indemnização ao consumidor nos termos do direito civil, sendo que a decisão final recai sobre os tribunais. As medidas governamentais em matéria de segurança alimentar são muitas vezes baseadas na avaliação científica dos riscos. No entanto, a decisão final sobre a legalidade das medidas governamentais cabe aos tribunais.

Na Croácia, a avaliação de riscos está separada institucionalmente da gestão de riscos. Os resultados das avaliações de riscos são publicados na página web da Agência Alimentar Croata (HAH), salvo disposições legais que o proíbam.

MA
Ministério da Agricultura

- ▶ Política agrícola, saúde animal, bem-estar animal e fitossanidade
- ▶ Política de segurança alimentar humana e animal
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF

Sede: Zagreb
<http://www.mps.hr>








O portfólio do Ministério da Agricultura (MA) inclui a elaboração e aplicação de legislação na área da segurança alimentar, da qualidade e higiene na alimentação e alimentos para animais, bem como a política agrícola, controlos oficiais, fitossanidade, saúde e bem-estar animal. O MA é a autoridade competente para os controlos oficiais na área da segurança alimentar humana e animal, incluindo controlos durante a produção primária de alimentos de origem animal ou vegetal e controlo de alimentos de origem animal durante o processamento, importação, exportação e venda a retalho. O MA desenvolve um plano único de controlo plurianual nacional e designa laboratórios de referência oficiais para analisar alimentos para consumo humano e animal e para proteger

a saúde e bem-estar dos animais, bem como a saúde das plantas. O MA é responsável por informar o público caso surjam motivos razoáveis para suspeitar que determinados alimentos para humanos ou para animais possam representar um risco para a saúde humana ou animal.

MH Ministério da Saúde

- ▶ Política de saúde
- ▶ Segurança Alimentar
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos

Sede: Zagreb
<https://zdravije.gov.hr>



Em colaboração com o MA, o Ministério da Saúde (MH) é responsável pela elaboração de legislação na área da segurança alimentar, albergando alimentos de origem não animal, suplementos alimentares, alimentos para bebés e crianças pequenas, alimentos para fins médicos específicos, géneros alimentícios ultracongelados, contaminantes em géneros alimentícios, aditivos alimentares e aromatizantes, bem como alimentos funcionais. O MH é também responsável pelas inspeções sanitárias de alimentos de origem não animal, durante a produção, processamento, importação e exportação. Além disso, o MH é responsável pela inspeção sanitária de alimentos de origem animal e não animal na venda a retalho, com exceção dos estabelecimentos por si aprovados. O MH coopera de forma próxima com o MA, de forma a supervisionar e efetivar controlos oficiais e desenvolver planos de controlo plurianuais nacionais.

HAH Agência Alimentar Croata

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de avaliações de riscos
- ▶ Apoio técnico e científico
- ▶ Ponto Focal da EFSA

Sede: Osijek
<http://www.hah.hr>



A Agência Alimentar Croata (HAH) é uma autoridade independente designada pelo governo, de base científica, e trabalha no âmbito do portfólio do MA. A HAH presta apoio científico e técnico em todas as questões relativas à segurança alimentar e alimentos para animais, à saúde e ao bem-estar animal, bem como a hábitos nutricionais como base da avaliação de riscos. A HAH é também responsável pela comunicação dos resultados das avaliações de riscos.

A HAH trabalha em estreita cooperação e comunicação com várias instituições nacionais e internacionais. O trabalho da HAH é apoiado por especialistas científicos nacionais independentes, através da participação na Comissão Científica, Painéis Científicos e grupos de trabalho. A HAH coopera, também, de forma próxima com o MA e o MH no desenvolvimento de planos de controlo plurianuais nacionais. Finalmente, a HAH é responsável pelo estabelecimento e coordenação da rede nacional de instituições na área da segurança alimentar. O Ponto de Contacto do Codex encontra-se no Instituto de Normalização Croata (HZN).

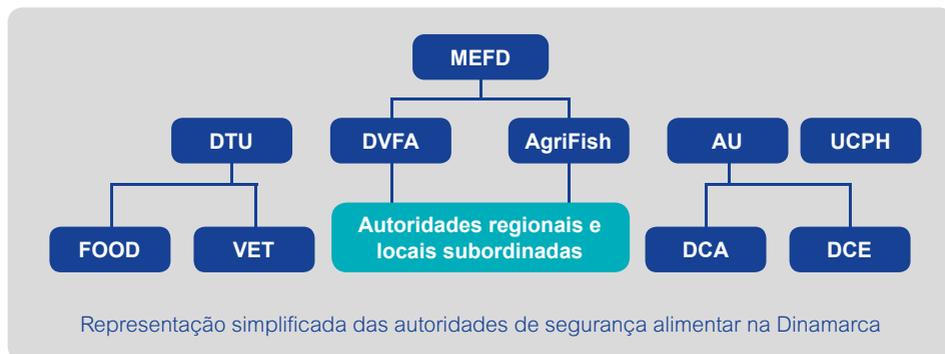
Níveis regional e local

A Croácia está dividida em 20 distritos e a capital, Zagreb, que é também considerada um distrito. A nível regional e local, a inspeção de alimentos de origem animal e não animal é realizada por inspetores sanitários e veterinários a nível estatal e fronteiriço. As inspeções regionais e locais são coordenadas e supervisionadas pela Direção de Segurança Veterinária e Alimentar (MA), pela Direção para a Política de Qualidade e Fitossanidade (MA) e pela Direção para a Promoção da Saúde (MH).

Instituições abrangidas pela rede EFSA conforme o artigo 36, Regulamento (CE) nº 178/2002

1. Croatian Food Agency (Hrvatska agencija za hranu, HAH) (EFSA Focal Point)
2. Croatian Veterinary Institute (Hrvatski Veterinarski Institut)

3.7 Dinamarca



Dinamarca

A Lei dos Alimentos Dinamarquesa é a base legal da legislação alimentar na Dinamarca. O incumprimento dos regulamentos alimentares pode levar a medidas no âmbito do direito penal e a ações de indemnização ao consumidor nos termos do direito civil, sendo que a decisão final recai sobre os tribunais. As medidas governamentais em matéria de segurança alimentar são muitas vezes baseadas na avaliação científica dos riscos. No entanto, a decisão final sobre a legalidade das medidas governamentais cabe aos tribunais. Na Dinamarca, a avaliação de riscos está separada institucionalmente da gestão de riscos. Algumas avaliações de riscos são publicadas e outras não.

MEFD
Ministério do Ambiente e da Alimentação da Dinamarca

► Política agrícola, segurança alimentar

Sede: Copenhaga
<http://www.fvm.dk>

O Ministério do Ambiente e da Alimentação da Dinamarca (MEFD) aborda a política ambiental e agrícola, bem como a segurança alimentar na Dinamarca. O MEFD prepara projetos de legislação na área da segurança alimentar e alimentos para animais. O trabalho de segurança alimentar do MEFD é apoiado por duas autoridades especializadas: A Administração Veterinária e Alimentar Dinamarquesa (DVFA) e a Agência Dinamarquesa de Agricultura e Pescas (AgriFish).

A área de trabalho do MEFD relacionada com a parte alimentar estende-se para além da segurança alimentar para, por exemplo, a nutrição, a fitossanidade, a saúde e o bem-estar animal.

DVFA Administração Veterinária e Alimentar Dinamarquesa

- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF
- ▶ Ponto de Contacto do Codex

Sede: Copenhaga
<http://www.fvst.dk>



Enquanto autoridade especializada subordinada do MEFD, a Administração Veterinária e Alimentar Dinamarquesa (DVFA) é responsável pela gestão de riscos no campo da segurança alimentar humana e animal. A DVFA é responsável pelas inspeções de alimentos para consumo humano e animal em todo o país. As avaliações de riscos do Instituto Nacional de Alimentação, Universidade Técnica da Dinamarca (DTU) são utilizadas pela DVFA como base para as medidas de gestão no campo da segurança alimentar. As avaliações de riscos do Instituto Nacional de Alimentação, Universidade Técnica da Dinamarca (DTU) são utilizadas pela DVFA como base para as medidas de gestão no campo da segurança alimentar.

O portfólio da DVFA inclui novos alimentos, suplementos alimentares, organismos geneticamente modificados (OGM), zoonoses, água mineral, água potável e resíduos de produtos fitofarmacêuticos e produtos medicinais veterinários. A área de trabalho da DVFA estende-se para além da segurança alimentar para, por exemplo, informação ao consumidor, ou seja, rotulagem de alimentos e aconselhamento nutricional.

AgriFish Agência Dinamarquesa de Agricultura e Pescas

- ▶ Gestão de riscos

Sede: Copenhaga
<http://www.agrifish.dk>



Enquanto autoridade especialista que apoia o MEFD, a Agência Dinamarquesa de Agricultura e Pescas (AgriFish) é responsável pelas áreas de agricultura, pesca e aquacultura, bem como plantas e horticultura. A competência da AgriFish inclui resíduos de produtos fitofarmacêuticos e fitossanitários. Existem sete Laboratórios Nacionais de Referência associados à AgriFish, de acordo com o Regulamento (CE) nº 882/2004.

DTU Instituto Nacional Alimentar, Universidade Técnica da Dinamarca

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Investigação
- ▶ Apoio à decisão com base em Investigação
- ▶ Ponto Focal da EFSA
- ▶ Vigilância e monitorização
- ▶ Planos de contingência
- ▶ Diagnósticos
- ▶ Educação
- ▶ Laboratório de referência

Sede: Copenhaga
<http://www.food.dtu.dk>



O Instituto Nacional Alimentar, Universidade Técnica da Dinamarca (DTU) investiga e comunica soluções sustentáveis e de valor acrescentado nas áreas de alimentação e saúde, em benefício

da sociedade e da indústria. Este instituto faz a diferença, produzindo conhecimento e soluções técnicas que previnem doenças e promovem a saúde, tornando possível alimentar a população em crescimento e desenvolvendo uma produção alimentar sustentável.

As tarefas dos institutos são realizadas através de uma cooperação interdisciplinar única entre as disciplinas de nutrição, química, toxicologia, microbiologia, epidemiologia e tecnologia.

O instituto funciona como Laboratório Nacional de Referência na área da contaminação química e microbiológica de alimentos, de acordo com o Regulamento (CE) nº 882/2004. Além disso, o Instituto Nacional de Alimentação é também Laboratório de Referência da UE para pesticidas em cereais e géneros alimentícios para animais e resistência antimicrobiana. É também um centro de colaboração da OMS para a resistência antimicrobiana para patógenos transmitidos por alimentos e para a monitorização da contaminação de alimentos.

Sendo fonte de aconselhamento científico e avaliação de riscos para a Administração Veterinária e Alimentar Dinamarquesa, o Instituto Nacional de Veterinária, Universidade Técnica da Dinamarca é uma das atribuições principais dos Institutos Veterinários Nacionais, baseando-se em sólidas competências científicas e conhecimentos especializados em doenças relevantes e relacionadas com a produção em animais domésticos e peixes. O Departamento tem a função de Laboratório de Referência Nacional para doenças animais e tem o estatuto de Laboratório Europeu de Referência para doenças dos peixes. Para além disso, o Departamento providencia ferramentas para a monitorização e controlo de doenças, uso e resistência antimicrobianos, no apoio ao estabelecimento de sistemas de produção pecuária com animais saudáveis, garantindo um abastecimento de alimentos protegido e seguro.

UCPH Universidade de Copenhaga

► Investigação

Sede: Copenhaga
<http://www.ku.dk>



A Universidade de Copenhaga (UCPH) leva a cabo investigação e educação baseada em investigação na área da Veterinária e Ciência Alimentar. As principais áreas de interesse para a EFSA são os novos alimentos, a engenharia genética, a segurança alimentar microbiana, as zoonoses, a resistência antimicrobiana, a saúde e o bem-estar animal e a nutrição humana.

DCA Centro Dinamarquês para a Alimentação e Agricultura, Universidade de Aarhus (AU)

- Investigação
- Serviços nacionais e internacionais do setor público
- Avaliação de riscos

Sede: Foulum, Tjele
<http://dca.au.dk>



A competência do Centro Dinamarquês para a Alimentação e Agricultura (DCA), Universidade de Aarhus (AU), inclui avaliações de riscos baseadas na investigação no campo da segurança alimentar animal. O DCA presta consultoria e soluções com base em investigação, incluindo avaliações de riscos para utilização pelo MEFD, pela Agência Dinamarquesa de Agricultura e Pescas e pela Administração Veterinária e Alimentar Dinamarquesa, como base para a regulamentação e trabalho legislativo. O DCA coopera com o DCE no cumprimento das tarefas, por exemplo,

no âmbito do MEFD, em áreas nas quais os seus diferentes tipos de especialização são complementares.

As áreas de trabalho do DCA incluem:

- ▶ Pecuária: sistemas de produção e gestão, criação, saúde, bem-estar, alimentação e segurança alimentar animal, clonagem, OGM;
- ▶ Qualidade da alimentação: garantia de qualidade, sistemas de produção, fornecimento, processamento, armazenamento, nutrição, avaliação da exposição, nanotecnologia;
- ▶ Fitossanidade: produtos fitofarmacêuticos, incluindo testes de eficácia e avaliação;
- ▶ Plantas: gestão da produção, criação, biotecnologia, climatologia, agroecologia;
- ▶ Interações entre o clima, solo, plantas, animais e seres humanos em sistemas agrícolas;
- ▶ Agricultura biológica.

DCE

Centro Dinamarquês para o Ambiente e Energia, Universidade de Aarhus (AU)

- ▶ Investigação
- ▶ Serviços nacionais e internacionais do setor público
- ▶ Avaliação de riscos

Sede: Roskilde, Silkeborg
<http://dce.au.dk/en>



O Centro Dinamarquês para o Ambiente e Energia (DCE), Universidade de Aarhus (AU), presta consultoria e soluções com base em investigação ao Ministério do Meio Ambiente, ao Ministério Dinamarquês da Energia, Serviços Públicos e Clima, entre outros. O DCE coopera com o DCA no cumprimento das tarefas, por exemplo, no âmbito do MEFD, em áreas nas quais os seus diferentes tipos de especialização são complementares.

O trabalho do DCE inclui áreas nas quais as considerações ambientais são de grande importância para a avaliação de alimentos para consumo humano e animal e sua produção, tais como:

- ▶ Contaminantes na cadeia alimentar;
- ▶ OGM (por exemplo, avaliação de riscos ambientais, estudos de invasão de plantas e diversidade microbiana);
- ▶ Produtos de proteção das plantas e seus resíduos (por exemplo, ecotoxicologia, cenários de exposição, modelos e ecossistemas)
- ▶ Fitossanidade (por exemplo, avaliação de riscos de pragas).

O DCE está envolvido no desenvolvimento de diretrizes para avaliação de riscos e tem conhecimentos em antibióticos, reguladores de crescimento e vida selvagem, para dispersão de doenças emergentes.

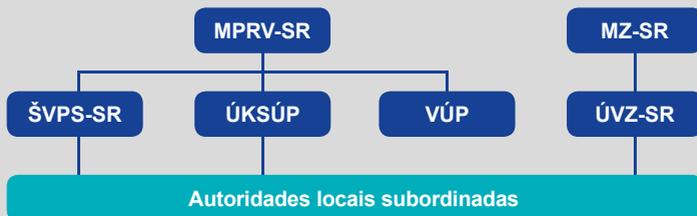
Níveis regional e local

Os níveis regional e local na Dinamarca consistem em cinco regiões e 98 distritos. A DVFA é composta por três gabinetes locais de controlo veterinário e cinco gabinetes locais de controlo alimentar. Os gabinetes locais são parte integrante da DVFA.

Instituições abrangidas pela rede EFSA conforme o artigo 36, Regulamento (CE) nº 178/2002

1. [Technical University of Denmark \(EFSA Focal Point\)](#)
2. [Aarhus University \(AU\)](#)
3. [University of Copenhagen](#)

3.8 Eslováquia



Representação simplificada das autoridades de segurança alimentar na Eslováquia

A base legal para a legislação alimentar na Eslováquia é a Lei dos Géneros Alimentícios (nº 152/1995 Coll.). O incumprimento dos regulamentos alimentares pode levar a medidas no âmbito do direito penal e a ações de indemnização ao consumidor nos termos do direito civil, sendo que a decisão final recai sobre os tribunais. As medidas governamentais em matéria de segurança alimentar são muitas vezes baseadas na avaliação científica dos riscos. No entanto, a decisão final sobre a legalidade das medidas governamentais cabe aos tribunais. Na Eslováquia, a avaliação de riscos e a gestão de riscos estão separadas institucionalmente. As avaliações de riscos são publicadas na internet.

MPRV-SR Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Eslováquia

- ▶ Coordenação da avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Ponto de Contacto do Codex
- ▶ Ponto Focal da EFSA

Sede: Bratislava
<http://www.mpsr.sk>



O Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Eslováquia (MPRV-SR) é responsável pela política agrícola, saúde e bem-estar animal, alimentação para animais, segurança alimentar, saúde das plantas e organismos geneticamente modificados (OGM). O MPRV-SR está envolvido na comunicação de riscos e na coordenação da avaliação de riscos. O MPRV-SR gere e coordena as autoridades oficiais de controlo na área da segurança alimentar humana e animal (a Administração Veterinária e Alimentar do Estado, ŠVPS-SR, e o Instituto Central de Controlo e Testes Agrícolas, ÚKSÚP). O Departamento de Segurança Alimentar e Nutrição do MPRV-SR coordena as análises laboratoriais e autoriza os laboratórios a realizar trabalhos analíticos (incluindo a nomeação dos Laboratórios Nacionais de Referência).

A Comissão de Segurança Alimentar e Nutrição é um órgão consultivo do Departamento de Segurança Alimentar e Nutrição do MPRV-SR. Esta Comissão emite conselhos em matéria de nutrição e segurança alimentar em toda a cadeia alimentar, em particular no que diz respeito à criação e implementação de estratégias e políticas nesta área. As avaliações científicas dos riscos são preparadas por organismos científicos, instituições de investigação e universidades.

Existem vários Laboratórios Nacionais de Referência associados ao MPRV-SR, de acordo com o Regulamento (CE) nº 882/2004.

MZ-SR Ministério da Saúde da Eslováquia

► Gestão de riscos

Sede: Bratislava
<http://www.health.gov.sk>



O Ministério da Saúde da Eslováquia (MZ-SR) é responsável pela política de saúde e é também a autoridade central competente para os controlos oficiais alimentares no setor da hotelaria e restauração, para a produção e colocação dos seguintes produtos no mercado: novos alimentos, suplementos alimentares, alimentos destinados a usos nutricionais específicos (incluindo alimentos para lactentes e crianças pequenas), bem como água mineral natural, água de nascente para bebês e crianças pequenas, géneros alimentícios tratados com radiação ionizante e materiais destinados ao contato com alimentos. A autoridade competente responsável pela coordenação da implementação dos controlos oficiais dos alimentos neste sector é a Autoridade para a Saúde Pública da Eslováquia (ÚVZ-SR) e suas autoridades regionais.

O MZ-SR autorizou vários laboratórios a realizarem análises laboratoriais de amostras colhidas

durante o controlo oficial de alimentos. Todos estes laboratórios estão credenciados de acordo com a norma EN ISO/IEC 17025 pelo SNAS (Serviço Nacional de Acreditação da Eslováquia), pela DAP (Deutsches Akkreditierungssystem Prüfwesen) ou pela CIA (Instituto de Acreditação da República Checa).

Os Laboratórios Nacionais de Referência estão associados ao MZ-SR, de acordo com o Regulamento (CE) nº 882/2004.

ŠVPS-SR Administração Veterinária e Alimentar da Eslováquia

- Gestão de riscos
- Ponto de Contacto do RASFF

Sede: Bratislava
<http://www.svssr.sk>



A Administração Veterinária e Alimentar da Eslováquia (ŠVPS-SR) está subordinada ao MPRV-SR e é responsável pelo controlo oficial da saúde e bem-estar animal, dos alimentos de origem animal e não animal em todas as etapas de produção, processamento e distribuição, exceto no setor de restauração, que é da responsabilidade do Ministério da Saúde (MZ-SR). A competência da ŠVPS-SR abrange os materiais alimentares para animais de origem animal, géneros alimentícios para animais utilizados diretamente ao nível da quinta, alimentos medicamentosos para animais, medicamentos veterinários e seus resíduos e subprodutos animais.

A ŠVPS-SR administra e coordena as atividades do Instituto Veterinário Estatal, três Institutos Veterinários e Alimentares Estatais, o Instituto Estatal de Controlo dos Biopreparados e dos Medicamentos Veterinários e o Instituto de Estudos Pós-Graduados para Cirurgias Veterinárias.

O Instituto Veterinário Estatal e os três Institutos Veterinários e Alimentares Estatais foram designados pelo MPRV-SR como laboratórios oficiais para realizar análises de amostras colhidas durante controlos oficiais de saúde animal e segurança de alimentos de origem animal e vegetal, incluindo a análise de géneros alimentícios produzidos no mercado interno. Estes laboratórios estão acreditados pela norma EN ISO/IEC 17025. A autoridade reguladora para medicamentos veterinários é o Instituto para o Controlo Estatal de Biopreparados e Medicamentos Veterinários (Sede: Nitra, <http://www.uskvbl.sk>).

ÚKSÚP Instituto Central de Controlo e Testes Agrícolas

- ▶ Gestão de riscos

Sede: Bratislava
<http://www.uksup.sk>



O Instituto Central de Controlo e Testes Agrícolas (ÚKSÚP) está subordinado ao MPRV-SR, e é responsável pelo controlo oficial do setor agrícola. A competência do ÚKSÚP abrange a saúde das plantas, sementes e plântulas, variedades vegetais, produtos fitofarmacêuticos, alimentos para animais e nutrição animal. O ÚKSÚP auxilia na elaboração da legislação e presta serviços de assessoria.

O ÚKSÚP realiza controlos fitossanitários em plantas importadas e exportadas e em materiais vegetais em três pontos fronteiriços. O ÚKSÚP é a autoridade competente para a agricultura biológica na Eslováquia, designado pelo Departamento de Proteção Ambiental e Agricultura Biológica (DEPOF). As análises das amostras colhidas durante os controlos oficiais são realizadas pelos seus próprios laboratórios credenciados.

VÚP Instituto de Investigação Alimentar

- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF

Sede: Bratislava
<http://www.vup.sk>



O Instituto de Investigação Alimentar (VÚP) está subordinado ao MPRV-SR, e uma das suas principais funções é a investigação focada na segurança alimentar e no desenvolvimento de novos métodos e técnicas analíticas. O Instituto atua como parte do Sistema de Alerta Rápido para Alimentos para Consumo Humano e Animal (RASFF) na Eslováquia e fornece pareceres científicos sobre contaminantes e pesticidas nos alimentos. O VÚP está também envolvido na elaboração de legislação alimentar. O VÚP ministra formação tanto para empresas como para autoridades oficiais, e tem um papel ativo na educação e na informação em matéria de alimentos. Os laboratórios do Instituto estão acreditados pela EN ISO/IEC 17025 e pelas normas ISO 9000.

ÚVZ-SR Autoridade de Saúde Pública da Eslováquia

- ▶ Gestão de riscos

Sede: Bratislava
<http://www.uvzsr.sk>



A Autoridade de Saúde Pública da Eslováquia (UVZ-SR) é a autoridade competente responsável pela coordenação da implementação de controlos oficiais de alimentos nos setores mencionados na seção anterior. Esta autoridade coordena todas as atividades de segurança alimentar, incluindo a preparação de programas

de controlo e relatórios relacionados, a organização de capacidade laboratorial e a cooperação com o MPRV-SR e as questões de proteção ao consumidor. Os controlos são implementados por 36 autoridades regionais de saúde pública.

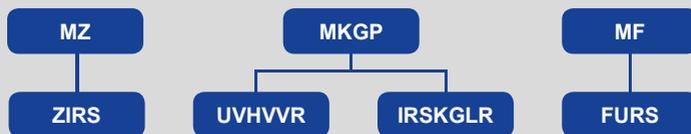
Níveis regional e local

A Eslováquia é composta por oito regiões e 79 distritos. As inspeções alimentares do foro humano e animal, bem como os cuidados veterinários e fitossanitários, são coordenados e efetivados pelas seguintes entidades: ŠVPS-SR, ÚK-SÚP e ÚVZ-SR. A ŠVPS-SR é apoiada por oito autoridades regionais, 40 autoridades distritais veterinárias e alimentares, quatro laboratórios e três postos de inspeção fronteiriços. A ÚVZ-SR é apoiada por 36 autoridades regionais e 10 laboratórios.

Instituições abrangidas pela rede EFSA conforme o artigo 36, Regulamento (CE) nº 178/2002

1. Ministry of Agriculture and Rural Development of the Slovak Republic (MARD) (EFSA Focal Point), including:
 - Food Safety and Nutrition Department (FSND)
 - Department of Animal Production
 - Department of Plant Production
2. Public Health Authority of the Slovak Republic
3. Regional Public Health Authority in Poprad
4. Central Controlling and Testing Institute in Agriculture
5. State Veterinary and Food Institute
6. Slovak University of Agriculture in Nitra
7. University of Veterinary Medicine and Pharmacy in Kosice
8. Institute of Parasitology, Slovak Academy of Sciences
9. Water Research Institute
10. National Agricultural and Food Centre

3.9 Eslovénia



Representação simplificada das autoridades de segurança alimentar na Eslovénia

A Lei dos Alimentos é a base legal da legislação alimentar na Eslovénia. A base legal para controlos oficiais é representada por várias leis nacionais e regulamentos governamentais. O não cumprimento destes regulamentos pode levar a medidas administrativas e/ou sancionatórias envidadas pela Inspeção de Saúde da Eslovénia (ZIRS), pela Administração Eslovena para a Segurança Alimentar, Setor Veterinário e Proteção das Plantas (UVHVVR), pela Inspeção Eslovena para a Agricultura, Silvicultura, Caça e Pescas (IRSKGLR) e pela Administração Financeira (FURS). Podem, também, ser tomadas medidas ao abrigo do direito penal (Ministério Público) e direito civil (ações civis). As medidas acima são baseadas em requisitos legais ou em análises de riscos nos casos em que não existam requisitos legais da UE ou nacionais. A decisão final sobre a legalidade das medidas aplicadas cabe aos tribunais.

Os processos de avaliação de riscos e de gestão de riscos estão separados institucionalmente.

MZ Ministério da Saúde

- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Liubliana
<http://www.mz.gov.si>



O Ministério da Saúde (MZ) é responsável pela estrutura política e legislativa na área dos cuidados de saúde, incluindo saúde pública e seguros de saúde. O portfólio do MZ inclui a segurança alimentar e água potável e a execução de uma política geral de nutrição. Dentro da área da segurança alimentar, o MZ é especificamente responsável pela elaboração da legislação e supervisiona a sua implementação em relação a alimentos para grupos específicos, suplementos alimentares e materiais destinados ao contacto com alimentos. O MZ solicita avaliações de riscos de instituições científicas designadas, tais como o Instituto Nacional de Saúde Pública (NIJZ) e o Laboratório Nacional de Saúde, Ambiente e Alimentação (NLZOH).

O Instituto Nacional de Saúde Pública (NIJZ, www.nijz.si) é uma organização científica nacional para a avaliação e comunicação de riscos químicos, nutricionais, microbiológicos e de novos alimentos. O NIJZ trabalha em estreita cola-

boração com organizações nacionais e internacionais, na área da segurança alimentar.

O Laboratório Nacional de Saúde, Ambiente e Alimentação (NLZOH, www.nlzoh.si) serve como Laboratório Nacional de Referência nos termos do Regulamento (CE) nº 882/2004 e é responsável pela avaliação de riscos das amostras oficiais de controlo.

ZIRS Inspeção de Saúde da República da Eslovénia

- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Inspeção e controlo

Sede: Liubliana
<http://www.zi.gov.si>

A Inspeção de Saúde da República da Eslovénia (ZIRS) é responsável pelo controlo oficial de suplementos alimentares, alimentos para grupos específicos, materiais destinados ao contacto com os alimentos e água potável.

MKGP Ministério da Agricultura, Silvicultura e Alimentação

- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Liubliana
<http://www.mko.gov.si>



O Ministério da Agricultura, Silvicultura e Alimentação (MKGP) é responsável pelo quadro político e legislativo na área da agricultura, pescas e silvicultura, incluindo a qualidade dos alimentos para consumo humano e animal, ou seja, normas de comercialização de alimentos, designação de origem protegida, indicação geográfica protegi-

da, especialidade tradicional garantida e indicação de produtos de maior qualidade.

UVHVVR Administração da Segurança Alimentar, da Veterinária e Fitossanidade

- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Inspeção e controlos
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF
- ▶ Ponto de Contacto do Codex
- ▶ Ponto Focal da EFSA

Sede: Liubliana
<http://www.uvhvvr.gov.si>

A Administração da Segurança Alimentar, da Veterinária e Fitossanidade (UVHVVR) é responsável pela elaboração e implementação da estrutura legislativa, monitorização dos riscos, gestão dos riscos na saúde pública, animal e vegetal, bem como pela inspeção e controlo oficiais ao longo de toda a cadeia alimentar referente aos humanos e animais.

As competências da UVHVVR compreendem as tarefas administrativas, técnicas e de inspeção na área da segurança, qualidade e rotulagem dos alimentos (incluindo organismos geneticamente modificados (OGM), águas minerais naturais) e alimentos para animais; segurança alimentar no sector da restauração; saúde e bem-estar animal; zoonoses, uso de produtos medicinais veterinários, subprodutos animais; proteção da saúde das plantas; registo e utilização de produtos de proteção das plantas, resíduos de pesticidas.

No comércio internacional, a UVHVVR é responsável pelo acesso ao mercado no que diz respeito à segurança alimentar, requisitos veterinários e fitossanitários. Os controlos de importação e exportação destes setores são implementados em estreita colaboração com a autoridade aduaneira da FURS.

A UVHVVR solicita avaliações de riscos de instituições científicas e organizações de investigação designadas, tais como:

- ▶ Universidade de Ljubljana, Faculdade de Veterinária – Instituto Nacional de Veterinária, Faculdade de Biotecnologia
- ▶ Laboratório Nacional de Saúde, Ambiente e Alimentação
- ▶ Instituto Nacional de Saúde Pública
- ▶ Instituto Agrícola da Eslovénia
- ▶ Instituto Nacional de Biologia
- ▶ Instituto Esloveno de Investigação do Lúpulo e da Cerveja
- ▶ Instituto Florestal Esloveno

IRSKGLR

Inspecção Eslovena para a Agricultura, Silvicultura, Caça e Pescas

- ▶ Inspecção e controlos

Sede: Liubliana
<http://www.ikglr.gov.si/en>

A Inspecção Eslovena para a Agricultura, Silvicultura, Caça e Pescas (IRSKGLR) é responsável pelos controlos oficiais (verificações no local) de identificação e registo de animais.

MF

**Ministério das Finanças
 Administração Financeira (FURS)**

- ▶ Inspecção e controlos

Sede: Liubliana
<http://www.carina.gov.si>

A Administração Financeira (FURS) está subordinada ao Ministério das Finanças (MF). A FURS é responsável pelos controlos oficiais de importações em relação a:

- ▶ Produtos de origem animal para consumo pessoal;
- ▶ Movimentos não comerciais de animais de estimação;

- ▶ Verificações documentais e de identidade de géneros alimentícios de origem não animal;
- ▶ Materiais de embalagem de madeira;
- ▶ Detecção de importações ilegais.

Níveis regional e local

A Eslovénia é composta por 12 regiões e 212 municípios. Tem uma estrutura centralizada. As atividades de supervisão alimentar são da responsabilidade da UVHVVR. A Administração Eslovena para a Segurança Alimentar, Setor Veterinário e Proteção das Plantas, com a sua sede, dez Gabinetes Regionais e dois Postos de Controlo Fronteiriço e a ZIRS, com a sua sede e sete Gabinetes Regionais.

Instituições abrangidas pela rede EFSA conforme o artigo 36, Regulamento (CE) nº 178/2002

1. Ministry of Agriculture, Forestry and Food (EFSA Focal Point)
2. National Institute of Public Health
3. Agricultural Institute of Slovenia
4. Slovenian Institute for Hop Research and Brewing
5. University of Maribor (Univerza v Mariboru)
6. Jozef Stefan Institute
7. National Institute of Biology (NIB)
8. National Laboratory of Health, Environment and Food (Nacionalni laboratorij za zdravje, okolje in hrano-NLZOH)
9. Slovenian Forestry Institute
10. Nutrition Institute
11. University of Ljubljana

O MAPAMA é o Ponto de Contacto nacional para a fraude alimentar e é utilizador do Sistema de Assistência e Cooperação Administrativa (sistema AAC).

O MAPAMA é também responsável pela elaboração de avaliações de riscos em relação a resíduos de produtos fitofarmacêuticos e alimentos para animais. É também a autoridade reguladora dos produtos fitofarmacêuticos.

O portfólio do MAPAMA inclui organismos geneticamente modificados (OGM) (sementes, material de propagação de plantas, alimentação para animais, uso e fabrico de alimentos)², zoonoses e medicamentos veterinários. O MAPAMA é a autoridade reguladora dos pesticidas, ou seja, regista, autoriza e monitoriza o uso de pesticidas. No entanto, antes de o MAPAMA autorizar o uso de pesticidas, a AECOSAN é consultada quanto aos resíduos nos alimentos, o MSSSI é consultado para avaliar a segurança do utilizador, e o próprio MAPAMA avalia a eficácia do pesticida em questão e a sua segurança para o meio ambiente. A área de trabalho do MAPAMA estende-se para além da segurança alimentar para, por exemplo, a saúde das plantas e a saúde e bem-estar animal.

Existem quatro Laboratórios Nacionais de Referência associados ao MAPAMA, de acordo com o Regulamento (CE) nº 882/2004.

MSSSI
Ministério da Saúde, Serviços Sociais e Igualdade

- ▶ Política de saúde, segurança alimentar
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Madrid
<http://www.msssi.es>



O Ministério da Saúde, Serviços Sociais e Igualdade é o principal responsável pela segurança alimentar. O Subprograma de Controlo de Resíduos nos Postos de Inspeção Fronteiriços (BIP) na importação (abrangido pelo programa de controlo de resíduos a nível nacional, implementado pelas autoridades regionais) é realizado pelo MSSSI (Subdireção-Geral de Saúde no Exterior, Direção-Geral de Saúde Pública, Qualidade e Inovação). Inclui alimentos de origem animal e vegetal.

A área de trabalho do MSSSI ultrapassa a segurança alimentar para, por exemplo, a nutrição. Dentro do MSSSI, a Agência Espanhola para os Assuntos do Consumidor, Segurança Alimentar e Nutricional (AECOSAN) trata da maioria dos problemas de segurança alimentar.

A autoridade reguladora dos medicamentos veterinários é a Agência Espanhola de Produtos Medicinais e de Saúde, uma agência subordinada ao MSSSI.

² A responsabilidade sobre as decisões nacionais em matéria de OGM é da competência do Comité Interministerial Espanhol sobre OGM

AECOSAN Agência Espanhola para os Assuntos do Consumidor, Segurança Alimentar e Nutricional

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Ponto de Contacto do Codex
- ▶ Ponto Focal da EFSA
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF

Sede: Madrid

<http://www.aecosan.msssi.gob.es>



A Agência Espanhola para os Assuntos do Consumidor, Segurança Alimentar e Nutricional (AECOSAN) decorre da consolidação do Instituto Nacional do Consumidor (INC) e da Agência Espanhola de Segurança Alimentar e Nutrição (AESAN). A fusão de ambas as instituições fortalece o papel da agência responsável na garantia da segurança alimentar e da proteção ao consumidor.

A AECOSAN é uma autoridade especialista subordinada ao MSSSI. A AECOSAN é a autoridade competente para todos os projetos legislativos em matéria de segurança alimentar disponíveis em Espanha, incluindo a incorporação de diretrizes da UE na legislação nacional, bem como novas regulamentações nacionais.

A AECOSAN prepara relatórios especializados sobre avaliação de riscos, particularmente em relação a novos alimentos, resíduos de produtos fitofarmacêuticos, suplementos alimentares, zoonoses e águas minerais, entre outros. A AECOSAN tem o apoio de uma Comissão Científica formada por especialistas externos independentes. Esta Comissão tem duas secções: os Assuntos do Consumidor e a Segurança Alimentar e Nutricional, sendo que esta última emite os mais recentes relatórios científicos sobre riscos

biológicos, químicos, tecnológicos e nutricionais. A AECOSAN prepara recomendações para redução dos riscos e identifica novos riscos para a saúde. A AECOSAN também é responsável pela gestão de riscos biológicos, químicos e nutricionais, incluindo OGM (alimentos).

Outras principais áreas de responsabilidade da AECOSAN incluem uma comunicação transparente com o público em geral, ciência e outros círculos envolvidos ou interessados. A AECOSAN também está envolvida na coordenação das inspeções alimentares estatais, bem como na coordenação e programação dos controlos oficiais sobre segurança alimentar. A área de trabalho da AECOSAN estende-se para além da segurança alimentar, para a nutrição, incluindo a promoção de uma dieta saudável e dos direitos dos consumidores.

Existem dois Laboratórios Nacionais de Referência associados à AECOSAN, de acordo com o Regulamento (CE) nº 882/2004. A AECOSAN possui um Laboratório Nacional de Referência (Centro Nacional para a Alimentação, CNA) e um Laboratório de Referência da UE para Biotoxinas Marinhas (LR-UEMB). Para além disso, o Centro de Investigação e Controlo de Qualidade (CICC) também está atribuído à AECOSAN. O CICC é um grupo de laboratórios onde todos os tipos de produtos do mercado espanhol são analisados, para garantir que se cumpram os regulamentos técnicos e sanitários e as Normas de Qualidade que os regulam.

Níveis regional e local

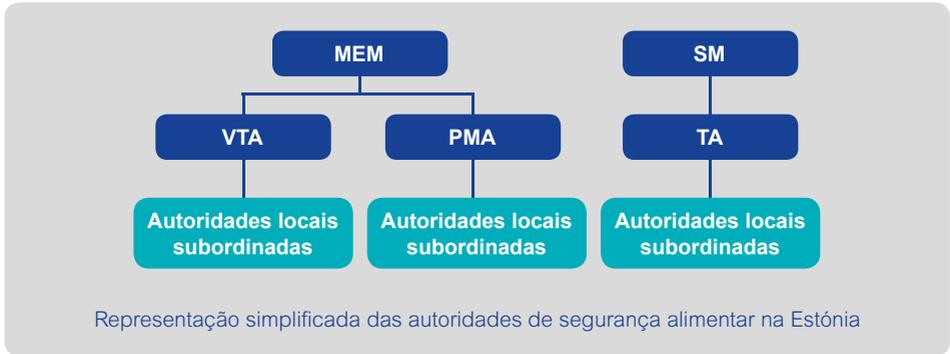
Do ponto de vista administrativo, a Espanha é organizada a nível regional e local em 17 regiões autónomas, duas cidades autónomas (Ceuta e Melilha) e 52 províncias. Algumas autoridades regionais de segurança alimentar realizam avaliações de riscos a nível regional. A implementação de inspeções alimentares no âmbito humano e animal é tarefa das autoridades regionais e locais.

Instituições abrangidas pela rede EFSA conforme o artigo 36, Regulamento (CE) nº 178/2002

1. Spanish Agency for Consumer Affairs, Food Safety and Nutrition (AECOSAN) (EFSA Focal Point)
2. Spanish National Research Council (Agencia Estatal Consejo Superior de Investigaciones Científicas, CSIC)
3. Agri-Food Laboratory (Laboratori Agroalimentari)
4. Departamento de Nutrición, Bromatología y Tecnología de los Alimentos, Facultad de Veterinaria, Universidad Complutense
5. Universidad Complutense de Madrid
6. Universitat de les Illes Balears
7. Drug Analysis Service – Universidad Autónoma de Barcelona (Facultad de Veterinaria)
8. Agència Catalana de Seguretat Alimentària (ACSA)
9. Institute of Agriculture and Food Research and Technology (IRTA)
10. Laboratory of Mycology (UCM)
11. Nutrición y Bromatología, Facultad de Veterinaria, Universidad de Murcia
12. Institute of Nutrition and Food Technology (INYTA)
13. Saluvet Group
14. ELIKA – Basque Foundation for Agrofood Safety
15. University of Santiago de Compostela
16. Basque Institute for Agrarian Research and Development (NEIKER)
17. Institute of Health Carlos III (Instituto de Salud Carlos III, ISCIII)
18. National Institute for the Agricultural and Food Research and Technology (INIA)
19. University of Almeria (Universidad de Almería, UAL)
20. University of the Basque Country (UPV/EHU)
21. Universitat Rovira i Virgili
22. University of Valencia

23. Ministry of Agriculture, Food and Environment, including:
 - Laboratorio Arbitral Agroalimentario (LAA)
 - Laboratorio Central de Veterinaria (LCV)
24. Fundació Centre de Recerca en Economia i Desenvolupament Agroalimentari UPC-IRTA (CREDA)
25. University of Barcelona (UB)
26. Universidad de Córdoba
27. Universidad de Sevilla
28. University of Vigo (Universidade de Vigo)
29. Polytechnic University of Valencia (Universitat Politècnica de València)
30. Universidad de las Palmas de Gran Canaria
31. Canary Health Service (Servicio Canario de la Salud)
32. University of Castilla-La Mancha (Universidad de Castilla-La Mancha, UCLM)
33. Universidad de León
34. University Jaume I (Universitat Jaume I de Castellón)

3.11 Estónia



A base legal para a segurança alimentar e alimentos para animais na Estónia é a Lei dos Alimentos e a Lei dos Alimentos para Animais. Estas leis definem disposições em matéria de higiene, rotulagem e controlo, bem como as autoridades competentes ou os organismos de controlo no domínio da segurança alimentar humana e animal. O incumprimento dos regulamentos alimentares pode levar a medidas no âmbito do direito penal e a ações de indemnização ao consumidor nos termos do direito civil, sendo que a decisão final recai sobre os tribunais. As medidas governamentais em matéria de segurança alimentar são muitas vezes baseadas na avaliação de riscos. No entanto, a decisão final sobre a legalidade das medidas governamentais cabe aos tribunais.

Na Estónia, não existe uma separação institucional rigorosa da avaliação de riscos e da gestão de riscos. No entanto, existe separação em certos aspetos processuais. Não há uma publicação habitual dos resultados da avaliação de riscos, no entanto, e dependendo da importância dos resultados, poderão ser publicados e/ou disponibilizados mediante solicitação.

MEM Ministério dos Assuntos Rurais

- ▶ Política agrícola e segurança alimentar
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Coordenação da avaliação de riscos
- ▶ Ponto de Contacto do Codex
- ▶ Ponto Focal da EFSA

Sede: Tallinn
<http://www.agri.ee>



O Ministério dos Assuntos Rurais (MEM) trata da política agrícola e, mais especificamente, da segurança alimentar na Estónia. O MEM prepara projetos de legislação no campo da alimentação humana e animal e coordena o desempenho das tarefas do estado na segurança alimentar. O Conselho Veterinário e Alimentar (VTA) e o Conselho Agrícola (PMA) tornam possível o trabalho do MEM no âmbito das suas responsabilidades enquanto autoridades competentes e órgãos executivos. Estas entidades são responsáveis pelo controlo oficial da alimentação humana e animal. No que se refere às questões sobre os organismos geneticamente modificados (OGM),

o MEM colabora de forma próxima com o Ministério do Meio Ambiente (KKM) e com o Ministério dos Assuntos Sociais (SM).

Existem dois Laboratórios Nacionais de Referência (Laboratório Veterinário e Alimentar, Centro de Investigação Agrícola) associados ao MEM, de acordo com o Regulamento (CE) nº 882/2004. A área de trabalho do MEM estende-se para além da segurança alimentar humana e animal para, por exemplo, a fitossanidade, a saúde e o bem-estar animal.

SM Ministério dos Assuntos Sociais

- ▶ Política de saúde
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Tallinn
<http://www.sm.ee>



O Ministério dos Assuntos Sociais (SM) trata da política de saúde na Estónia. Este Ministério prepara projetos de legislação no campo da água potável, mineral e de nascente. O SM, o MEM e o KKM trabalham em conjunto no campo dos OGM. O Conselho de Saúde (TA) e a Agência Estatal dos Medicamentos (RA) apoiam o trabalho do SM, na sua qualidade de autoridades competentes. A RA é a autoridade reguladora dos medicamentos veterinários na Estónia, com exceção da sua utilização por veterinários e detentores de animais.

A área de trabalho do SM estende-se a questões sobre nutrição em instituições públicas na Estónia (valor nutricional dos alimentos, nutrição diversificada e equilibrada).

TA Conselho de Saúde

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos

Sede: Tallinn
<http://www.terviseamet.ee>



O Conselho de Saúde (TA) está subordinado ao SM. O TA é responsável pela avaliação de riscos, medidas de gestão de riscos e comunicação de riscos na área da água potável, mineral natural e de nascente.

O TA é a autoridade competente para a água mineral natural e potável, e monitoriza e coordena as tarefas das autoridades regionais e locais relevantes.

Existem dois Laboratórios Nacionais de Referência associados ao TA, de acordo com o Regulamento (CE) nº 882/2004.

VTA Conselho Veterinário e Alimentar

- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF

Sede: Tallinn
<http://www.vet.agri.ee>



O Conselho Veterinário e Alimentar (VTA) está subordinado ao MEM. O foco principal do trabalho do VTA é a gestão de riscos e a comunicação de riscos. O VTA monitoriza e coordena as tarefas relevantes das autoridades locais. A avaliação de

riscos é subcontratada a institutos de investigação e universidades.

As atividades do VTA incluem, entre outras, alimentos para animais, suplementos alimentares, OGM, materiais destinados ao contacto com os alimentos, zoonoses, novos alimentos e resíduos de produtos medicinais veterinários. A área de trabalho do VTA estende-se para além da segurança alimentar humana e animal para, por exemplo, a saúde e o bem-estar animal, a produção biológica, a criação animal e o controlo do mercado.

PMA **Conselho Agrícola**

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos

Sede: Saku
<http://www.pma.agri.ee>



O Conselho Agrícola (PMA) está subordinado ao MEM. A competência do PMA inclui avaliação de riscos, gestão de riscos e comunicação de riscos relativas aos produtos de proteção das plantas (PPP). O PMA é a autoridade reguladora para a autorização de PPP (incluindo pesticidas). O PMA controla também o uso de PPP, para garantir que os regulamentos relevantes são cumpridos.

A área de trabalho do PMA estende-se para além do campo dos produtos para proteção das plantas, para, por exemplo, a fitossanidade.

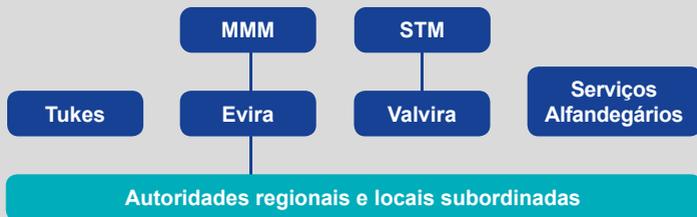
Níveis regional e local

O VTA tem um gabinete local em cada uma das 15 regiões da Estónia. Esses gabinetes locais denominam-se Centros Veterinários e são responsáveis pela promulgação de legislação sobre alimentos para consumo humano e animal e sua inspeção. O PMA também possui um gabinete local em cada região, responsável pela saúde das plantas e pelo controlo do uso de produtos para a sua proteção. O TA é constituído por uma autoridade central e quatro gabinetes regionais denominados Serviços do Conselho de Saúde, com mais divisões em 15 distritos.

Instituições abrangidas pela rede EFSA conforme o artigo 36, Regulamento (CE) nº 178/2002

1. Ministry of Rural Affairs (EFSA Focal Point), including:
 - Food Safety Department (FSD)
 - Plant Health Department
 - Research and Development Department
 - IT Department
2. Estonian Environmental Research Centre (Eesti Keskkonnauuringute Keskus OÜ)
3. Estonian University of Life Sciences (Eesti Maaülikool, EMÜ)
4. Estonian Veterinary and Food Laboratory
5. University of Tartu
6. National Institute for Health Development
7. Veterinary and Food Board

3.12 Finlândia



Representação simplificada das autoridades de segurança alimentar na Finlândia

Finlândia

A Lei dos Alimentos Finlandesa é a base legal da legislação alimentar na Dinamarca. O incumprimento dos regulamentos alimentares pode levar a medidas no âmbito do direito penal e a ações de indemnização ao consumidor nos termos do direito civil, sendo que a decisão final recai sobre os tribunais. As medidas governamentais em matéria de segurança alimentar são muitas vezes baseadas na avaliação científica dos riscos. No entanto, a decisão final sobre a legalidade das medidas governamentais cabe aos tribunais. Embora não exista uma separação institucional rigorosa da avaliação de riscos e da gestão de riscos na Finlândia, os aspetos processuais da avaliação de riscos e da gestão de riscos estão separados. As avaliações de riscos estão disponíveis publicamente.

MMM Ministério da Agricultura e Silvicultura

- ▶ Segurança alimentar humana e animal
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Helsínquia
<http://mmm.fi/en/frontpage>



A responsabilidade ministerial pela segurança alimentar humana e animal está centralizada, na Finlândia, no Ministério da Agricultura e Silvicultura (MMM). O MMM tem responsabilidade política e legislativa. O portfólio do MMM inclui a alimentação para animais, o bem-estar e saúde animal, a fitossanidade e a proteção das plantas. A responsabilidade do MMM por produtos de origem animal abrange todas as fases de processamento, exceto a distribuição.

Existem três Laboratórios Nacionais de Referência associados ao MMM, de acordo com o Regulamento (CE) nº 882/2004.

STM Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais

- ▶ Política de nutrição
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos

Sede: Helsínquia
<http://stm.fi/en/frontpage>



No setor alimentar, o Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais (STM) trata da política de nutrição, incluindo a legislação sobre a água potável. O Conselho de Tecnologia Genética no STM é responsável pela coordenação de atividades sob as diretrizes de engenharia genética da CE.

Evira Autoridade Finlandesa para a Segurança Alimentar

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Ponto de Contacto do Codex
- ▶ Ponto Focal da EFSA
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF

Sede: Helsínquia, várias sedes regionais
<https://www.evira.fi/en>



A Autoridade Finlandesa para a Segurança Alimentar (Evira) opera ao abrigo do MMM e é a autoridade central no campo da segurança alimentar humana e animal na Finlândia. A Evira desempenha um papel de liderança no desenvolvimento e implementação do programa nacional de controlo de alimentos, que abrange a cadeia alimentar da “quinta ao prato”. Algumas das inspeções são realizadas diretamente pela

Evira, mas a principal responsabilidade das inspeções cabe, no entanto, às autoridades regionais e municipais.

A Evira é responsável pela avaliação científica dos riscos e realiza investigação científica sobre segurança alimentar. Atua, também, como ligação aos consumidores, organizando a comunicação de riscos.

O Centro Finlandês de Zoonoses, no âmbito da Evira, forma um órgão de cooperação entre a Evira e o Instituto Nacional para a Saúde e Bem-Estar (THL). Esta iniciativa garante uma cooperação estreita entre especialistas relevantes no campo da segurança alimentar humana e animal e da saúde pública e animal.

A área de trabalho da Evira abrange os alimentos, higiene alimentar, novos alimentos, zoonoses, organismos geneticamente modificados (OGM), águas embaladas e qualidade da água na produção alimentar, alimentos para animais, resíduos e segurança dos consumidores, bem como contaminantes e suplementos alimentares.

A área de trabalho da Evira estende-se para além da segurança alimentar para, por exemplo, saúde animal, bem-estar animal e produtos medicinais veterinários. (A agência reguladora para medicamentos veterinários, no entanto, é a Agência Finlandesa de Medicamentos Fimea).

Tukes Agência Finlandesa de Segurança e Produtos Químicos

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Helsínquia, Tampere, Rovaniemi
<http://www.tukes.fi/en>



A Agência Finlandesa de Segurança e Produtos Químicos (Tukes) supervisiona e promove a segurança técnica e a conformidade, juntamente com a segurança dos consumidores e produtos químicos na Finlândia. A Tukes é a agência reguladora dos pesticidas. As tarefas relacionadas com os pesticidas estão sob a alçada do Ministério do Emprego e da Economia.

**Valvira
Autoridade Nacional de Supervisão do Bem-Estar e da Saúde**

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Helsínquia
<http://www.valvira.fi/web/en/front-page>



A Autoridade Nacional de Supervisão do Bem-Estar e da Saúde (Valvira) é responsável, no campo da segurança alimentar, pela supervisão da água da torneira. A Valvira é também responsável pelas atividades de implementação e controlo da Lei nacional de Tecnologia Genética. Para além disso, supervisiona resíduos de pesticidas em produtos alcoólicos.

Serviços Alfandegários Finlandeses

- ▶ Gestão de riscos

Sede: Helsínquia
<http://www.tulli.fi>

Os Serviços Alfandegários Finlandeses (sob alçada do Ministério das Finanças) são as autoridades competentes para alimentos de origem não animal na importação.

Níveis regional e local

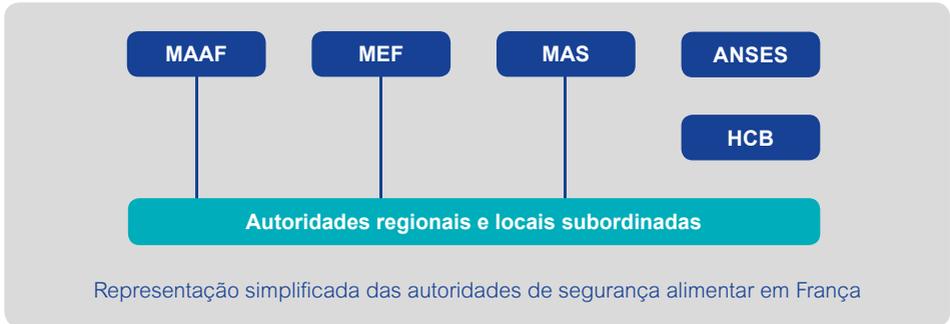
A Finlândia divide-se em seis regiões, geridas por Agências Administrativas Regionais Estatais. Estas agências regionais estão sob a alçada do Ministério das Finanças. As regiões dividem-se, ainda, em municípios autónomos. O controlo alimentar e o controlo da saúde e bem-estar dos animais são realizados por 62 unidades locais de controlo de saúde ambiental que reportam aos municípios.

Para além disso, os controlos na área da identificação, registo, alimentação animal e fitossanidade são realizados em 15 Centros Regionais para o Desenvolvimento Económico, Transportes e Ambiente (sob a supervisão do Ministério do Emprego e da Economia), em nome da Evira.

Instituições abrangidas pela rede EFSA conforme o artigo 36, Regulamento (CE) nº 178/2002

1. Finnish Food Safety Authority (EVIRA) (EFSA Focal Point)
2. Radiation and Nuclear Safety Authority (STUK)
3. Finnish Environment Institute (SYKE)
4. University of Helsinki
5. National Institute for Health and Welfare (THL)
6. MTT Agrifood Research Finland
7. University of Turku
8. Finnish Safety and Chemicals Agency (Tukes)

3.13 França



O Regulamento (CE) nº 178/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 28 de Janeiro de 2002, que vem estabelecer os princípios gerais e os requisitos da lei dos alimentos, é a base legal da legislação alimentar em França.

As medidas governamentais em matéria de segurança alimentar são baseadas na ciência, mais exatamente na avaliação científica dos riscos.

Em França, a segurança alimentar, a avaliação de riscos e a gestão de riscos estão separadas institucionalmente. As avaliações de riscos, as opiniões científicas e outras declarações são realizadas pela Agência Francesa para a Alimentação, Ambiente e Saúde e Segurança no Trabalho (ANSES) e pelo Conselho Superior de Biotecnologia (HCB) no âmbito dos organismos geneticamente modificados (OGM), e estão disponíveis publicamente através de publicação nos seus respetivos websites (salvo disposições legais que o proibam).

A gestão de riscos divide-se entre três Direções-Gerais de três ministérios: a Direção-Geral da Alimentação (DGAL, MAAF), a Direção-Geral da Política da Concorrência, dos Assuntos do Consumidor e Fraude (DGCCRF, MEF) e a Direção-Geral da Saúde (DGS, MAS).

Os ministérios recorrem a avaliações de riscos elaboradas pela ANSES e pelo HCB no caso dos OGM, como base científica para as medidas de gestão de riscos.

Essas três Direções-Gerais têm uma dupla responsabilidade:

- ▶ “Política”: através de uma administração central que garante a representação francesa em autoridades internacionais e europeias, bem como pelo desenvolvimento de regulamentos a nível nacional.
- ▶ “Operacional”: através de serviços descentralizados localizados nas regiões e départements cuja missão é controlar a implementação de regulamentos de saúde e alimentares.

A comunicação de riscos é conduzida pela ANSES e pelos ministérios, conforme o caso. O Ponto de Contacto do Codex, em França, está situado no *Secrétariat général des affaires européennes* (Secretaria Geral para os Assuntos Europeus), sob a autoridade do Primeiro-Ministro.

MAAF
Ministério da Agricultura, Silvicultura e
Agroalimentar

- ▶ Política agrícola, segurança alimentar
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF

Sede: Paris
<http://agriculture.gouv.fr>



No domínio da segurança alimentar, o Ministério da Agricultura, Silvicultura e Agroalimentar (MAAF) é responsável pela política agrícola, pela segurança dos alimentos de origem animal ou vegetal e pela segurança da alimentação animal. O MAAF prepara projetos de legislação nesta área e é também responsável pelo controlo e inspeção. O MAAF é também responsável pela luta contra a criminalidade alimentar.

O portfólio do MAAF engloba produtos fitofarmacêuticos, incluindo resíduos, produtos medicinais veterinários, OGM e zoonoses.

A área de trabalho do MAAF estende-se para além da segurança alimentar para a fitossanidade, proteção das plantas, saúde e bem-estar animal. Em França existem dois Pontos de Contacto do RASFF, um no MAAF e outro no MEF.

MEF
Ministério da Economia, Indústria e
Assuntos Digitais,
Direção-Geral da Política da Concorrência,
dos Assuntos do Consumidor e Fraude

- ▶ Política do consumidor, segurança alimentar
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF

Sede: Paris
<http://www.economie.gouv.fr>



O Ministério da Economia, Indústria e Assuntos Digitais, Direção-Geral da Política da Concorrência, dos Assuntos do Consumidor e Luta contra a Fraude (MEF) é responsável pela política do consumidor, incluindo inspeções alimentares estatais de todos os produtos de origem não animal. O portfólio do MEF inclui suplementos alimentares, novos alimentos, água mineral, resíduos de produtos fitofarmacêuticos e OGM em alimentos de origem não animal (outros aspetos relacionados com os OGM estão cobertos pelo MAAF).

MAS
Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais,
Directorate General for Health

- ▶ Política de saúde, segurança alimentar
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos

Sede: Paris
<http://www.sante.gouv.fr>

A Direção-Geral da Saúde do Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais (MAS) trata da política de saúde pública, segurança alimentar e água mineral e potável. O MAS define objetivos e prioridades para a política de saúde pública, estabelece o quadro legislativo e regulamentar, desenvolve

assuntos do consumidor. Mais especificamente, o HCB tem as seguintes funções:

- ▶ Avaliar a segurança da biotecnologia: fornece pareceres sobre a biomonitorização nacional e sobre os riscos para a saúde pública e o ambiente de várias utilizações possíveis de OGM;
- ▶ Estudar aspetos da biotecnologia relacionados com a sociedade: aconselha, especificamente, sobre o impacto social e económico dos OGM, e considera os problemas éticos que estes suscitam.

Para a prossecução destas tarefas, o HCB é composto por duas comissões: uma Comissão Científica (SC) e uma Comissão Económica, Ética e Social (EESC).

Níveis regional e local

A França é composta por 18 regiões e 101 departamentos (cinco départements e regiões estão localizados internacionalmente). As inspeções alimentares humanas e animais são realizadas pelos serviços descentralizados (gabinetes regionais e locais) dos três ministérios responsáveis pela segurança alimentar humana e animal.

Instituições abrangidas pela rede EFSA conforme o artigo 36, Regulamento (CE) nº 178/2002

1. French Agency for Food, Environmental and Occupational Health & Safety (Agence Nationale de Sécurité Sanitaire de l'Alimentation, de l'Environnement et du Travail, ANSES) (EFSA Focal Point)
2. National Institute for Agricultural Research/Institut National de la Recherche Agronomique (INRA)
3. High Council for Biotechnology (Haut Conseil des Biotechnologies, HCB)
4. French Agriculture Research Centre for International Development (Centre de Coopération Internationale en Recherche Agronomique pour le Développement, CIRAD)
5. Ecole Nationale Vétérinaire d'Alfort
6. Institut Pasteur (Paris)
7. Institut Pasteur de Lille
8. Institute for Higher Education and Research in Food, Animal Health, Agronomic and Environmental Sciences (Institut d'Enseignement Supérieur et de Recherche en Alimentation, Santé Animale, Sciences Agronomiques et de l'Environnement, VetAgro Sup)
9. Food and Cellular Toxicology Laboratory (Laboratoire de Toxicologie Alimentaire et Cellulaire, EA 3880, Université de Bretagne Occidentale, UBO)
10. Ecole Nationale Vétérinaire de Toulouse (ENVT)
11. Agrocampus Ouest
12. National Institute for Research in Science and Technology for Environment and Agriculture (Institut National de Recherche en Sciences et Technologies pour l'Environnement et l'Agriculture, IRSTEA)
13. French Research Institute for Exploitation of the Sea (Institut Français de Recherche pour l'Exploitation de la Mer, Ifremer)
14. French Institute for Public Health Surveillance (Institut de Veille Sanitaire, InVS)
15. National College of Veterinary Medicine, Food Science and Engineering, Nantes Atlantique (Ecole Nationale Vétérinaire, Agroalimentaire et de l'Alimentation, Nantes-Atlantique, Oniris)
16. Centre International d'Etudes Supérieures en Sciences Agronomiques
17. University of Burgundy (Université de Bourgogne, uB)

3.14 Grécia



O Regulamento (CE) nº 178/2002 é a base legal para a legislação alimentar na Grécia. O incumprimento dos regulamentos alimentares pode levar a medidas no âmbito do direito penal e a ações de indemnização ao consumidor nos termos do direito civil, sendo que a decisão final recai sobre os tribunais. As medidas governamentais em matéria de segurança alimentar são muitas vezes baseadas na avaliação científica dos riscos. No entanto, a decisão final sobre a legalidade das medidas governamentais cabe aos tribunais.

Na Grécia não existe separação institucional da avaliação de riscos e da gestão de riscos.

YAAT Ministério do Desenvolvimento Rural e da Alimentação

- ▶ Política agrícola, segurança alimentar
- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Atenas
<http://www.minagric.gr>



O Ministério do Desenvolvimento Rural e da Alimentação (YAAT) é responsável pela política agrícola e pela segurança dos produtos agrícolas (alimentares) na Grécia. O YAAT implementa legislação horizontal e vertical na área da alimentação humana e animal e é responsável pela coordenação das inspeções de segurança alimentar, em cooperação com a EFET. As bases para as medidas de gestão do YAAT são as avaliações de riscos realizadas pelo próprio YAAT ou pelas suas organizações supervisionadas. O YAAT também está envolvido na comunicação transparente com o consumidor em temas de segurança alimentar humana e animal. O YAAT é também responsável pela segurança alimentar, resíduos de produtos fitofarmacêuticos e produtos medicinais veterinários, organismos geneticamente modificados (OGM) e zoonoses.

O YAAT monitoriza as inspeções veterinárias realizadas pelas autoridades locais e é a autoridade reguladora dos produtos fitofarmacêuticos (incluindo pesticidas).

A autoridade reguladora dos produtos medicinais veterinários é a Organização Nacional dos Medicamentos (EOF). A área de trabalho do YAAT estende-se para além da segurança alimentar para a fitossanidade, proteção das plantas, saúde e bem-estar animal e biocidas.

Existem 46 Laboratórios Nacionais de Referência em funcionamento na Grécia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 882/2004.

YY Ministério da Saúde

- ▶ Política de saúde, segurança alimentar
- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Atenas
<http://www.moh.gov.gr>



O Ministério da Saúde (YY) ocupa-se da política de saúde. É responsável pela avaliação de riscos, comunicação de riscos e gestão de riscos no campo das águas minerais e potável.

EFET Autoridade Alimentar Helénica

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Ponto de Contacto do Codex
- ▶ Ponto Focal da EFSA
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF

Sede: Atenas
<http://www.efet.gr>



A Autoridade Alimentar Helénica (EFET) é uma autoridade subordinada do YAAT. A EFET garante que os alimentos produzidos, distribuídos ou comercializados na Grécia cumprem com as normas de segurança e higiene dos alimentos, conforme é descrito pela legislação nacional e europeia.

A EFET supervisiona as inspeções alimentares na Grécia. Os serviços centrais da EFET monitorizam e coordenam as tarefas das suas autoridades regionais. As avaliações de riscos são compiladas por um órgão consultivo científico (ESET) estabelecido no âmbito da EFET. As avaliações de riscos são a base para as medidas de gestão de riscos e sua correspondente disseminação. O trabalho de avaliação de riscos do EFET é realizado de forma independente.

A área de trabalho da EFET estende-se além da segurança alimentar, para a rotulagem, ações sobre nutrição e saúde, política de nutrição, formação, comunicação com as partes interessadas, etc.

EOF**Organização Nacional dos Medicamentos**

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Atenas
<http://www.eof.gr>



A Organização Nacional dos Medicamentos (EOF) é uma entidade pública sobre a alçada administrativa do YY. A tarefa da EOF é assegurar a saúde pública e a segurança dos medicamentos para uso humano e veterinário. A competência da EOF também inclui produtos alimentares destinados a usos nutricionais específicos, suplementos alimentares, biocidas, dispositivos médicos e cosméticos. A EOF é a autoridade reguladora de todos os produtos relacionados com a saúde na Grécia. Esta entidade monitoriza a qualidade, a segurança e a eficácia do produto após comercialização. A EOF propõe e promove investigação médica e farmacêutica. A EOF fornece também aos profissionais públicos e de saúde informações objetivas sobre medicamentos (para uso humano e veterinário) e outros produtos relacionados com a saúde, para garantir uma utilização segura e racional e para apoiar uma relação custo-eficácia otimizada.

Níveis regional e local

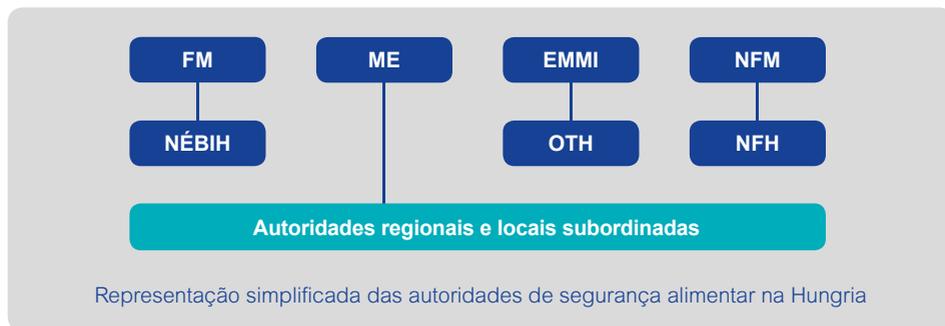
Os níveis regional e local na Grécia dividem-se em sete administrações descentralizadas, 13 regiões e 325 municípios. A implementação das inspeções alimentares fica a cargo de nove autoridades regionais da EFET e das autoridades locais. O YAAT e a EFET são responsáveis pela coordenação das inspeções alimentares regionais.

Tanto o Laboratório Geral Estatal de Química como os Serviços Químicos estão ao abrigo da supervisão do Ministério e Finanças, e são responsáveis pelas análises laboratoriais de produtos alimentares.

Instituições abrangidas pela rede EFSA conforme o artigo 36, Regulamento (CE) nº 178/2002

1. Hellenic Food Authority (EFET) (EFSA Focal Point)
2. Benaki Phytopathological Institute
3. National and Kapodistrian University of Athens
 - Department of Hygiene and Epidemiology, Public Health Nutrition and Nutritional Epidemiology Unit, Medical school
 - Laboratory of Analytical Chemistry, Department of Chemistry
4. University of Crete
5. Agricultural University of Athens
6. Harokopio University
7. NTUA, School of Chemical Engineering, Laboratory of Food Chemistry and Technology
8. Hellenic Health Foundation
9. Alexander Technological Educational Institution of Thessaloniki
10. Hellenic Agricultural Organisation – DEMETER
11. Ministry of Finance, including:
 - General Chemical State Laboratory
12. Ministry of Rural Development and Food, including:
 - Directorate of Plant Produce Protection
 - Food Hygiene Institute of Athens
 - Food Hygiene Institute of Thessaloniki
13. National Center for Scientific Research “Demokritos”
14. University of Thessaly
15. University of Ioannina
16. Aristotle University of Thessaloniki

3.15 Hungria



A Lei da Cadeia Alimentar é a base legal da legislação alimentar na Hungria. O incumprimento dos regulamentos alimentares pode levar a medidas no âmbito do direito penal e a ações de indemnização ao consumidor nos termos do direito civil, sendo que a decisão final recai sobre os tribunais. As medidas governamentais em matéria de segurança alimentar são muitas vezes baseadas na avaliação científica dos riscos. No entanto, a decisão final sobre a legalidade das medidas governamentais cabe aos tribunais.

Na Hungria, o Gabinete Nacional de Segurança da Cadeia Alimentar (NÉBIH) é responsável pela gestão de riscos e avaliação de riscos. As avaliações de riscos não são ainda publicadas na internet.

FM Ministério da Agricultura

- ▶ Política agrícola, política de segurança da cadeia alimentar
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos

Sede: Budapeste
<http://www.kormany.hu/en/ministry-of-agriculture>



O Ministério da Agricultura (FM) é totalmente responsável pelos controlos oficiais de toda a cadeia alimentar. As principais tarefas do ministério são: relações internacionais, planeamento estratégico e elaboração de legislação nos campos da segurança da cadeia alimentar "da quinta ao prato" e supervisão das atividades de controlo a nível local e municipal.

O portfólio do FM inclui o solo, a saúde das plantas, a alimentação para animais, alimentos para consumo humano, organismos geneticamente modificados (OGM), zoonoses, água mineral e potável. O FM também trata de resíduos de produtos fitofarmacêuticos e medicamentos veterinários. No entanto, a autoridade reguladora para pesticidas e medicamentos veterinários é o NÉBIH.

O ministério formula medidas governamentais relacionadas não apenas com o desenvolvimento rural, mas também com a supervisão das cadeias alimentares, da proteção ambiental e da economia agrícola. Os principais objetivos do ministério são a gestão sustentável dos recursos naturais, a diversidade de utilização da terra rural, o desenvolvimento rural e a criação de condições para a produção e distribuição de produtos alimentares seguros e de elevada qualidade.

EMMI **Ministério das Capacidades Humanas,** **Secretaria de Estado da Saúde**

- ▶ Política de saúde e proteção ao consumidor
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Budapeste
<http://www.kormany.hu/en/ministry-of-human-resources>

A Secretaria de Estado da Saúde é responsável por determinar as regras especiais e a elaboração de legislação relativa à prestação de cuidados de saúde a nível nacional e em instituições do ensino superior. Regula as tarefas nacionais de saúde pública.

A área de competência do Ministério das Capacidades Humanas (EMMI) abrange a legislação no domínio da saúde nutricional (ou seja, aspetos nutricionais de saúde da restauração de grande dimensão) e é o principal responsável pelo estabelecimento de legislação sobre suplementos alimentares, produtos dietéticos, fórmulas infantis e de transição, queixas referentes à nutrição e à saúde e rotulagem relacionada com a nutrição. O EMMI supervisiona o Gabinete Nacional do Diretor Médico, responsável pela nutrição, queixas na área da saúde, suplementos alimentares, alimentos para fins nutricionais especiais e doenças transmitidas por alimentos.

NFM **Ministério do Desenvolvimento Nacional,** **Secretaria de Estado para a Infocomunicação** **e Proteção do Consumidor**

- ▶ Proteção ao consumidor

Sede: Budapeste
<http://www.kormany.hu/en/ministry-of-national-development>

A Autoridade de Proteção ao Consumidor (NFH) – que trabalha sob tutela do Ministério do Desenvolvimento Nacional, Secretaria de Estado para a Infocomunicação e Proteção do Consumidor (NFM) – tem competência em caso de violação da proibição de práticas comerciais desleais relacionadas com a rotulagem e a publicidade dos géneros alimentícios.

ME **Gabinete do Primeiro-Ministro**

- ▶ Financiamento para pessoal, infraestrutura
- ▶ Implementação dos programas operacionais

Sede: Budapeste
<http://www.kormany.hu/en/prime-minister-s-office>

Desde 2011, o Gabinete do Primeiro Ministro (ME) é responsável pelo financiamento de pessoal e da infraestrutura e pela implementação dos programas operacionais.

Do ponto de vista administrativo, os Gabinetes Governamentais do Condado (CGO) estão sob a alçada do Gabinete do Primeiro-Ministro. O ME possui outros poderes de gestão não profissionais (por exemplo: direitos do empregador) – no que se refere aos CGO.

NÉBIH

Gabinete Nacional de Segurança da Cadeia Alimentar

- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Ponto Focal da EFSA
- ▶ Ponto de Contacto do Codex
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF
- ▶ Ponto de Contacto da INFOSAN da OMS

Sede: Budapeste

<http://portal.nebih.gov.hu/hu>

O Gabinete Nacional de Segurança da Cadeia Alimentar (NÉBIH) é uma entidade jurídica independente com competência e responsabilidade a nível nacional, sob a supervisão direta do Ministro da Agricultura. O seu orçamento anual é definido pelo Governo. O NÉBIH possui uma estrutura de organização complexa, com diferentes direções horizontais e profissionais e laboratórios de testes. O NÉBIH abrange toda a cadeia alimentar, desde o solo até à distribuição no retalho e restauração, a fim de facilitar a segurança da produção de alimentos para consumo humano e animal, em termos de saúde animal e das plantas e conservação do solo. O NÉBIH está envolvido na autorização de novos alimentos.

A Direção de Avaliação de Riscos para a Segurança Alimentar é responsável pela avaliação de riscos na Hungria, no domínio da segurança alimentar.

A Direção de Gestão do Sistema e Supervisão coordena o plano de controlo plurianual nacional (MANCP) e é responsável pela avaliação de riscos, planeamento estratégico e com base nos riscos de controlos oficiais, e para o desenvolvimento de sistemas de TI.

Em resultado do trabalho preliminar cooperativo do Ministério do Desenvolvimento Rural e do NÉBIH, a Estratégia de Segurança da Cadeia Alimentar 2013-2022 foi aceite pelo Governo. Esta estratégia determina os objetivos e deveres mais importantes relacionados com a segurança da cadeia alimentar, para além de orientar a consecução desses objetivos nos próximos dez anos.

Níveis regional e local

Do ponto de vista administrativo, a Hungria está dividida em 19 condados e Budapeste. Os condados estão subdivididos em 175 distritos, e Budapeste é uma sua própria sub-região, com 23 distritos.

Ao nível dos condados, todas as autoridades envolvidas nos controlos oficiais da cadeia alimentar foram combinadas e integradas nos Gabinetes Governamentais do Condado (CGO). Desde 1 de abril de 2015, os anteriormente independentes órgãos de administração agrícola foram incorporados num único departamento, no âmbito dos CGO.

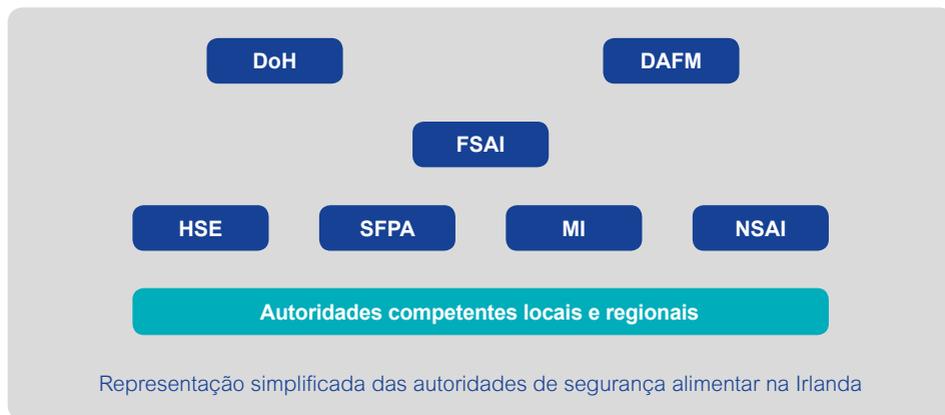
O ME é responsável pela direção dos CGO; o FM é responsável pela direção profissional das unidades responsáveis pelo controlo da cadeia alimentar. Quanto aos controlos oficiais da cadeia alimentar, os CGO implementam os planos de controlo de acordo com os procedimentos e diretrizes fornecidos pelo NÉBIH, a pedido do FM.

Desde 2013, a nível local, existem 198 Gabinetes Governamentais Distritais (DGO). Dentro destes DGO existem 82 unidades distritais de segurança da cadeia alimentar e de saúde animal. Em média, cada unidade é responsável por 2-3 DGO.

**Instituições abrangidas pela rede EFSA
conforme o artigo 36, Regulamento (CE)
nº 178/2002**

1. National Food Chain Safety Office
(EFSA Focal Point)
2. National Institute for Food and Nutrition
Science
3. Hungarian Dairy Research Institute
4. Szent István University Faculty of
Veterinary Science
5. Cereal Research Non-Profit Company
6. Corvinus University of Budapest, Faculty
of Food Science
7. National Center of Epidemiology
8. Centre for Agricultural Research of the
Hungarian Academy of Sciences
9. Research Centre for Natural Sciences
10. University of Debrecen
11. National Agricultural Research and
Innovation Center (Nemzeti Agrarkutatási
és Innovációs Központ)

3.16 Irlanda



A grande parte da legislação irlandesa em matéria de alimentos decorre da adesão da Irlanda à União Europeia. Na Irlanda não existe separação institucional da avaliação de riscos e da gestão de riscos. As avaliações de riscos são, em princípio, publicadas na Internet, a menos que existam disposições legais que o proibam.

DoH
Ministério da Saúde

- ▶ Política de saúde, política de segurança alimentar

Sede: Dublin
<http://health.gov.ie>

O Ministério da Saúde (DoH) é responsável pelas questões políticas na área da segurança alimentar, pela formulação e transposição de regulamentos da UE e pela revisão da legislação nacional. A sua competência abrange os setores de retalho alimentares e o processamento e distribuição de alimentos, não associados ao retalho, de origem animal e não animal.

DAFM
Ministério da Agricultura, da Alimentação e do Mar

- ▶ Política agrícola, política de segurança alimentar
- ▶ Avaliação de riscos da alimentação humana e animal
- ▶ Ponto de Contacto do Codex

Sede: Dublin
<http://www.agriculture.gov.ie>

O Ministério da Agricultura, da Alimentação e do Mar (DAFM) é responsável pelo desenvolvimento de políticas, pelas negociações a nível da UE, pela implementação na legislação nacional das regras da UE e pelos controlos oficiais nas áreas de produção primária de alimentos, saúde e bem-estar animal, segurança alimentar, fitossanidade, pescas, abate de animais e processamento de alimentos de origem animal até ao retalho, exclusive. O DAFM realiza avaliações de riscos no campo da alimentação animal. O pessoal do DAFM aplica também a legislação alimentar e

conduz a gestão de riscos alimentares sob contrato com a FSAI. A aplicação, pelo DAFM, da lei relativa aos alimentos para animais e as atividades associadas de gestão de riscos são uma função independente. Existem oito Laboratórios Nacionais de Referência associados ao DAFM, de acordo com o Regulamento (CE) nº 882/2004. A competência do DAFM estende-se para além da segurança alimentar, para, por exemplo, a fitossanidade, a saúde e bem-estar animal, os alimentos para animais, organismos geneticamente modificados (OGM) e zoonoses. O DAFM é a autoridade reguladora para pesticidas e medicamentos veterinários.

O serviço veterinário nacional do DAFM está subdividido em quatro inspeções regionais de saúde e bem-estar animal, com 28 Gabinetes Veterinários Distritais. Existem seis regiões regionais inspetivas de saúde pública veterinária.

FSAI Autoridade de Segurança Alimentar da Irlanda

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Ponto Focal da EFSA
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF

Sede: Dublin
<http://www.fsai.ie>



A Autoridade de Segurança Alimentar da Irlanda (FSAI) é um órgão estatutário e independente com base na ciência, dedicado a proteger a saúde pública e os interesses dos consumidores na área da segurança e higiene alimentar. Fundada em 1999, a sua principal função é garantir que os alimentos produzidos no Estado e os alimentos por si distribuídos ou comercializados correspondam aos mais altos padrões de segurança e higiene alimentar razoavelmente realizáveis.

A FSAI faz cumprir a legislação alimentar na Irlanda. Fá-lo através da gestão de atividades de controlo oficiais, através de acordos de serviços com outros órgãos – a saber, o Serviço de Saúde (HSE), o Ministério da Agricultura, da Alimentação e do Mar (DAFM), a Autoridade para a Proteção das Pescas no Mar (SFPA), as Autoridades Locais, o Instituto do Mar (MI) e a Autoridade Nacional de Normas da Irlanda (NSAI) – apoio científico e técnico a outros órgãos através de publicações e formação e realização de avaliações de riscos para apoiar decisões e ações de gestão de riscos.

A FSAI tem competência para realizar avaliação de riscos, gestão de riscos e comunicação de riscos no que diz respeito à segurança alimentar.

HSE Serviço de Saúde

- ▶ Saúde Pública
- ▶ Saúde Ambiental
- ▶ Segurança Alimentar

Sede: Kildare
<http://www.hse.ie>



O Serviço de Saúde (HSE) foi estabelecido pelo DoH, como parte das disposições da Lei da Saúde de 2004. O Serviço de Saúde Ambiental faz parte do HSE e fornece uma variedade de serviços de segurança alimentar e controlo de alimentos, em nome da FSAI. O HSE possui nove laboratórios alimentares, todos eles oficiais, nos termos do Regulamento (CE) nº 882/2004. Dois desses laboratórios foram nomeados Laboratórios Nacionais de Referência.

O HSE está dividido em quatro regiões geográficas: Região do Sul, Região Oeste, Região de Dublin Mid-Leinster e Região Nordeste de Dublin. Existem entre sete e nove secções de saúde ambiental em cada região e 39 a nível nacional.

SFPA
Autoridade para a Proteção das Pescas no Mar

► Regulamentação da pesca marítima e do pescado

Sede: Cork
<http://www.sfpa.ie>

A Autoridade para a Proteção das Pescas no Mar (SFPA) é responsável pela implementação e aplicação da legislação nacional e da UE que trata das condições de saúde para a produção e colocação no mercado de peixes, mariscos e produtos da pesca. A sua competência estende-se desde a colheita e a captura à colocação dos peixes ou de produtos de peixe no mercado, excluindo produtos na venda a retalho, que, por sua vez, são supervisionados pelo HSE. A SFPA tem seis gabinetes nos principais portos, pela costa.

MI
Instituto do Mar

► Investigação marinha, desenvolvimento e inovação da tecnologia

Sede: Galway
<http://www.marine.ie>

O Instituto do Mar (MI) é responsável pela implementação da legislação em matéria de saúde da vida animal aquática, ao abrigo da legislação da UE e nacional, e monitoriza o movimento de peixes e mariscos à sua entrada e circulação dentro da Irlanda. O MI é o Laboratório Nacional de Referência para doenças dos peixes, moluscos e crustáceos. Presta assessoria científica e serviços de apoio tanto à FSAI como à SFPA.

NSAI
Autoridade Nacional de Normas da Irlanda

► Órgão nacional de normas e medição

Sede: Dublin
<http://www.nsai.ie>



A Autoridade Nacional de Normas da Irlanda (NSAI) é responsável pelo desenvolvimento das normas irlandesas, representando os interesses irlandeses no trabalho dos organismos de normalização europeus e internacionais CEN e ISO, o reconhecimento de águas minerais naturais e os controlos sobre fornecedores de materiais destinados ao contacto com os alimentos.

Níveis regional e local

Autoridades locais (31 no total) que se enquadram na estrutura do governo local do Ministério da Habitação, do Planeamento, da Comunidade e do Governo Local são organismos multipropósito responsáveis por uma ampla gama de serviços, incluindo serviços veterinários. Estes são organizados ao nível de distrito ou cidade.

**Instituições abrangidas pela rede EFSA
conforme o artigo 36, Regulamento (CE)
nº 178/2002**

1. Food Safety Authority of Ireland
(EFSA Focal Point)
2. Dublin Public Analyst's Laboratory
3. Safefood
4. Cork Public Analyst's Laboratory
5. Teagasc
6. Marine Institute
7. University College Cork – National
University of Ireland, Cork
8. University College Dublin
9. National University of Ireland Galway
10. University of Limerick, Department of Life
Sciences
11. Athlone Institute of Technology
12. Dublin Institute of Technology (DIT)
13. National University of Ireland Maynooth
14. TCD (Trinity College Dublin)
15. Limerick Institute of Technology

3.17 Itália



Representação simplificada das autoridades de segurança alimentar em Itália

MdS Ministério da Saúde

- ▶ Política de saúde, segurança alimentar
- ▶ Saúde e bem-estar animal
- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF

Sede: Roma
<http://www.salute.gov.it>



Em Itália, a maioria das competências para a segurança alimentar humana e alimentos para animais, a saúde e o bem-estar dos animais são atribuídas, a nível nacional, ao Ministério da Saúde (MdS) (reorganizado por “Decreto do Primeiro Ministro nº 59 de 11 de fevereiro de 2014”), mais especificamente:

- ▶ Direção-Geral de Saúde Animal e Medicina Veterinária (DGAHVM);
- ▶ Direção-Geral de Higiene Alimentar, Segurança Alimentar e Nutrição (DGFHFSN);
- ▶ Direção-Geral dos Órgãos Consultivos dos Cuidados de Saúde (DGABHC) (gabinetes 2 e 3);
- ▶ Secretaria-Geral (gabinete 3).

A este respeito, a Direção-Geral dos Órgãos Consultivos dos Cuidados de Saúde foi criada no âmbito do Ministério da Saúde de Itália (MdS), identificada como a autoridade italiana competente da Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA). Realiza funções relativas à avaliação dos riscos físicos, químicos e biológicos na segurança alimentar, assegurando um vínculo com as regiões, e também ao planeamento das atividades de avaliação de riscos da cadeia alimentar e das partes interessadas.

A Direção-Geral dos Órgãos Consultivos dos Cuidados de Saúde (DGABHC), para além das suas atividades de avaliação de riscos, é responsável pelas consultas às associações de consumidores e produtores, bem como pela investigação preliminar e coordenação de processos de avaliação de riscos.

Esta Direção Inclui a Comissão Nacional de Segurança Alimentar (CNSA), órgão técnico consultivo composto por 18 especialistas independentes; colabora com a EFSA e fornece pareceres científicos, a pedido das Autoridades Competentes centrais e das autoridades competentes das Regiões ou Províncias Autónomas.

A atividade do MdS inclui controlos oficiais no decorrer da importação de alimentos para consumo humano e animal, higiene geral dos alimentos para consumo humano e animal, alimentos novos, suplementos alimentares, rotulagem e nutrição, materiais destinados ao contacto com os alimentos, organismos geneticamente modificados (OGM), zoonoses, resíduos de produtos fitofarmacêuticos, produtos medicinais veterinários. O MdS é a autoridade reguladora para produtos fitofarmacêuticos e produtos medicinais veterinários, e pode realizar auditorias e inspeções nas autoridades regionais competentes.

A Itália introduziu sanções administrativas contra a violação do Regulamento (CE) nº 178/2002 pelo Decreto Legislativo nº 190/2006, e implementou o Pacote de Higiene da UE através do Decreto Legislativo nº 193/2007, que identifica as Autoridades nacionais Competentes para Controlos Oficiais. Sempre que alguma inconformidade detetada possa representar um perigo para a saúde pública, aplicam-se também ações penais.

Todas as atividades de controlo realizadas pelas autoridades competentes centrais e locais estão integradas num plano de controlo plurianual nacional (MANCP), desenvolvido em conformidade com os princípios e orientações estabelecidos no Regulamento (CE) nº 882/2004, segundo os quais os planos devem basear-se na avaliação de riscos (Regulamento (CE) nº 178/2002) e na categorização de riscos (Regulamento (CE) nº 882/2004).

O MANCP é realizado em colaboração com todas as autoridades competentes: o Istituto Superiore di Sanità (ISS – Instituto Nacional de Saúde), os Institutos Zooprofiláticos Experimentais (IIZZSS), o Ministério das Políticas Agrícolas, Alimentares e Florestais (MiPAAF), o Ministério do Ambiente, as Regiões e Províncias Autónomas, a Agência Aduaneira, o Comandi Carabinieri para proteção da saúde (NAS), o Corpo Florestal do Estado (CUTFAA), as Autoridades Portuárias e a Policia do Ministério das Finanças.

MiPAAF Ministério das Políticas Agrícolas, Alimentares e Florestais

- ▶ Política agrícola
- ▶ Fitossanidade
- ▶ Controlos de qualidade, rotulagem e rastreabilidade de alimentos para consumo humano e animal
- ▶ Alguns aspetos no campo dos produtos fitofarmacêuticos e fertilizantes
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Ponto de Contacto do Codex

Sede: Roma
<http://www.politicheagricole.gov.it>



No âmbito do Ministério das Políticas Agrícolas, Alimentares e Florestais (MiPAAF), o Departamento de Políticas Competitivas é responsável pela coordenação das atividades relacionadas com a qualidade dos produtos agrícolas e dos alimentos. A Direção-Geral das Políticas Competitivas para o Desenvolvimento Rural é responsável pela saúde das plantas, sementes, material de propagação, fertilizantes e alguns aspetos no domínio dos produtos fitofarmacêuticos, bem como para a criação e produtos de origem animal.

A Inspeção Central de Combate à Fraude e Proteção da Qualidade dos Produtos Agroalimentares (ICQRF) é o órgão responsável pela aplicação da lei do MiPAAF, responsável pela prevenção de fraudes. Realiza controlos sobre a rotulagem e a qualidade dos géneros alimentícios, produtos agrícolas, fertilizantes e produtos fitossanitários, recorrendo à sua própria rede de laboratórios.

ISS

Instituto Nacional de Saúde

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Ponto Focal da EFSA

Sede: Roma

<http://www.iss.it>



À nível nacional, o Instituto Nacional de Saúde (ISS) (que está incluído no portfólio do MdS) é o principal órgão público técnico e científico do Serviço Nacional de Saúde Italiano. Este Instituto realiza avaliações de riscos na área dos alimentos para animais, novos alimentos, suplementos alimentares, OGM, zoonoses, água mineral, água potável e resíduos de produtos fitofarmacêuticos e produtos medicinais veterinários em nome do MdS. Uma atividade importante do Instituto, realizada em nome do Ministro da Saúde ou das regiões, é a inspeção e controlo de qualidade dos produtos alimentícios e das embalagens. O ISS realiza também análises de confirmação.

Níveis regional e local

Com exceção das questões expressamente reservadas ao governo central, a responsabilidade pelos controlos foi transferida para o nível regional. As 19 regiões e 2 províncias autónomas têm responsabilidade, dentro dos seus territórios, de planeamento, coordenação, orientação, autorização e verificação, enquanto a implementação operacional dos controlos é realizada a nível local por 146 unidades locais, com um elevado nível de autonomia de gestão. As unidades locais são responsáveis pelos controlos locais sobre saúde animal, bem-estar animal e alimentos de origem animal e não animal. As amostras oficiais de alimentos, rações e animais recolhidas pelas unida-

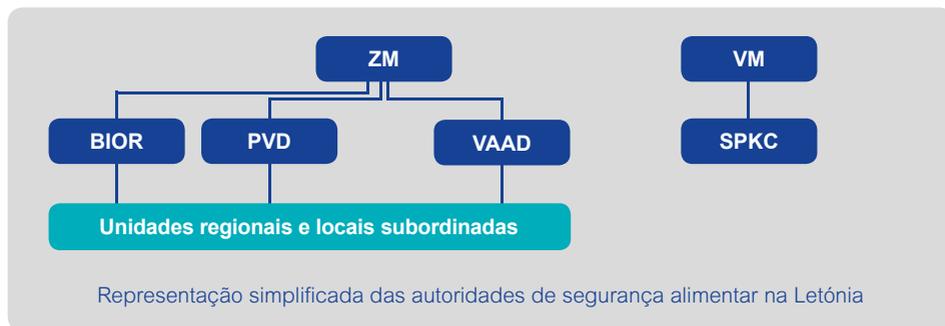
des locais no âmbito da sua atividade de controlo oficial são analisadas pelos laboratórios oficiais do IIZZSS, que operam a nível local.

Instituições abrangidas pela rede EFSA conforme o artigo 36, Regulamento (CE) nº 178/2002

1. Italian National Institute of Health (Istituto Superiore di Sanita, ISS) (EFSA Focal Point)
2. Council for Agricultural Research and Economics (Consiglio per la ricerca in agricoltura e l'analisi dell'economia agraria, CREA)
3. National Research Council (Consiglio Nazionale delle Ricerche, CNR)
4. Italian National Agency for New Technologies, Energy and Sustainable Economic Development (ENEA)
5. Experimental Zooprofilaxis Institute of Abruzzo and Molise Regions (Istituto Zooprofilattico Sperimentale dell'Abruzzo e del Molise "G. Caporale", IZS AM)
6. Veterinary Public Health Institute of Apulia and Basilicata (Istituto Zooprofilattico Sperimentale della Puglia e della Basilicata, IZSPB)
7. Veterinary Public Health Institute of Lazio and Tuscany (Istituto Zooprofilattico Sperimentale delle Regioni Lazio e Toscana, IZSLT)
8. Veterinary Public Health Institute of Lombardy and Emilia-Romagna "Bruno Ubertini" (Istituto Zooprofilattico Sperimentale della Lombardia e dell'Emilia-Romagna "Bruno Ubertini", IZSLER)
9. Veterinary Public Health Institute of Piedmont, Liguria and Aosta Valley (Istituto Zooprofilattico Sperimentale del Piemonte Liguria e Valle d'Aosta, IZSPLVA)
10. Veterinary Public Health Institute of Sicily (Istituto Zooprofilattico Sperimentale della Sicilia "A.Mirri", IZSSIC)

11. Veterinary Public Health Institute of Umbria and Marche Regions (Istituto Zooprofilattico Sperimentale dell'Umbria e delle Marche, IZSUM)
12. Veterinary Public Health Institute of Venezie (Istituto Zooprofilattico Sperimentale delle Venezie, IZSVe)
13. Alma Mater Studiorum – University of Bologna (Alma Mater Studiorum – Università di Bologna, UNIBO)
14. Università Cattolica del Sacro Cuore
15. Azienda Socio Sanitaria Territoriale (ASST) Fatebenefratelli Sacco
16. University of Eastern Piedmont (Università degli Studi del Piemonte Orientale “Amedeo Avogadro”, UNIPMN)
17. University of Bari Aldo Moro
18. University of Foggia (Università degli Studi di Foggia, UNIFG)
19. University of Milan (Università degli Studi di Milano, UNIMI)
20. University of Palermo (Università degli studi di Palermo, UNIPA)
21. University of Parma (Università degli Studi di Parma, UNIPR)
22. University of Pavia (Università degli Studi di Pavia, UNIPV)
23. University of Perugia (Università degli Studi di Perugia, UNIPG)
24. Sapienza – University of Rome (Sapienza – Università di Roma, UNIROMA1)
25. Veterinary Public Health Institute of Mezzogiorno (Istituto Zooprofilattico Sperimentale del Mezzogiorno, IZSM)
26. Istituto Superiore per la Protezione e la Ricerca Ambientale (ISPRA)
27. University of Napoli Federico II (Università di Napoli Federico II)
28. University of Modena and Reggio Emilia (Università degli Studi di Modena e Reggio Emilia, UNIMORE)

3.18 Letónia



As empresas alimentares devem seguir a legislação da UE e as leis nacionais na área da segurança e qualidade alimentar. A Lei da Supervisão no Processamento Alimentar é a base legal da legislação alimentar na Letónia. O não cumprimento da legislação em matéria de segurança alimentar relativa às verificações de rotina dos estabelecimentos alimentares, queixas de consumidores e surtos de doenças transmitidas por alimentos pode levar a medidas de direito civil e, se necessário, de direito penal. Os controlos oficiais na área da segurança alimentar são realizados com base na abordagem da avaliação de riscos. No entanto, a decisão final sobre a legalidade das medidas governamentais cabe aos tribunais.

Na Letónia, existe uma clara separação institucional no que se refere à implementação de funções de avaliação de riscos e gestão de riscos na área da segurança alimentar. A avaliação de riscos é realizada pelo Instituto de Segurança Alimentar, Saúde Animal e Ambiente (BIOR), ao passo que a gestão de riscos recai no Serviço Alimentar e Veterinário Letão. As informações urgentes relativas à avaliação de riscos e às atividades de gestão de riscos, tal como outras informações relevantes para os operadores e consumidores de produtos alimentares, são publicadas na página inicial da Internet das autoridades competentes, caso a caso, salvo disposições legais que o proibam.

ZM Ministério da Agricultura

- ▶ Política agrícola
- ▶ Segurança e qualidade dos alimentos
- ▶ Informação alimentar para os consumidores
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Ponto de Contacto do Codex

Sede: Riga
<http://www.zm.gov.lv>

O Ministério da Agricultura (ZM) é responsável pelo desenvolvimento e pela implementação de políticas nos setores da agricultura e da segurança alimentar e alimentos para animais, incluindo o desenvolvimento de atos jurídicos nacionais adstritos aos setores supramencionados. O ZM coopera com o BIOR enquanto órgão de avaliação de riscos e com o Serviço Alimentar e Veterinário e com o Serviço Estatal de Proteção das Plantas na qualidade de órgãos de gestão de riscos, para decidir quais as medidas necessárias para a gestão de riscos. O ZM está constantemente envolvido em atividades de comunicação de riscos a diferentes níveis.

Genericamente, o portfólio do ZM abrange tópicos como qualidade e segurança alimentar, fitossanidade e proteção das plantas, saúde e bem-estar animal. As responsabilidades do ZM

incluem a regulamentação legal de novos alimentos, suplementos alimentares, organismos geneticamente modificados (OGM), água mineral, bem como o desenvolvimento e implementação de programas de monitorização e controlo no campo das zoonoses, resíduos de pesticidas, resíduos de medicamentos veterinários e outros contaminantes da alimentação humana e animal.

VM Ministério da Saúde

- ▶ Cuidados de saúde, saúde pública e política farmacêutica
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Riga
<http://www.vm.gov.lv>

A principal tarefa do Ministério da Saúde (VM) é desenvolver e implementar uma política nacional de proteção da saúde pública e promover a prevenção de doenças, incentivando estilos de vida saudáveis, bem como criar condições para que os cidadãos recebam serviços de cuidado de saúde eficientes em termos de custo, acessíveis e de qualidade.

O VM é responsável pelo desenvolvimento, coordenação e atualização da política de nutrição, pela análise dos resultados da monitorização de doenças transmitidas por alimentos, bem como pela elaboração de pareceres científicos relativos à resolução de problemas nutricionais e disseminação de informação sobre tópicos nutricionais para o público.

O VM é responsável pela elaboração de recomendações para a ingestão de nutrientes e energia para diferentes grupos populacionais na Letónia e pelo desenvolvimento de normas para a ingestão de nutrientes e energia para crianças em jardins-de-infância e escolas, bem como para os habitantes de casas de cuidados sociais e pacientes hospitalizados.

O VM está envolvido na monitorização da segurança e qualidade da água potável, com exceção do abastecimento interno de água para estabelecimentos alimentares. O Conselho de Nutrição, sob a alçada do VM, foi criado para apoiar as atividades no campo da nutrição.

O VM está constantemente envolvido em atividades de comunicação de riscos a diferentes níveis.

BIOR Instituto de Segurança Alimentar, Saúde Animal e Ambiente

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Ponto Focal da EFSA

Sede: Riga
<http://www.bior.gov.lv>

O Instituto de Segurança Alimentar, Saúde Animal e Ambiente (BIOR) realiza atividades científicas nos setores alimentar, veterinário, ambiental e das pescas, bem como em outros setores da biologia. O BIOR fornece conhecimento, fundamentação científica e avaliação de riscos nos setores supramencionados. O BIOR implementa projetos para avaliação de riscos no campo da segurança alimentar e doenças infecciosas dos animais, garantindo a cooperação com instituições e organizações que realizam atividades nessas áreas. O BIOR desempenha funções do Laboratório Nacional de Referência nas áreas definidas na legislação e realiza investigações laboratoriais e diagnósticas relacionadas com a monitorização do estado e controlo da circulação de alimentos, proteção da saúde animal, alimentação animal e circulação de medicação veterinária. O BIOR está nomeado como Ponto Focal Nacional da Letónia para a EFSA.

PVD

Serviço Alimentar e Veterinário

- ▶ Vigilância e controlo
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF

Sede: Riga

<http://www.pvd.gov.lv>



O Serviço Alimentar e Veterinário (PVD) opera sob a supervisão do Ministério da Agricultura. O PVD é responsável pela realização da função de vigilância e controlo do Estado na área da segurança e qualidade dos alimentos, bem como na área da rotulagem de alimentos em toda a cadeia alimentar, incluindo a vigilância e controlos fronteiriços de alimentos (conceito “da quinta ao prato”). O PVD realiza o registo e aprovação de estabelecimentos alimentares.

Caso surja uma ameaça para a vida ou saúde humana, o inspetor-chefe alimentar e veterinário do Estado tem o direito de especificar restrições ou proibições sobre a distribuição de alimentos no território da Letónia. O PVD está nomeado como o Ponto de Contacto oficial do RASFF na Letónia.

VAAD

Serviço Estatal de Proteção das Plantas

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos

Sede: Riga

<http://www.vaad.gov.lv>



O Serviço Estatal de Proteção das Plantas (VAAD) opera sob a supervisão do Ministério da Agricultura. O VAAD realiza a vigilância e o controlo oficiais no campo da livre circulação de produtos vegetais, fertilizantes, plantas e produtos para proteção das mesmas, variedades de plantas, sementes e material de plantio. O VAAD colabora com organizações internacionais e participa no intercâmbio de informações com outros países, em questões de proteção das plantas, quarentena das plantas, circulação de sementes e direitos de proteção das variedades. O VAAD é responsável pelo controlo dos OGM nas sementes e outros materiais de propagação.

SPKC

Centro de Prevenção e Controlo de Doenças

- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos

Sede: Riga

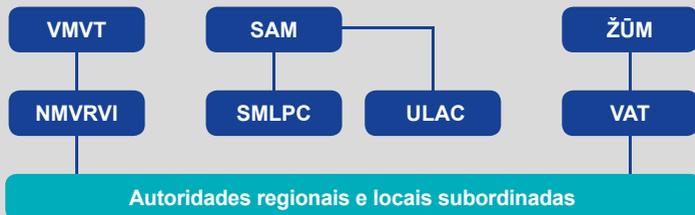
<http://www.spkc.gov.lv>

O Centro de Prevenção e Controlo de Doenças (SPKC) realiza vigilância epidemiológica e monitoriza e gere a base de dados relevantes, para além de tomar todas as medidas necessárias para prevenir e localizar doenças infecciosas. Realiza a monitorização da saúde pública, gere o sistema de relatório relevante e consulta o público em questões de saúde e estilo de vida saudável. O SPKC é responsável pelo Sistema de Alerta Rápido e de Resposta para doenças transmissíveis na UE (EWRS), realiza as tarefas do coordenador do Sistema Europeu de Vigilância (TESSy) e está nomeado como Ponto Focal para a OMS e para o Centro Europeu para Prevenção e Controlo de Doenças.

**Instituições abrangidas pela rede EFSA
conforme o artigo 36, Regulamento (CE)
nº 178/2002**

1. Institute of Food Safety, Animal Health and Environment "BIOR" (EFSA Focal Point)
2. State Plant Protection Service
(Valsts augu aizsardzības dienests)
3. Food and Veterinary Service
4. Latvia University of Agriculture
 - Faculty of Food Technology (FFT)
 - Faculty of Veterinary Medicine (FVM)
 - Research Institute of Biotechnology and Veterinary Medicine "Sigra" (RIBVMS)
5. University of Latvia
 - Faculty of Biology
 - Faculty of Chemistry
6. Rīga Stradiņš University
(Rīgas Stradiņa universitāte)

3.19 Lituânia



Representação simplificada das autoridades de segurança alimentar na Lituânia

Lituânia

A Lei dos Alimentos Lituana é a base legal da legislação alimentar na Lituânia. Esta lei abrange os requisitos de alimentos introduzidos no mercado, o manuseio de alimentos, as competências das autoridades públicas na área da segurança alimentar, os deveres e a responsabilidade dos produtores de alimentos, os operadores alimentares e o comércio de alimentos.

O incumprimento dos regulamentos alimentares pode levar a medidas no âmbito do direito penal e a ações de indemnização ao consumidor nos termos do direito civil, sendo que a decisão final recai sobre os tribunais. As medidas governamentais em matéria de segurança alimentar são muitas vezes baseadas na avaliação científica dos riscos. No entanto, a decisão final sobre a legalidade das medidas governamentais cabe aos tribunais.

Na Lituânia, a avaliação de riscos e a gestão de riscos estão separadas institucionalmente. As avaliações de riscos são publicadas na internet.

VMVT Serviço Estatal da Alimentação e Veterinária

- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Ponto Focal da EFSA
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF

Sede: Vilnius
<http://www.vmvt.lt>



O Serviço Estatal de Alimentação e Veterinária (VMVT) é responsável perante o Governo da República da Lituânia e redige e implementa regulamentos na área da qualidade dos alimentos, segurança alimentar, saúde e bem-estar animal. As atividades do VMVT, geralmente, são baseadas em pareceres científicos do Instituto Nacional de Avaliação de Riscos Alimentares e Veterinários (NMVRVI).

O VMVT monitoriza e controla a saúde animal, incluindo surtos de zoonoses e outras doenças contagiosas dos animais. O objetivo do VMVT é garantir que todas as medidas biológicas necessárias são aplicadas, para evitar a introdução de zoonoses e outras doenças contagiosas dos animais no território da Lituânia e da UE.

O VMVT realiza o controlo oficial de toda a cadeia alimentar, de acordo com o princípio “da quinta ao prato”. O VMVT monitoriza os alimentos no mercado lituano e aqueles destinados a exportação: conformidade com a segurança, rotulagem e outros requisitos legais obrigatórios.

NMVRVI Instituto Nacional de Avaliação de Riscos Alimentares e Veterinários

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Investigação

Sede: Vilnius
<http://www.nmvrvi.lt>



Como autoridade especialista subordinada ao VMVT, o Instituto Nacional de Avaliação de Riscos Alimentares e Veterinários (NMVRVI) é responsável pelas avaliações de riscos baseadas na ciência, pela identificação de novos riscos para a saúde e pelas recomendações para redução do risco. A competência do NMVRVI inclui a segurança e a eficácia das preparações veterinárias e biocidas veterinários, a avaliação de fatores biológicos, químicos e outros fatores de risco nos alimentos para consumo humano e animal, zoonoses, avaliação da segurança e eficácia dos alimentos e suplementos alimentares, avaliação de risco dos OGM para animais vivos e dos OGM em alimentos para consumo humano e animal.

O NMVRVI é a autoridade reguladora para os produtos medicinais veterinários na Lituânia. Existe um Laboratório Nacional de Referência associado ao NMVRVI, de acordo com o Regulamento (CE) nº 882/2004. A competência do NMVRVI abrange mais do que a segurança alimentar. Estende-se, por exemplo, à saúde animal.

SAM Ministério da Saúde

- ▶ Política de saúde e segurança alimentar
- ▶ Ponto de Contacto do Codex

Sede: Vilnius
<http://www.sam.lt>

O Ministério da Saúde (SAM) é responsável pela política de saúde e pela segurança alimentar na Lituânia. O SAM prepara projetos de legislação na área da segurança alimentar e da alimentação, levando em consideração as avaliações científicas de riscos para a saúde humana. O portfólio do SAM inclui aditivos alimentares, suplementos alimentares, concentrações máximas permitidas de contaminantes nos alimentos, adição de vitaminas, minerais e outras substâncias aos alimentos, alimentos para uso dietético específico, alimentos irradiados, alimentos geneticamente modificados, novos alimentos e materiais destinados ao contacto com os alimentos. O SAM estipula também requisitos obrigatórios para proteger o consumidor, ou seja, rotulagem de alimentos e questões de nutrição e saúde. Estipula também requisitos obrigatórios em relação à saúde das pessoas que lidam com alimentos, procedimentos de exames de saúde exigidos e formação obrigatória em higiene.

O Laboratório Nacional de Vigilância da Saúde Pública (NVSTL) está associado ao SAM, de acordo com o Regulamento (CE) nº 882/2004.

SMLPC

Centro de Educação em Saúde e Prevenção de Doenças

- ▶ Educação para a segurança alimentar dos consumidores
- ▶ Investigação (consumo e monitorização de alimentos)

Sede: Vilnius
<http://www.smlpc.lt>



O Centro de Educação em Saúde e Prevenção de Doenças (SMLPC) é uma autoridade especializada no portfólio do SAM. O SMLPC organiza e ministra educação sobre nutrição e segurança alimentar para os residentes, comunidades e profissionais. O SMLPC realiza uma monitorização regular do consumo de alimentos na Lituânia.

ULAC

Centro para as Doenças Transmissíveis e SIDA

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos

Sede: Vilnius
<http://www.ulac.lt>

O Centro para as Doenças Transmissíveis e SIDA (ULAC) é uma autoridade especializada do portfólio do SAM. O ULAC é responsável pela organização e realização da prevenção e controlo de doenças transmissíveis, a fim de reduzir a morbilidade, a mortalidade e a deficiência da população lituana. O ULAC realiza a prevenção e controlo de doenças transmitidas pela água e pelos alimentos e zoonoses, a nível nacional.

ŽŪM

Ministério da Agricultura

- ▶ Política agrícola

Sede: Vilnius
<http://www.zum.lt>

O Ministério da Agricultura (ŽŪM) é responsável pela qualidade e pela segurança alimentar na Lituânia. Esta responsabilidade inclui a regulamentação da rotulagem dos alimentos, o manuseio de alimentos, o cultivo de culturas para consumo humano, o uso de produtos fitofarmacêuticos e a agricultura biológica. Em colaboração com o Ministério do Ambiente e o Ministério da Saúde, o ŽŪM está envolvido na regulamentação do uso de organismos geneticamente modificados (OGM).

VAT

Serviço Estatal das Plantas

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Vilnius
<http://www.vatzum.lt>



O Serviço Estatal das Plantas (VAT) é uma autoridade especializada subordinada, pertencente ao portfólio do ŽŪM. O VAT é responsável pela implementação e pelo controlo da aplicação segura de produtos para proteção das plantas e medidas fitossanitárias.

O VAT avalia e autoriza o uso de produtos fitofarmacêuticos e realiza o controlo pós-registo (importação, armazenamento, venda, rotulagem, embalagem e utilização de produtos para proteção das plantas). O VAT controla também o cultivo de plantas GM e o uso de materiais de propagação (incluindo OGM). Neste contexto, o VAT monitoriza e coordena as tarefas das 10 divisões regionais.

ASU**Universidade Aleksandras Stulginskis**

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Investigação

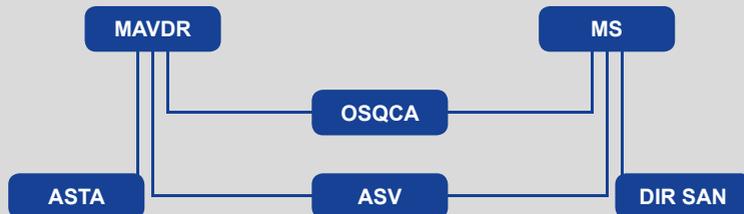
Sede: Kaunas
<http://www.asu.lt>

A Universidade Aleksandras Stulginskis (ASU) é uma instituição estatal de ensino superior e investigação, que concede diplomas e graus em cursos de doutoramento, mestrado e licenciatura nos campos das ciências alimentares, agricultura, silvicultura, gestão de recursos hídricos e terrestres, bioenergia e engenharia mecânica, alterações climáticas e uso sustentável dos recursos naturais. Atualmente, tem mais de 5.000 alunos numa ampla gama de programas de estudos de biomedicina, tecnologias e ciências sociais.

**Instituições abrangidas pela rede EFSA
conforme o artigo 36, Regulamento (CE)
nº 178/2002**

1. State Food and Veterinary Service (EFSA Focal Point)
2. Health Education and Disease Prevention Centre, Ministry of Health
3. State Plant Protection Service, Ministry of Agriculture
4. National Food and Veterinary Risk Assessment Institute
5. Aleksandras Stulginskis University
6. Centre for Communicable Diseases and AIDS

3.20 Luxemburgo



Representação simplificada das autoridades de segurança alimentar no Luxemburgo

Luxemburgo

O Regulamento (CE) nº 178/2002 e as leis nacionais sobre alimentação são a base legal da legislação alimentar no Luxemburgo. O incumprimento dos regulamentos alimentares pode levar a medidas no âmbito do direito penal e a ações de indemnização ao consumidor nos termos do direito civil, sendo que a decisão final recai sobre os tribunais. As medidas governamentais em matéria de segurança alimentar são muitas vezes baseadas na avaliação científica dos riscos. No entanto, a decisão final sobre a legalidade das medidas governamentais cabe aos tribunais.

No Luxemburgo não existe separação institucional da avaliação de riscos e da gestão de riscos.

MAVDR
Ministério da Agricultura, Viticultura e Desenvolvimento Rural

- ▶ Política agrícola, segurança alimentar
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Ponto de Contacto do Codex

Sede: Luxemburgo
<http://www.ma.public.lu>

O Ministério da Agricultura, Viticultura e Desenvolvimento Rural (MAVDR) trata da política agrícola e prepara projetos de legislação em áreas específicas de segurança alimentar humana e animal. Ambos os ministérios, o MAVDR e o Ministério da Saúde (MS) são apoiados por autoridades competentes, tais como a Administração de Serviços Técnicos Agrícolas (ASTA) e a Administração de Serviços Veterinários (ASV). A carteira do MAVDR estende-se para além da área da segurança alimentar humana e animal, para a saúde das plantas, produtos fitofarmacêuticos, saúde e bem-estar animal.

MS Ministério da Saúde

- ▶ Política de saúde, segurança alimentar
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos

Sede: Luxemburgo
<http://www.ms.public.lu>

O Ministério da Saúde (MS) ocupa-se da política de saúde e da segurança alimentar e prepara legislação nestas áreas. As inspeções estatais de segurança alimentar são realizadas por autoridades subordinadas e monitorizadas pelo MS. O MS é apoiado por autoridades competentes, tais como a Direção de Saúde Pública (DIR SAN), a Divisão de Farmácia e Medicina (DPM) e a ASV. O portfólio do MS estende-se para além do campo da segurança alimentar para, por exemplo, os biocidas e os cosméticos.

OSQCA Organização para a Segurança e Qualidade da Cadeia Alimentar

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Ponto Focal da EFSA
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF

Sede: Luxemburgo
<http://www.securite-alimentaire.public.lu>



A Organização para a Segurança e Qualidade da Cadeia Alimentar (OSQCA) é uma autoridade subordinada dentro do portfólio do MAVDR e do MS. É tarefa da OSQCA assegurar uma cooperação otimizada, entre todas as autoridades, na área da segurança alimentar e alimentos para animais. As medidas políticas e de gestão do

MAVDR e do MS são baseadas em avaliações de riscos preparadas pela OSQCA (bem como a ASTA, a ASV e a DIR SAN). A pedido do MAVDR e do MS, a OSQCA prepara recomendações adicionais sobre segurança alimentar. A OSQCA é responsável pela coordenação das inspeções estatais de alimentos para consumo humano e animal. Esta organização audita as autoridades competentes responsáveis pelo controlo da segurança alimentar em toda a cadeia alimentar. Além disso, a OSQCA ministra formação a todas essas autoridades, conforme é descrito no Regulamento (CE) nº 882/2004.

A competência da OSQCA inclui toda a área da segurança alimentar para consumo humano e animal, conforme está descrito no Regulamento (CE) nº 882/2004, incluindo novos alimentos, resíduos de produtos fitofarmacêuticos e medicamentos veterinários, suplementos alimentares, organismos geneticamente modificados (OGM), zoonoses, águas minerais e água potável.

ASTA Administração de Serviços Técnicos Agrícolas

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Luxemburgo
<http://www.asta.etat.lu>



A Administração de Serviços Técnicos Agrícolas (ASTA) é uma autoridade subordinada, dentro do portfólio do MAVDR. A ASTA é responsável pela avaliação de riscos e pela implementação de inspeções estatais de alimentos para animais, produtos para proteção das plantas e etiquetas de qualidade da UE: DOP, IGP e ETG. A ASTA é a autoridade reguladora dos pesticidas. A ASTA é responsável pelo controlo da produção primária de alimentos de origem não animal.

ASV Administração dos Serviços Veterinários

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Luxemburgo
<http://www.asv.public.lu>



A Administração de Serviços Veterinários (ASV) é uma autoridade subordinada, dentro dos portfólios do MAVDR e do MS. A ASV é responsável pela avaliação de riscos e pela implementação de inspeções estatais na área dos alimentos de origem animal, saúde e bem-estar animal.

DIR SAN Direção de Saúde Pública

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Luxemburgo
<http://www.securite-alimentaire.public.lu>



A Direção de Saúde Pública (DIR SAN) está subordinada ao MS. A Divisão de Segurança Alimentar (SECUALIM) da DIR SAN é responsável pela avaliação de riscos e pela implementação de controlos estatais de segurança alimentar na área da higiene alimentar, do HACCP, agentes microbiológicos, contaminantes, resíduos de pesticidas, OGM, novos alimentos, suplementos alimentares, aditivos alimentares, alimentos dietéticos especiais, rotulagem de alimentos, materiais destinados ao contacto com os alimentos, irradiação, importação de alimentos e bebidas de origem não animal.

Na área da higiene alimentar, a SECUALIM colabora de forma próxima com a administração aduaneira. Existem procedimentos e listas de verificação comuns em vigor para atividades de controlo e inspeção.

A Divisão de Farmácia e Medicina (DPM), no âmbito da DIR SAN, é responsável pela avaliação de riscos e pela implementação de controlos estatais de segurança alimentar na área de alimentos medicamentosos e produtos medicinais. A DPM é a autoridade reguladora para os produtos medicinais veterinários.

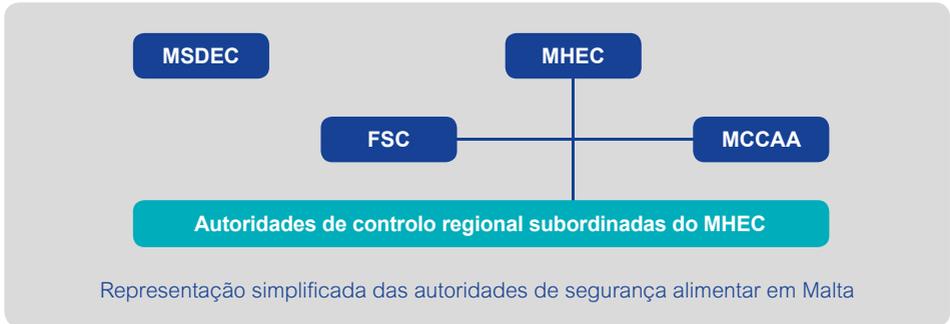
Níveis regional e local

A implementação de alimentos para consumo humano e animal e outros tipos de inspeções são realizadas pelas autoridades centrais.

Instituições abrangidas pela rede EFSA conforme o artigo 36, Regulamento (CE) nº 178/2002

1. Ministry of Health of Luxembourg (Ministère de la Santé)
2. Luxembourg Institute of Health
3. Laboratoire national de santé
4. Centre de Recherche Public-Gabriel Lippmann (CRP-GL)

3.21 Malta



A Lei da Segurança Alimentar é a base legal da legislação alimentar em Malta. O incumprimento dos regulamentos alimentares pode levar a medidas no âmbito do direito penal e a pedidos de indemnização ao consumidor nos termos do direito civil, sendo que a decisão final recai sobre os tribunais. As medidas governamentais em matéria de segurança alimentar são muitas vezes baseadas na avaliação científica dos riscos. No entanto, a decisão final sobre a legalidade das medidas governamentais cabe aos tribunais.

Em Malta, a avaliação de riscos está separada institucionalmente da gestão de riscos. As avaliações de riscos não são publicadas.

De um modo geral, Malta tem um sistema centralizado nacional. Dada a pequena escala dos serviços, os gabinetes a nível central são responsáveis não só pela política e coordenação, mas também pela implementação direta de controlos.

MSDEC Ministério do Desenvolvimento Sustentável, Ambiente e Alterações Climáticas

- ▶ Política agrícola, segurança alimentar humana e animal
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Santa Venera
<http://msdec.gov.mt/en>



O Ministério do Desenvolvimento Sustentável, Ambiente e Alterações Climáticas (MSDEC) trata da política agrícola e, mais especificamente, da segurança alimentar humana e animal em Malta. É a autoridade competente para o controlo de alimentos de origem animal. O MSDEC é responsável pela orientação, aprovação e inspeção de todos os tipos de estabelecimentos para alimentos de origem animal e pelos controlos de importação de alimentos de origem animal e de alimentos para animais.

O portfólio do MSDEC inclui novos alimentos, suplementos alimentares, organismos geneticamente modificados (OGM), zoonoses, água mineral, água potável, resíduos de produtos fitofarmacêuticos e produtos medicinais veterinários. O MSDEC é a autoridade reguladora para os produtos medicinais veterinários em Malta. A área

de trabalho do MSDEC estende-se para além da segurança alimentar para, por exemplo, saúde das plantas, fitossanidade e a saúde e bem-estar animal.

MHEC Ministério para a Saúde, os Idosos e os Cuidados Comunitários

- ▶ Política de saúde e social, segurança alimentar
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Valeta
<http://www.sahha.gov.mt>



FSC Comissão para a Segurança Alimentar

- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Ponto de Contacto do Codex
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF
- ▶ Investigação

Sede: Santa Venera
http://ehealth.gov.mt/HealthPortal/others/foodsafetycom/introduction/duty_of_food_safety_commission.aspx



O Ministério para a Saúde, os Idosos e os Cuidados Comunitários (MHEC) trata da política social, da política de saúde e da segurança alimentar em Malta. É responsável pelos controlos de géneros alimentícios e higiene alimentar, para além de supervisionar e coordenar a implementação de controlos. Os controlos efetivos são realizados por sete órgãos regionais. O portfólio do MHEC inclui higiene, novos alimentos, suplementos alimentares, água mineral e água potável.

A área de trabalho do MHEC ultrapassa a segurança alimentar, por exemplo, na nutrição.

A Comissão para a Segurança Alimentar (FSC) é um órgão independente de coordenação governamental que reporta ao MHEC. A FSC é responsável pela gestão de riscos e pela comunicação de riscos. A FSC é o gabinete de coordenação para questões relacionadas com a segurança alimentar e estabelece um fórum de cooperação entre o MSDEC, o MHEC e a Autoridade da Concorrência e Assuntos do Consumidor de Malta (MCCAA), bem como outras entidades envolvidas na segurança alimentar. A FSC é responsável pelo registo de todos os estabelecimentos alimentares.

Em Malta, o Laboratório de Saúde Pública é o Laboratório Nacional de Referência, nos termos do Regulamento (CE) nº 882/2004. Baseia-se nos serviços dos Laboratórios Nacionais de Referência de outros Estados-Membros da UE.

MCCAA Autoridade da Concorrência e Assuntos do Consumidor de Malta

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Ponto Focal da EFSA

Sede: Blata I-Bajda
<http://www.mccaa.org.mt>



A Autoridade da Concorrência e Assuntos do Consumidor de Malta (MCCAA) é uma autoridade nomeada pelo governo, dentro do portfólio do Ministério da Concorrência Justa, Pequenas Empresas e Consumidores. A Lei de Segurança Alimentar atribui responsabilidade específica de avaliação de riscos à MCCAA. As avaliações de riscos da MCCAA são utilizadas pelo MSDEC e pelo MHEC como base para as medidas de gestão no campo da segurança alimentar. A MCCAA avalia riscos, identifica novos riscos para a saúde e prepara recomendações para a redução de riscos. A MCCAA presta assessoria técnica e científica à FSC. A competência da MCCAA inclui novos alimentos, suplementos alimentares, queixas referentes à saúde ou nutrição e água mineral natural. O MSDEC é a autoridade reguladora para os produtos de proteção das plantas em Malta. A área de trabalho da MCCAA estende-se para além da segurança alimentar humana e animal para, por exemplo, os cosméticos, biocidas e produtos de consumo.

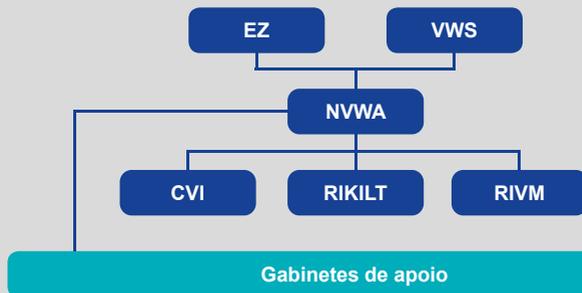
Níveis regional e local

A implementação de inspeções alimentares é feita através de sete órgãos regionais de controlo, subordinados ao MHEC. A coordenação da inspeção alimentar humana e animal é realizada ao nível da Comissão para a Segurança Alimentar.

Instituições abrangidas pela rede EFSA conforme o artigo 36, Regulamento (CE) nº 178/2002

1. Malta Competition and Consumer Affairs Authority (EFSA Focal Point)

3.22 Países Baixos



Representação simplificada das autoridades de segurança alimentar nos Países Baixos

A regulamentação europeia e a Lei Holandesa de Alimentos e Produtos constituem a base legal da legislação alimentar nos Países Baixos. O incumprimento dos regulamentos alimentares pode levar a medidas no âmbito do direito penal e a ações de indemnização ao consumidor nos termos do direito civil, sendo que a decisão final recai sobre os tribunais. As medidas governamentais em matéria de segurança alimentar são muitas vezes baseadas na avaliação científica dos riscos.

Com base na "Lei de Avaliação de Riscos Independente" holandesa de 2006, a avaliação de riscos e a gestão de riscos estão amplamente separadas institucionalmente. As avaliações de riscos são publicadas na Internet, a menos que existam disposições legais que o proibam.

VWS**Ministério da Saúde, Bem-Estar e Desporto**

- ▶ Política de saúde, segurança alimentar
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Haia

<http://www.government.nl/ministries/vws>

O Ministério da Saúde, Bem-Estar e Desporto (VWS) prossegue uma política de "boa comida" baseada principalmente em recomendações e diretrizes preparadas pelo Conselho Holandês de Saúde. O VWS é responsável pela política de saúde e segurança dos alimentos de origem não animal e prepara projetos de legislação nesta área. O VWS baseia as medidas de gestão de riscos nas avaliações de riscos realizadas pelo Gabinete de Avaliação e Investigação de Riscos (BuRO), um departamento no âmbito da Autoridade de Segurança Alimentar e dos Produtos de Consumo dos Países Baixos (NVWA). O portfólio do VWS inclui suplementos alimentares, novos alimentos, água mineral, água potável, produtos botânicos, resíduos de produtos fitofarmacêuticos e medicamentos veterinários e organismos geneticamente modificados (OGM) no campo dos alimentos de origem não animal. A sua área

de trabalho ultrapassa o domínio da segurança alimentar, para os cosméticos e produtos de consumo.

EZ

Ministério dos Assuntos Económicos

- ▶ Política agrícola, segurança alimentar
- ▶ Saúde e bem-estar animal
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Haia

<http://www.government.nl/ministries/ez>



O Ministério dos Assuntos Económicos (EZ) é responsável pela política agrícola e pela segurança dos alimentos de origem animal (isto é, durante a produção primária por agricultores, produtores e pescadores). O EZ prepara projetos de legislação neste campo e assegura a rastreabilidade dos alimentos de origem animal.

Nos Países Baixos, é da responsabilidade do produtor de alimentos assegurar alimentos seguros e garantir, no dia-a-dia, um controlo de qualidade adequado. O Governo supervisiona esse sistema de autocontrolo ("supervisionando o supervisor").

O EZ baseia as medidas de gestão de riscos nas avaliações de riscos realizadas pelo Gabinete de Avaliação e Investigação de Riscos (BuRO), um departamento no âmbito da Autoridade de Segurança Alimentar e dos Produtos de Consumo dos Países Baixos (NVWA).

O portfólio do EZ inclui zoonoses, OGM e resíduos de produtos fitofarmacêuticos e medicamentos veterinários em alimentos para animais. A área de trabalho do EZ estende-se para além da segurança alimentar, para a fitossanidade, proteção das plantas, saúde e bem-estar animal. O EZ é a autoridade reguladora dos produtos fitofarmacêuticos e medicinais veterinários.

NVWA

Autoridade de Segurança Alimentar e dos Produtos de Consumo dos Países Baixos

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Ponto Focal da EFSA
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF

Sede: Utreque

<https://www.nvwa.nl>



A Autoridade de Segurança Alimentar e dos Produtos de Consumo dos Países Baixos (NVWA) é uma agência independente para do EZ e do VWS. Em abril de 2010, três autoridades (VWA, PD e AID) foram incorporadas numa autoridade chamada NVWA. A NVWA opera como autoridade única desde janeiro de 2012. As três principais tarefas da NVWA são a implementação e supervisão de atividades de controlo e inspeção de segurança alimentar, avaliação de riscos e comunicação de riscos. A NVWA também é responsável pela gestão de incidentes e crises, incluindo apoio técnico e científico e assessoria ao EZ e ao VWS em matéria de riscos. No âmbito da gestão de riscos, a NVWA está separada funcionalmente da avaliação de riscos.

A NVWA possui pequenos gabinetes de apoio no país para prestação de apoio logístico aos inspetores. Além disso, o número de laboratórios foi reduzido da seguinte forma: um, em Wageningen, para a segurança alimentar; um, em Wageningen, para a saúde das plantas; dois laboratórios, em Zwijndrecht e Groningen, para a segurança dos produtos.

A NVWA também possui um Serviço de Informação e Investigação (NVWA-IOD) que se concentra no crime organizado e internacional.

A NVWA tem acesso a vários Laboratórios Nacionais de Referência, nos termos do Regulamento (CE) nº 882/2004.

A área de trabalho da NVWA estende-se para além do campo da segurança alimentar, para as áreas da fitossanidade e produtos de consumo não-alimentares.

O Serviço independente de Avaliação e Investigação de Riscos (BuRO), realiza avaliações de riscos e aconselha os ministros do EZ e do VWS em matérias de segurança dos produtos alimentares e de consumo e na saúde e bem-estar dos animais. O BuRO é uma unidade científica independente, e as suas opiniões científicas estão isentas de interesses políticos, sociais ou científicos. O BuRO também identifica novos riscos para a saúde, prepara recomendações de redução de riscos e recomenda medidas preventivas para garantir a segurança alimentar na vertente humana e animal. Outra área principal do BuRO é a comunicação transparente com o público. O BuRO atua nas áreas de segurança alimentar, novos alimentos, suplementos alimentares, OGM, zoonoses, ração animal, saúde animal, medicamentos veterinários, bem-estar animal, resíduos de proteção das plantas, produtos fitossanitários e produtos de consumo não-alimentares.

CVI – RIKILT – RIVM
Instituto Central de Veterinária (CVI)
Instituto de Segurança Alimentar (RIKILT)
Instituto Nacional de Saúde Pública e Ambiente (RIVM)

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Investigação de riscos

Sede: Lelystad, Wageningen,
<http://www.cvi.wur.nl>
<http://www.rikilt.wur.nl>
<http://www.rivm.nl>

O Instituto Central de Veterinária (CVI), o Instituto de Segurança Alimentar (RIKILT) e o Instituto Nacional de Saúde Pública e Ambiente (RIVM) são organização de investigação independentes. O CVI atua no campo da ciência veterinária e contribui para a proteção dos animais e dos seres hu-

manos, realizando investigação e fazendo recomendações sobre doenças animais (zoonoses). O RIKILT é uma organização no campo da segurança alimentar na vertente humana e animal e da saúde humana. O RIKILT realiza investigação sobre substâncias em alimentos de origem vegetal ou animal e alimentos para animais. O CVI e o RIKILT fazem parte da Wageningen UR. O RIVM é um centro de excelência reconhecido na área da saúde, nutrição e proteção ambiental.

Vários Laboratórios Nacionais de Referência e um Laboratório Europeu de Referência estão associados ao CVI e ao RIKILT.

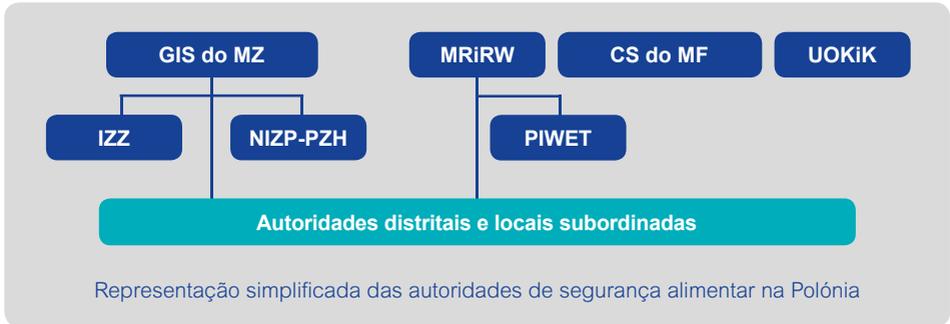
Níveis regional e local

Os Países Baixos estão divididos em 12 províncias e 390 municípios. As inspeções de alimentos para consumo humano e animal são coordenadas a partir do banco central em Utreque, e apoiadas pelos gabinetes regionais da NVWA.

Instituições abrangidas pela rede EFSA conforme o artigo 36, Regulamento (CE) nº 178/2002

1. Netherlands Food and Consumer Product Safety Authority (NVWA) (EFSA Focal Point)
2. National Institute for Public Health and the Environment (RIVM)
3. Institute for Environmental Studies, Vrije Universiteit
4. Board for the Authorisation of Plant Protection Products and Biocides (Ctgb)
5. DLO Foundation (Stichting Dienst Landbouwkundig Onderzoek)
6. Utrecht University – Faculty of Veterinary Medicine
7. Wageningen University
8. Erasmus University Medical Centre Rotterdam

3.23 Polónia



A base legal para a legislação alimentar na Polónia é a Lei de Segurança Alimentar e Nutricional de 25 de agosto de 2006. O incumprimento dos regulamentos alimentares pode levar a medidas no âmbito do direito penal e a ações de indemnização ao consumidor nos termos do direito civil, sendo que a decisão final recai sobre os tribunais. As medidas governamentais em matéria de segurança alimentar são muitas vezes baseadas na avaliação científica dos riscos. No entanto, a decisão final sobre a legalidade das medidas governamentais cabe aos tribunais. Na Polónia, a avaliação de riscos e a gestão de riscos estão separadas institucionalmente. As avaliações de riscos não são publicadas.

GIS do MZ Direção-Geral dos Serviços de Inspeção Sanitária (GIS) do Ministério da Saúde (MZ)

- ▶ Política de saúde e segurança alimentar
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Ponto Focal da EFSA
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF

Sede: Varsóvia
<http://www.mz.gov.pl>
<http://www.gis.gov.pl>



O Ministério da Saúde (MZ) é responsável pela política de saúde e pela segurança alimentar. O MZ prepara projetos de legislação em matéria de higiene dos alimentos, resíduos de pesticidas, contaminantes e importação de alimentos de origem não animal. O portfólio do MZ abrange mais do que a segurança alimentar. Estende-se, por exemplo, aos produtos medicinais. O Gabinete para o Registo de Produtos Medicinais, Dispositivos Médicos e Produtos Biocidas do MZ é a autoridade reguladora para os medicamentos veterinários na Polónia.

A Direção-Geral dos Serviços de Inspeção Sanitária (GIS) está subordinada ao MZ e é a autoridade competente em matéria de segurança alimentar na Polónia. Cooperar com o Ministério da Agricultura

e Desenvolvimento Rural (MRiRW) em matéria de segurança alimentar e tanto com o MRiRW como com o Ministério do Ambiente sobre questões relativas aos organismos geneticamente modificados (OGM). A GIS coordena e supervisiona as atividades das Inspeções Sanitárias Estatais (PIS), que são responsáveis pelo controlo oficial de todos os aspetos da segurança alimentar, ou seja, higiene dos alimentos, resíduos de pesticidas, contaminantes, importação de alimentos de origem não animal, materiais destinados ao contacto com alimentos, aditivos alimentares, OGM em alimentos, suplementos alimentares e novos alimentos. A GIS é também responsável pela monitorização de contaminantes em alimentos de origem não animal. As medidas de gestão de riscos da GIS são baseadas em avaliações científicas de riscos realizadas pelo Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (IZZ) e pelo Instituto Nacional de Saúde Pública – Instituto Nacional de Higiene (NIZP-PZH).

Existem 16 Laboratórios Nacionais de Referência pertencentes à GIS, de acordo com o Regulamento (CE) nº 882/2004.

MRiRW
Ministério da Agricultura e do
Desenvolvimento Rural

- ▶ Política agrícola e segurança dos alimentos de origem animal
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Ponto de Contacto do Codex da FAO/OMS

Sede: Varsóvia
<http://www.minrol.gov.pl>



O Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MRiRW) é responsável pela política agrícola e pela segurança dos alimentos de origem animal e prepara projetos de legislação nesta área. O MRiRW é apoiado por três autoridades competentes especializadas responsáveis pelo controlo e inspeção: a Inspeção-Geral Veterinária (GIW),

a Inspeção-Geral de Sementes e Fitossanidade (PIORIN) e a Inspeção da Qualidade Agrícola e Alimentar (IJHARS). O Ponto de Contacto do Codex da FAO/OMS para a Polónia está localizado na IJHARS.

O trabalho do MRiRW centra-se principalmente na gestão de riscos de alimentos de origem animal, e baseia-se em avaliações científicas de riscos elaboradas pelo Instituto Nacional de Investigação Veterinária (PIWET). O portfólio do MRiRW inclui a segurança dos alimentos para animais, resíduos de medicamentos veterinários, OGM e zoonoses. Nestas áreas, o MRiRW monitoriza as atividades das autoridades locais e distritais.

O MRiRW é também a autoridade reguladora dos pesticidas e produtos fitofarmacêuticos. Na área da segurança alimentar, o MRiRW coopera com o MZ, e nos OGM coopera com o MZ e o MS. A competência do MRiRW abrange mais do que a segurança alimentar; por exemplo, a saúde e o bem-estar dos animais. O MRiRW é também responsável pela monitorização de contaminantes em alimentos de origem animal.

CS do MF
Serviço Aduaneiro (CS) do Ministério das
Finanças (MF)

- ▶ Gestão de riscos

Sede: Varsóvia
<http://www.mf.gov.pl>

O Serviço Aduaneiro (CS) está subordinado ao Ministério das Finanças (MF), e é responsável pelo controlo alimentar fronteiriço. O CS coopera com três autoridades especializadas: a GIW no âmbito dos controlos de exportação e importação de animais, alimentos de origem animal e alimentos para animais; com a PIORIN no âmbito dos controlos de exportação e importação de plantas e materiais vegetais regulados e com a GIS no âmbito dos controlos de exportação e importação de alimentos de origem vegetal.

UOKiK
Autoridade da Concorrência e da Proteção ao Consumidor

- ▶ Gestão de riscos

Sede: Varsóvia
<http://www.uokik.gov.pl>

A Autoridade da Concorrência e da Proteção ao Consumidor (UOKiK) tem como objetivo proteger os interesses do consumidor e garantir uma concorrência livre e justa dentro de um mercado livre. O presidente da UOKiK reporta diretamente ao primeiro-ministro. É tarefa da UOKiK proteger a saúde dos consumidores e garantir que somente produtos seguros, que atendam aos requisitos essenciais estabelecidos nas normas polacas, estejam disponíveis no mercado. Outras tarefas da UOKiK são impedir que entidades dominantes operem no mercado (cartéis) e monitorizar a eficiência e impacto dos auxílios estatais no mercado livre.

IZZ
Instituto Nacional da Alimentação e Nutrição

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Investigação

Sede: Varsóvia
<http://www.izz.waw.pl>



O Instituto Nacional da Alimentação e Nutrição (IZZ) prepara avaliações de riscos científicas sobre nutrição e novos alimentos, e está envolvido em investigação ativa nesta área.

NIZP-PZH
Instituto Nacional de Saúde Pública – Instituto Nacional de Higiene

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Investigação

Sede: Varsóvia
<http://www.pzh.gov.pl>



O Instituto Nacional de Saúde Pública – Instituto Nacional de Higiene (NIZP-PZH) prepara avaliações científicas de riscos sobre aditivos alimentares, riscos biológicos, substâncias químicas adicionadas, resíduos de produtos fitofarmacêuticos e água potável. O NIZP-PZH realiza também investigação ativa nesta área.

PIWET
Instituto Nacional de Investigação Veterinária

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Investigação

Sede: Pulawy
<http://www.piwet.pulawy.pl>



O Instituto Nacional de Investigação Veterinária (PIWET) prepara avaliações científicas de riscos em alimentos para animais, resíduos de medicamentos veterinários e zoonoses. O PIWET realiza também investigação ativa.

Níveis regional e local

Na Polónia há uma divisão de três níveis na administração pública: 16 regiões (voivodships), 379 distritos (powiats) e 2.478 autoridades locais (gminas). A nível distrital e local, as autoridades especializadas GIS e MRiRW são responsáveis pela promulgação de leis alimentares e pela realização de inspeções alimentares. Recebem instrução e são monitorizados pelos GIS e MRiRW, nas suas respetivas áreas de atividade.

Instituições abrangidas pela rede EFSA conforme o artigo 36, Regulamento (CE) nº 178/2002

1. Chief Sanitary Inspectorate (EFSA Focal Point)
2. National Veterinary Research Institute
3. Institute of Natural Fibres and Medicinal Plants
4. National Institute of Public Health – National Institute of Hygiene
5. National Food and Nutrition Institute
6. Institute of Plant Protection – National Research Institute
7. Research Institute of Horticulture

3.24 Portugal



Em conjunto com as leis alimentares europeias, o Decreto-Lei (CE) nº 113/2006 é a base legal para a legislação alimentar em Portugal. O incumprimento dos regulamentos alimentares pode levar a medidas no âmbito do direito penal e a ações de indemnização ao consumidor nos termos do direito civil, sendo que a decisão final recai sobre os tribunais. As medidas governamentais em matéria de segurança alimentar são muitas vezes baseadas na avaliação científica dos riscos.

Em Portugal, não existe separação institucional da avaliação de riscos e comunicação de riscos, da gestão de riscos. As avaliações de riscos não são publicadas.

MAFDR Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural

- ▶ Política agrícola, segurança alimentar
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Ponto de Contacto do Codex
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF

Sede: Lisboa
<http://www.portugal.gov.pt/pt/ministerios/meco.aspx>



No âmbito do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural (MAFDR), a Direção-Geral da Alimentação e Veterinária (DGAV) é responsável pela coordenação da legislação, pela preparação de projetos de lei e pelo plano de controlo plurianual nacional. É também responsável pela implementação de controlos de segurança alimentar para alimentos de origem animal. A maioria das atividades na área de segurança alimentar e inspeções alimentares são supervisionadas pelo MAFDR.

A área de trabalho do MAFDR estende-se para além da segurança alimentar para, por exemplo, a fitossanidade, saúde e bem-estar animal e biocidas. O Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária (INIAV) está subordinado ao

MAFDR. O INIAV contém, na sua estrutura, vários Laboratórios Nacionais de Referência, nos termos do Regulamento (CE) nº 882/200.

ME Ministério da Economia

- ▶ Política do consumidor e económica, segurança alimentar
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Lisboa
<http://www.portugal.gov.pt/pt/ministerios/meco.aspx>

O Ministério da Economia (ME) lida com a política económica e do consumidor, bem como com a segurança alimentar em Portugal. A Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) é a autoridade especialista competente que apoia o trabalho do ME.

ASAE Autoridade de Segurança Alimentar e Económica

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Ponto Focal da EFSA

Sede: Lisboa
<http://www.asae.pt>



No papel de autoridade especialista subordinada do ME, a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE) é responsável pela avaliação de riscos, pela comunicação de riscos e pela gestão de riscos (inspeção alimentar) no campo da segurança alimentar.

A ASAE é assessorada por um Conselho Científico independente, apoiado por 6 painéis temáticos especializados (1. Aditivos e contaminantes

da Cadeia Alimentar; 2. Alimentação, Saúde e Bem-Estar Animal; 3. Riscos Biológicos; 4. Fitossanidade e Organismos Geneticamente Modificados (OGM); 5. Nutrição e Alergias Alimentares e 6. Comunicação dos Riscos).

A ASAE é uma polícia criminal que atua como autoridade nacional responsável pela realização de inspeções para prevenir e combater a fraude em todas as áreas económicas, incluindo a área alimentar humana e animal.

É também responsável pela avaliação de riscos e comunicação de riscos em relação aos alimentos para consumo humano e animal. Estas atividades são geridas por um departamento que coordena as atividades relacionadas com a EFSA.

A estrutura orgânica da ASAE cobre todo o país com um serviço de controlo central e vários serviços regionais.

A competência da ASAE inclui a cadeia de comercialização de produtos vegetais e animais, incluindo produtos das pescas (aquacultura, navios-fábrica, embarcações, lojas, armazéns e mercados grossistas). As competências da ASAE incluem também suplementos alimentares, contaminantes na carne, peixe, produtos vegetais e água mineral. A segurança da água da torneira é da responsabilidade da autoridade reguladora para a água e os resíduos.

A ASAE tem 3 Laboratórios Nacionais de Referência de acordo com o Regulamento (CE) nº 882/2004, a saber: micotoxinas em alimentos, dioxinas em alimentos para consumo humano e animal e hidrocarbonetos aromáticos policíclicos (HAP) em óleos e gorduras.

DGAV Direção-Geral da Alimentação e Veterinária

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Ponto de Contacto do Codex
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF

Sede: Lisboa
<http://www.dgv.min-agricultura.pt>



A Direção-Geral da Alimentação e Veterinária (DGAV) é a autoridade especializada subordinada do MAFRD. Com a avaliação de riscos assente na ciência, a DGAV implementa a política alimentar estatal e realiza inspeções.

No que diz respeito ao funcionamento dos sistemas de controlo para a segurança da alimentação humana e animal, saúde e bem-estar animal, fitossanidade e saúde pública veterinária, as atividades são realizadas por cinco Direções regionais que reportam diretamente à administração central da DGAV.

Os poderes da DGAV incluem alimentos geneticamente modificados, zoonoses, resíduos de produtos de proteção veterinária e fitofarmacêutica e materiais destinados ao contacto com alimentos. A DGAV é o organismo regulador dos produtos de proteção veterinários e vegetais em Portugal e dos resíduos de produtos fitofarmacêuticos, incluindo os resíduos de pesticidas nas plantas. Como autoridade nacional de proteção das plantas, a DGAV apoia o desenvolvimento da regulamentação sobre produtos fitossanitários e implementa os programas nacionais de controlo de resíduos, incluindo pesticidas. A DGAV é também responsável pelo desenvolvimento do plano de controlo plurianual nacional, em conformidade com os princípios e orientações estabelecidos no Regulamento (CE) nº 882/2004.

A área de trabalho da DGAV ultrapassa a segurança alimentar, para áreas como, por exemplo, a saúde animal, a alimentação para animais, encefalopatias espongiformes transmissíveis, subprodutos animais, medicamentos veterinários e bem-estar animal. Para além de tudo isto, a DGAV é responsável pelo desenvolvimento de planos de controlo plurianuais nacionais, em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Regulamento (CE) nº 882/2004, com base na avaliação de riscos.

Níveis regional e local

Portugal continental está, administrativamente, dividido em 18 distritos (308 concelhos) e duas regiões autónomas (Açores e Madeira). Os Açores e a Madeira têm uma assembleia eleita com poderes descentralizados para aprovar legislação. A avaliação, gestão e comunicação de riscos nas regiões autónomas depende dos governos regionais. Assim, na Madeira existe a ARAE (Autoridade Regional das Atividades Económicas) e nos Açores, a IRAE (Inspeção Regional das Atividades Económicas), entidades que possuem competências idênticas à ASAE.

Instituições abrangidas pela rede EFSA conforme o artigo 36, Regulamento (CE) nº 178/2002

1. Portuguese Authority for Food and Economic Safety (ASAE) (EFSA Focal Point)
2. Instituto Nacional de Saude Doutor Ricardo Jorge, I.P.
3. National Institute of Pharmacy and Medicines – INFARMED
4. Direção Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV)
5. Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa
6. Universidade de Lisboa Faculdade de Medicina Veterinária

7. Instituto Superior de Engenharia – Universidade do Algarve
8. Universidade de Lisboa
9. University of Coimbra
10. Clínica Universitária de Medicina – Faculdade de Medicina – Coimbra
11. Instituto Superior de Ciências da Saúde Egas Moniz
12. University of Porto, Faculty of Nutrition and Food Sciences
13. Faculdade de Medicina da Universidade do Porto
14. Faculdade de Farmacia da Universidade do Porto (FFUP)
15. ICETA Instituto de Ciências e Tecnologias Agrárias e Agro-Alimentares
16. Área Departamental de Ciência e Tecnologia de Alimentos, Escola Superior Agrária Instituto Politécnico de Beja
17. Instituto Politécnico de Leiria (IPL)
18. Instituto Politécnico de Santarém
19. Instituto Superior de Agronomia
20. Universidade Católica Portuguesa
21. ITQB-UNL
22. Instituto Politécnico de Bragança
23. University of Aveiro – Food Biochemistry Group
24. Faculty of Sciences and Technology / UNL
25. Universidade do Minho
26. Instituto de Ciências Agrárias Mediterrânicas
27. Portuguese Sea and Atmosphere Institute, I.P.

3.25 Reino Unido



A base legal da legislação alimentar no Reino Unido é a Lei da Segurança Alimentar de 1990. Em Inglaterra, esta lei é complementada pelos Regulamentos de Segurança Alimentar e Higiene (Inglaterra) de 2013, que harmonizam a Lei da Segurança Alimentar de 1990 com os Regulamentos (CE) nº 178/2002 e permite a aplicação dos requisitos de segurança alimentar do presente regulamento, bem como a aplicação da legislação europeia em matéria de higiene alimentar. No País de Gales, na Escócia e na Irlanda do Norte existem Regulamentos Gerais Alimentares e Regulamentos de Higiene Alimentar que atingem os mesmos fins que os Regulamentos de Higiene e Segurança Alimentar em Inglaterra.

O incumprimento dos regulamentos alimentares pode levar a medidas no âmbito do direito penal e a ações de indemnização ao consumidor nos termos do direito civil, sendo que a decisão final recai sobre os tribunais. As medidas governamentais em matéria de segurança alimentar são muitas vezes baseadas na avaliação científica dos riscos. No entanto, a decisão final sobre a legalidade das medidas governamentais cabe aos tribunais.

No Reino Unido, não existe separação institucional da avaliação de riscos, da comunicação de riscos e da gestão de riscos. As avaliações de riscos são publicadas na Internet, a menos que existam disposições legais que o proibam.

FSA Agência de Normas Alimentares (Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte)

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Ponto Focal da EFSA
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF
- ▶ Investigação

Sede: gabinete central em Londres;
gabinetes regionais em Londres, York, País de Gales (Cardiff) e Irlanda do Norte (Belfast)
<http://www.food.gov.uk>



A Agência de Normas Alimentares (Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte) (FSA) é a autoridade central no campo da segurança alimentar em Inglaterra, no País de Gales e na Irlanda do Norte. É um Departamento Governamental independente, regido por um Presidente e um Conselho independentes, responsável pela direção estratégica geral da Agência e por que esta atenda às suas obrigações legais. A FSA é responsável perante o Parlamento do Reino Unido, em Westminster, perante a Assembleia da Irlanda do Norte e perante a Assembleia Governamental do País de Gales, através dos Ministros da Saúde. Para além da segurança alimentar, a FSA também é responsável por tarefas de inspeção de carne em instalações de carne fresca

em Inglaterra e no País de Gales (que são da responsabilidade do DARD na Irlanda do Norte). As responsabilidades da FSA também incluem a monitorização das autoridades de execução locais. A FSA tem escritórios em Londres, York, Belfast e Cardiff, para garantir que as suas prioridades sejam definidas no contexto específico do país em questão. Cada gabinete tem, também, as suas próprias áreas de trabalho distintas. Em questões relevantes, a FSA coopera estreitamente com a Agência para as Normas Alimentares da Escócia, o Defra e as autoridades locais.

A FSA recebe informações e conselhos das suas comissões especializadas de consultoria científica. A FSA, normalmente, publica as avaliações de riscos na Internet, e as principais questões políticas são decididas pelo Conselho da FSA em sessão aberta, à luz de evidências científicas e outras. A FSA aconselha o governo do Reino Unido e os governos do País de Gales e da Irlanda do Norte.

A área de trabalho da FSA inclui aditivos alimentares e contaminantes, segurança microbiológica de alimentos, alimentos para animais, organismos geneticamente modificados (OGM), novos alimentos e suplementos alimentares. A FSA tem, também, um papel de guardião na autorização e vigilância de pesticidas e medicamentos veterinários.

Os Laboratórios Nacionais de Referência são nomeados pela FSA, de acordo com o Regulamento (CE) nº 882/2004. A FSA publicou uma lista, na Internet, dos laboratórios que estão associados às autoridades, hospitais e empresas privadas.

FSS

Agência para as Normas Alimentares da Escócia (Escócia)

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Investigação

Sede: Gabinetes na Escócia (Aberdeen)

<http://www.foodstandards.gov.scot>



A Agência para as Normas Alimentares na Escócia (FSS) foi criada em 1 de abril de 2015 pela Lei (escocesa) dos Alimentos de 2015. A FSS é um gabinete não ministerial e faz parte da administração escocesa, juntamente, mas de forma separada, com o Governo Escocês.

A FSS é responsável no Parlamento Escocês, através dos Ministros da Saúde. Os seus gabinetes estão em Aberdeen e a sua missão em relação à segurança alimentar é semelhante, na Escócia, à da FSA na Inglaterra, no País de Gales e na Irlanda do Norte. Esta missão inclui ser responsável pela inspeção de instalações de carne fresca. A FSS tem um Presidente independente e um Conselho não executivo, tal como a FSA. A FSS tem uma abordagem semelhante à FSA quanto a abertura.

Defra
Ministério do Ambiente, Alimentação e
Assuntos Rurais (Inglaterra, no âmbito
da segurança alimentar)

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos

Sede: Londres

<https://www.gov.uk/government/organisations/department-for-environment-food-rural-affairs>



O Ministério do Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais (Inglaterra, no âmbito da segurança alimentar) (Defra) é um departamento governamental responsável – juntamente com as agências executivas – pela legislação, bem como pela implementação e monitorização da segurança alimentar, a menos que esta esteja sob a alçada da FSA.

A Direção de Medicamentos Veterinários (VMD) é uma agência de execução do Defra, responsável, entre outras coisas, pela avaliação, emissão e manutenção de todas as autorizações nacionais de comercialização de medicamentos veterinários; vigilância de resíduos de medicamentos veterinários e substâncias ilegais em animais e em produtos de origem animal; trabalho de coordenação na área de resistência antimicrobiana. A Direção de Regulamentação de Produtos Químicos (CRD), parte do Executivo de Saúde e Segurança, é a autoridade reguladora para os pesticidas, em nome do Defra. No que diz respeito à atividade de segurança alimentar, a Direção realiza um programa oficial de testes de resíduos de pesticidas de alimentos no Reino Unido, em conformidade com o Regulamento (CE) nº 396/2005, e publica os resultados trimestralmente. A Direção é também responsável por tomar medidas de execução adequadas.

Algumas das funções do Defra, por exemplo no campo da legislação, implementação e inspeção, são delegadas nos Ministérios de Agricultura/Assuntos Rurais nas Administrações Descentralizadas da Irlanda do Norte, da Escócia e do País de Gales. O Defra publica as avaliações de riscos no campo da saúde e do bem-estar animal. Além disso, coopera, sempre que apropriado, com os grupos de trabalho da FSA.

O Defra é responsável por todos os aspetos da política da água em Inglaterra, e trabalha em estreita colaboração com a Inspeção de Água Potável, responsável por regular a qualidade da água potável. Existem acordos semelhantes no País de Gales, na Escócia e na Irlanda do Norte. A área de trabalho do Defra estende-se para além da segurança alimentar para, por exemplo, saúde animal, bem-estar animal e saúde das plantas.

Níveis regional e local

O Reino Unido é composto por quatro países: Irlanda do Norte, Escócia e País de Gales (cada um dos quais com o seu próprio Parlamento/ Assembleia), e Inglaterra (onde está localizado o Parlamento do Reino Unido).

A principal estrutura administrativa nestes países é uma administração de nível único, responsável por todas as tarefas administrativas regionais e locais. Inglaterra tem 120 unidades administrativas, a Irlanda do Norte 11, a Escócia 32 e o País de Gales 22. Em Inglaterra existem 27 administrações com uma estrutura de dois níveis, que inclui 207 concelhos distritais. Estas autoridades reportam à FSA e são responsáveis pela aplicação da grande maioria das leis de alimentos para consumo humano e animal e pela realização de inspeções.

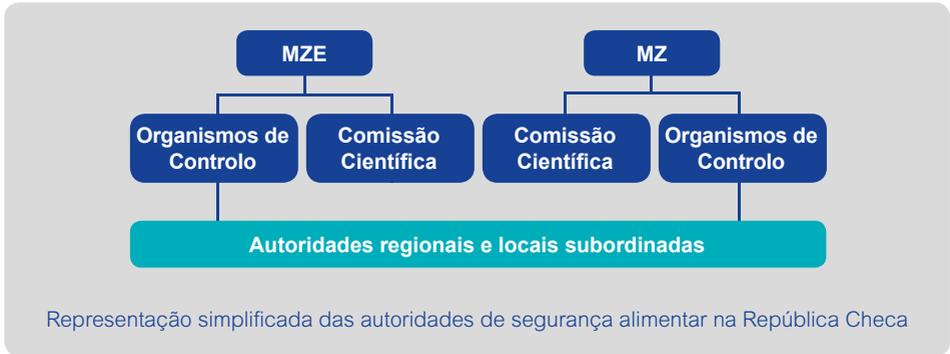
Na sua qualidade de autoridade governamental local, a Associação de Governo Local (LGA) representa as autoridades locais e coordena as atividades entre as autoridades locais e entre as autoridades locais e a FSA e o Defra.

Instituições abrangidas pela rede EFSA conforme o artigo 36, Regulamento (CE) nº 178/2002

1. UK Food Standard Agency (EFSA Focal Point)
2. Hampshire Scientific Service
3. Glasgow City Council
4. Staffordshire County Laboratory and Scientific Services
5. Institute of Food Research
6. Aberdeen City Council
7. City of Edinburgh Council
8. MRC Collaborative Centre for Human Nutrition Research
9. Dundee City Council Scientific Services
10. Royal Veterinary College
11. University of Plymouth
12. University of Birmingham, Food Safety and Production Group
13. Cranfield University
14. University of Southampton
15. Natural Resources Institute of the University of Greenwich
16. University of Newcastle upon Tyne
17. University of Glasgow, Research and Enterprise
18. Food and Nutrition for Health Unit, University of Central Lancashire
19. University of Aberdeen
20. Agri-Food and Biosciences Institute (AFBI)
21. Public Health England (PHE)
22. Kent County Council
23. LGC Limited
24. University of Liverpool
25. Worcestershire Scientific Services

26. The James Hutton Institute
27. Department for Environment, Food and Rural Affairs (Defra), including:
 - Animal and Plant Health Agency (APHA)
 - Centre for Environment, Fisheries and Aquaculture Science (Cefas)
28. Moredun Research Institute
29. University of Hull
30. University of Surrey
31. The Queen's University of Belfast
32. Health and Safety Executive
33. Royal Agricultural University
34. SRUC (Scotland's Rural College)
35. Public Health Wales NHS Trust
36. University of Leeds
37. Harper Adams University
38. Fera Science Limited
39. University of Hertfordshire Higher Education Corporation

3.26 República Checa



República Checa

A Lei nº 110/1997 Coll. sobre produtos alimentares e de tabaco, conforme alteração, serve de base legal para a legislação alimentar na República Checa. A Estratégia de Segurança Alimentar e Nutrição para 2014–2020 é um documento fundamental para a República Checa no campo da segurança alimentar e da nutrição.

O incumprimento dos regulamentos alimentares pode levar a medidas no âmbito do direito penal e a ações de indemnização ao consumidor nos termos do direito civil, sendo que a decisão final recai sobre os tribunais. As medidas governamentais em matéria de segurança alimentar são muitas vezes baseadas na avaliação científica dos riscos. No entanto, a decisão final sobre a legalidade das medidas governamentais cabe aos tribunais.

Na República Checa, não existe uma separação institucional da avaliação de riscos da gestão de riscos. No entanto, existe uma separação processual da avaliação de riscos e da gestão de riscos. As avaliações de riscos são publicadas na Internet, a menos que existam disposições legais que o proibam.

MZE Ministério da Agricultura

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Ponto de Contacto do Codex
- ▶ Ponto Focal da EFSA
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF

Sede: Praga
<http://eagri.cz>



O Ministério da Agricultura (MZE) ocupa-se da política agrícola e da segurança alimentar na República Checa. É responsável pelos alimentos de origem animal e vegetal e também pelas inspeções alimentares estatais.

O portfólio do MZE inclui também alimentos para consumo humano e animal, bem-estar e saúde animal, produtos medicinais veterinários e produtos para proteção das plantas e seus resíduos, contaminantes, água potável, organismos geneticamente modificados (OGM), novos alimentos, aditivos, suplementos alimentares e rotulagem de alimentos.

O MZE é, principalmente, responsável pela supervisão nas seguintes áreas:

- ▶ Autoridade Checa de Inspeção Agrícola e Alimentar – alimentos de origem vegetal, venda a retalho de produtos alimentares de origem animal.
- ▶ Administração Veterinária Estatal – produção, transformação e distribuição de alimentos para consumo humano e animal de origem animal, saúde e bem-estar animal, inspeção de fronteira.
- ▶ Instituto Central de Supervisão e Testes em Agricultura – higiene da produção, processamento, distribuição e venda a retalho de géneros alimentícios para animais, matérias fitossanitárias, produtos fitofarmacêuticos.
- ▶ O Instituto Central de Supervisão e Testes em Agricultura é a autoridade reguladora dos produtos fitofarmacêuticos.
- ▶ Inspeção de Criação Checa – identificação e registo de animais.
- ▶ Instituto Estatal para o Controlo de Produtos Biológicos e Medicamentos Veterinários (em colaboração com a Administração Fitossanitária Estatal) – produtos medicinais veterinários e alguns aspetos dos produtos fitofarmacêuticos. O Instituto Estatal para o Controlo de Produtos Biológicos e Medicamentos Veterinários é a autoridade reguladora para medicamentos veterinários.

A comunicação de riscos é outra área principal da competência do MZE. O Centro de Informação de Segurança Alimentar foi criado para prestar informação, acessível ao público em geral, sobre todos os aspetos da segurança alimentar (“da quinta ao prato”).

Existem alguns Laboratórios Nacionais de Referência associados às autoridades competentes relevantes, que pertencem ao portfólio do MZE e ao Ministério da Saúde (MZ), nos termos do Regulamento (CE) nº 882/2004.

MZ Ministério da Saúde

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Higiene alimentar

Sede: Praga
<http://www.mzcr.cz>



O Ministério da Saúde (MZ) ocupa-se da proteção da saúde pública e da segurança alimentar na República Checa. O portfólio do MZ inclui materiais destinados ao contacto com alimentos, contaminantes, água mineral, produtos para proteção das plantas e seus resíduos.

A competência de inspeção do MZ está restrita aos materiais destinados ao contacto com alimentos, à higiene alimentar e, mais particularmente, à restauração. As autoridades competentes relevantes são as Autoridades de Saúde Pública.

Existem alguns Laboratórios Nacionais de Referência associados ao MZ.

Níveis regional e local

A República Checa é composta por 14 regiões divididas em distritos.

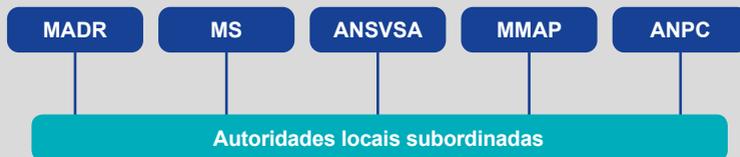
As inspeções alimentares humanas e animais são da responsabilidade das regiões. Em todas as 14 regiões existem gabinetes regionais das Administrações Veterinárias Estatais e das Autoridades de Saúde Pública. Em sete das 14 regiões existem gabinetes regionais da Autoridade Checa de Inspeção Agrícola e Alimentar e do Instituto Central de Supervisão e Testes em Agricultura.

O bem-estar animal é da responsabilidade dos municípios, ou seja, têm a responsabilidade de inspecionar, tomar medidas e lidar com o incumprimento.

**Instituições abrangidas pela rede EFSA
conforme o artigo 36, Regulamento (CE)
nº 178/2002**

1. Ministry of Agriculture of the Czech Republic (EFSA Focal Point)
2. Mendel University in Brno, Faculty of Agronomy, Department of Animal Breeding
3. National Institute of Public Health
4. Veterinary Research Institute (VRI)
5. Crop Research Institute
6. Institute of Animal Science
7. Czech University of Life Sciences Prague (Čzech zemmh Univ univerzita v Praze)
8. Food Research Institute Prague
9. Biology Centre, the Czech Academy of Sciences (BC CAS)
10. Institute of Chemical Technology Prague
11. University of Veterinary and Pharmaceutical Sciences Brno
12. University of South Bohemia in Čnive Buddersity
13. University of Ostrava

3.27 Roménia



Representação simplificada das autoridades de segurança alimentar na Roménia

Roménia

A Lei nº 150/2004 (com alterações) é a base legal da legislação em matéria de alimentos para consumo humano e animal na Roménia. O incumprimento dos regulamentos no âmbito da alimentação humana e animal pode levar a medidas no âmbito do direito penal e a ações de indemnização pelo consumidor nos termos do direito civil, sendo que a decisão final recai sobre os tribunais. As medidas governamentais em matéria de segurança alimentar são muitas vezes baseadas na avaliação científica dos riscos.

Na Roménia não existe separação institucional da avaliação de riscos e da gestão de riscos. As avaliações de riscos não são publicadas na internet.

MADR Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Bucareste
<http://www.madr.ro>



O Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural (MADR) ocupa-se da política agrícola e da segurança alimentar na Roménia. Prepara projetos de legislação na área dos alimentos para consumo animal e humano de origem não animal, dos resíduos de produtos fitofarmacêuticos e do cultivo de organismos geneticamente modificados (OGM). O MADR também realiza avaliações de riscos nessas áreas. As atividades do MADR, relativamente aos produtos fitossanitários, são apoiadas pela Agência Nacional de Proteção Ambiental e pelo Ministério da Saúde.

Existem dois Laboratórios Nacionais de Referência associados ao MADR, de acordo com o Regulamento (CE) nº 882/2004.

MS Ministério da Saúde

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Bucareste
<http://www.ms.ro>



O Ministério da Saúde (MS) é responsável pela proteção da saúde e pela segurança alimentar na Roménia. O MS prepara projetos de legislação no domínio da segurança alimentar, e é responsável pelos controlos oficiais no domínio da segurança alimentar. O portfólio do MS inclui novos alimentos, suplementos alimentares, alimentos para populações com requisitos nutricionais especiais, aditivos alimentares, enzimas e aromatizantes, tratamento de alimentos com irradiação ionizante, materiais destinados ao contato com alimentos e água mineral. O MS também é responsável pela avaliação de riscos nessas áreas.

ANSVSA Autoridade Nacional Sanitária, Veterinária e de Segurança Alimentar

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos, controlos fronteiriços
- ▶ Ponto de Contacto do Codex
- ▶ Ponto Focal da EFSA
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF

Sede: Bucareste
<http://www.ansvsa.ro>



A Autoridade Nacional Sanitária, Veterinária e de Segurança Alimentar (ANSVSA) está subordinada ao Governo da Roménia e as atividades

da ANSVSA são coordenadas pelo Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural. A ANSVSA administra todas as atividades na área de segurança alimentar – das matérias-primas às questões relacionadas com o consumo. A ANSVSA é responsável pelo controlo oficial, pela elaboração de projetos de legislação e pela elaboração de avaliações de riscos nas seguintes áreas: contaminantes, resíduos de produtos fitofarmacêuticos, importação de produtos animais e vegetais, rastreabilidade e rotulagem de alimentos geneticamente modificados para consumo humano e animal, zoonoses, produtos medicinais veterinários e seus resíduos, alimentos para animais, saúde e bem-estar animal.

A ANSVSA garante que os requisitos de HACCP e higiene sejam implementados nas empresas de produção de alimentos e da restauração.

Os Laboratórios Nacionais de Referência, nos termos do Regulamento (CE) nº 882/2004 estão subordinados à ANSVSA e associados ao Instituto de Diagnóstico e Saúde Animal, ao Instituto de Higiene e Saúde Pública Veterinária, ao Laboratório Sanitário, Veterinário e da Segurança Alimentar do Estado e ao Instituto de Controlo de Produtos Biológicos e Medicamentos Veterinários.

MMAP Ministério do Ambiente, Águas e Florestas

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Bucareste
<http://www.mmediu.ro>



O Ministério do Ambiente, Água e Florestas (MMAP) trata da política ambiental e é a principal autoridade competente para os produtos fitofarmacêuticos e OGM. O MMAP autoriza e controla a utilização de OGM e produtos fitossanitários,

e monitoriza o seu impacto no ambiente. Nesta área, o MMAP é apoiado pela Agência Nacional de Proteção e pela Guarda Nacional do Ambiente. A autorização de produtos para proteção das plantas, na Roménia, exige a aprovação de três ministérios: MADR, MS e MMAP. O MMAP também é responsável pela gestão de pesticidas obsoletos.

ANPC
Autoridade Nacional para a Proteção do Consumidor

► Gestão de riscos

Sede: Bucareste
<http://www.anpc.ro>

A Autoridade Nacional para a Proteção ao Consumidor (ANPC) monitoriza a conformidade da alimentação, da publicidade alimentar e da rotulagem dos alimentos com os requisitos legais. A ANPC também gere as reclamações dos consumidores.

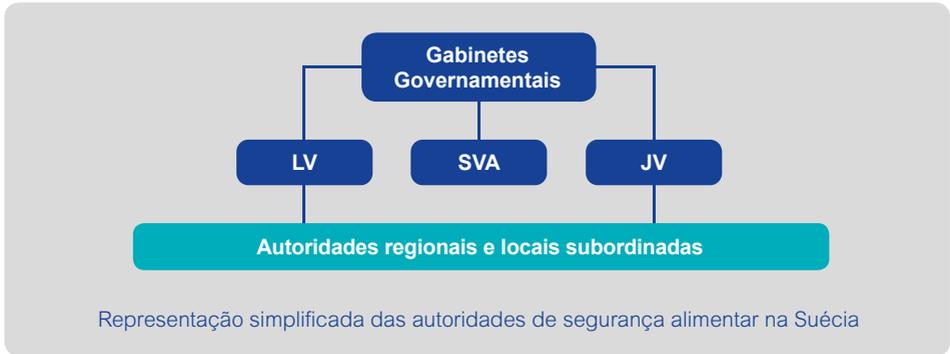
Níveis regional e local

A Roménia possui uma estrutura governamental unitária, com gabinetes de administração regional descentralizada. O nível regional (42 distritos administrativos) não possui competência autónoma. A administração regional supervisiona o trabalho das autoridades locais. Todas as autoridades (MADR, MS, ANSVSA, MMAP e ANPC) têm gabinetes regionais que realizam inspeções e controlos na área de segurança alimentar, fitosanitária e fitofarmacêutica, para além de inspeções veterinárias.

Instituições abrangidas pela rede EFSA conforme o artigo 36, Regulamento (CE) nº 178/2002

1. National Sanitary Veterinary and Food Safety Authority (EFSA Focal Point)
2. Institute for Diagnosis and Animal Health
3. Ministry of Public Health
 - Department of Public Health Authority (PHA)
 - Department of Sanitary State Inspection
4. Institute for Hygiene and Veterinary Public Health
5. Banat's University of Agricultural Science and Veterinary Medicine
6. Sanitary Veterinary and Food Safety Directorate of Bucharest – Sanitary Veterinary Laboratory of State
7. University of Agricultural Sciences and Veterinary Medicine – Cluj Napoca
8. National Institute of Research and Development for Food Bioresources – IBA Bucharest
9. Dunarea de Jos University

3.28 Suécia



A Lei dos Alimentos é a base legal da legislação alimentar na Suécia. O incumprimento dos regulamentos alimentares pode levar a medidas no âmbito do direito penal e a ações de indenização ao consumidor nos termos do direito civil, sendo que a decisão final recai sobre os tribunais. As medidas governamentais em matéria de segurança alimentar são muitas vezes baseadas na avaliação científica dos riscos. No entanto, a decisão final sobre a legalidade das medidas governamentais cabe aos tribunais.

Na Suécia, não há separação institucional da avaliação de riscos alimentares da gestão de riscos alimentares, uma vez que ambos são realizados pela Agência Alimentar Nacional (Livsmedelsverket, LV). No entanto, há uma separação interna entre avaliação de riscos e gestão de riscos em vigor, para assegurar a independência.

O Instituto Nacional de Veterinária (Statens veterinärmedicinska anstalt, SVA) é responsável pela avaliação de riscos e o Conselho de Agricultura Sueco (Jordbruksverket, JV) é responsável pela gestão de riscos, no seu domínio de especialização.

Ministério das Empresas e da Inovação (Gabinetes Governamentais)

- ▶ Política agrícola, segurança alimentar
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Estocolmo
<http://www.government.se>

Nos Gabinetes Governamentais da Suécia, o Ministério das Empresas e da Inovação é responsável pela política agrícola e pelos assuntos relacionados com toda a cadeia alimentar, incluindo a segurança alimentar. Em estreita colaboração com outros Ministérios do Governo, são tratadas questões políticas relacionadas com a segurança alimentar e com toda a cadeia alimentar. Conforme se especifica nas suas competências, as agências públicas (ou seja, LV, JV e SVA) prestam apoio ao ministério.

LV Agência Alimentar Nacional

- ▶ Avaliação de riscos/benefícios
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Ponto de Contacto do Codex
- ▶ Ponto Focal da EFSA
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF

Sede: Uppsala
<http://www.livsmedelsverket.se>



A Agência Nacional de Alimentos (LV) é uma autoridade governamental independente e não-ministerial. No entanto, a LV é responsável perante o governo e os Gabinetes Governamentais na Suécia.

Na área da segurança alimentar, a LV é responsável pela avaliação de riscos e benefícios, comunicação de riscos e gestão de riscos. O LV prepara projetos de lei com base em avaliações de riscos baseadas em ciência. É também responsável pelas inspeções alimentares estatais e pela informação subsequente do resultado das atividades de controlo e inspeção.

Dentro da LV, o Departamento de Avaliação de Riscos e Benefícios tem a tarefa de realizar avaliações independentes de riscos alimentares para questões de segurança alimentar, incluindo riscos biológicos, novos alimentos, suplementos alimentares e botânicos, organismos geneticamente modificados (OGM), infeções transmitidas por alimentos, contaminantes e água potável. O departamento também realiza avaliações de risco para produtos fitofarmacêuticos e resíduos de medicamentos veterinários nos alimentos. Não obstante, a autoridade reguladora dos produtos fitofarmacêuticos é a Inspeção Sueca de Produtos Químicos (Kemikalieinspektionen)

e a autoridade reguladora dos medicamentos veterinários é a Agência de Produtos Médicos (Läkemedelsverket).

A área do Departamento de Avaliação de Riscos e Benefícios estende-se para além da segurança alimentar, para a área dos levantamentos nutricionais e dietéticos.

JV Conselho Sueco de Agricultura

- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Jönköping
<http://www.jordbruksverket.se>



O Conselho Sueco de Agricultura (JV) é uma autoridade governamental independente não-ministerial. É, no entanto, responsável perante o governo e os Gabinetes Governamentais na Suécia.

Na área da segurança alimentar, o JV é responsável pela comunicação de riscos e pela gestão de riscos. Prepara projetos de lei com base em avaliações de riscos assentes na ciência. É também responsável pelas inspeções alimentares estatais para consumo por animais, e, se necessário, pela informação governamental subsequente do resultado das atividades de controlo e inspeção.

A competência do JV inclui resíduos de produtos fitofarmacêuticos e OGM em alimentos para animais e estende-se para além da segurança alimentar, para a saúde das plantas e saúde e bem-estar animal.

SVA Instituto Nacional Sueco de Veterinária

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos

Sede: Uppsala
<http://www.sva.se>



O Instituto Nacional Sueco de Veterinária (SVA) está subordinado aos Gabinetes Governamentais na Suécia e apoia o trabalho do JV com serviços analíticos de laboratório e conhecimentos epidemiológicos e microbiológicos. O SVA prepara avaliações de riscos baseadas em ciência, particularmente no campo das zoonoses e da saúde animal. A área de trabalho do SVA estende-se para além da segurança alimentar, para a saúde animal.

Níveis regional e local

O nível regional na Suécia é composto por 21 autoridades a nível distrital e o nível local por 290 autoridades municipais. As autoridades distritais são responsáveis pela coordenação das inspeções alimentares a nível regional. No entanto, em alguns casos, as atividades das autoridades regionais são orientadas pelo governo. As autoridades municipais também realizam inspeções de alimentos nas quintas, e trabalham e tomam decisões de forma independente.

Instituições abrangidas pela rede EFSA conforme o artigo 36, Regulamento (CE) nº 178/2002

1. National Food Agency (EFSA Focal Point)
2. National Veterinary Institute
3. Swedish Chemicals Agency
4. Swedish Environmental Protection Agency
5. Swedish University of Agricultural Sciences
6. Linneaus University
7. Karolinska Institute

4 Segurança Alimentar nos Países Vizinhos

4.1 Albânia



A adoção da Lei dos Alimentos nº 9863 em 2008 é, em grande escala, uma harmonização com o acervo da UE no domínio da segurança alimentar. Atribui a base e os princípios para garantir a proteção das normas de segurança alimentar e do interesse dos consumidores, bem como os requisitos para a produção e comercialização de alimentos para consumo humano e animal. Com esta Lei, a Autoridade Alimentar Nacional foi criada e entrou em vigor em 1 de setembro de 2010, com base na Decisão do Conselho de Ministros nº 1081 "Sobre a organização e funcionamento da Autoridade Alimentar Nacional".

Com base na Lei dos Alimentos, foi adotada uma legislação secundária, de acordo com os requisitos da UE. A legislação atual relativa à segurança alimentar na Albânia está parcialmente alinhada com as disposições da UE, nomeadamente com o Pacote de Higiene Alimentar. O Regulamento (CE) nº 178/2002, parte do Regulamento (CE) nº 882/2004 sobre os controlos oficiais foi harmonizado, bem como os Regulamentos nº 852/2004, nº 853/2004 e nº 854/2004, adotados por meio de Portarias do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Administração da Água.

A adoção da Lei nº 10465 do Serviço Veterinário na República da Albânia, em 2011, transferiu as responsabilidades pela saúde e o bem-estar dos animais para o serviço veterinário.

Com base na Lei "Sobre o Serviço Veterinário na República da Albânia" e na Lei "Sobre o sistema de identificação e registo de animais", foram adotados vários atos jurídicos secundários, introduzindo os requisitos da UE no campo veterinário, como a regulamentação para o controlo de doenças em animais, regulação para controlo de doenças zoonóticas, regulamentos para a criação e funcionamento do sistema de identificação de animais, regulamentos para o bem-estar animal e regulamentação das condições comerciais nacionais e internacionais de todos os animais.

As atividades fitossanitárias baseiam-se na Lei nº 9362 Sobre o Serviço de Proteção das Plantas, a partir de 2005, alterada em 2008 pela Lei nº 9908. No âmbito da Lei alterada sobre o serviço de proteção das plantas, foi adotada uma legislação secundária em conformidade com as diretivas da UE em matéria de proteção das plantas (principalmente das duas diretivas básicas: 2000/29 e 91/414).

Não existe separação da avaliação de riscos e da gestão de riscos. Dentro da NFA, são departamentos separados.

As publicações das avaliações de riscos não são publicadas.

MARDWA
Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Administração da Água

► Política agrícola e de segurança alimentar

Sede: Tirana
<http://www.bujqesia.gov.al>

O Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Administração da Água (MARDWA) ocupa-se da política agrícola e da segurança alimentar na Albânia. Prepara projetos de legislação na área da segurança alimentar e alimentos para animais. A área de trabalho do MARDWA estende-se para além da segurança alimentar para, por exemplo, a saúde das plantas e a saúde e bem-estar animal.

Em relação à Segurança Alimentar, o MARDWA é responsável pelas políticas, estratégias e legislação de segurança alimentar e qualidade dos produtos alimentares. Está envolvido na gestão de riscos e na gestão de crises de segurança alimentar. Formula políticas para controlar a qualidade e a segurança dos produtos alimentares, a fim de integrar o controlo de alimentos como função fundamental na proteção da saúde e dos interesses dos consumidores, proporcionando uma concorrência leal no mercado nacional e a introdução de produtos alimentares no mercado internacional. Para além disto, o MARDWA é responsável pelo setor pesqueiro, incluindo a aprovação dos estabelecimentos de pesca, a classificação das áreas de produção de moluscos e bivalves vivos e a monitorização dos seus planos de amostragem.

No que se refere à proteção das plantas, o MARDWA é responsável pelas políticas e pela legislação, pela implementação de procedimentos relacionados com o registo de produtos fitofarmacêuticos, pelo controlo do serviço de proteção das plantas e pela representação da autoridade internacional no domínio da proteção das plantas. A autoridade veterinária responsável é a Direção Veterinária da Direção-Geral de Serviço Agrícola. Para além de representar a Albânia na OIE, esta direção é responsável pelas políticas, estratégias, legislação e monitorização da implementação da legislação na área do serviço veterinário. Os serviços veterinários regionais fazem parte das Direções Regionais de Agricultura (RAD) responsáveis tecnicamente por toda a sua atividade na Direção Veterinária do MARDWA. Os veterinários privados são contratados pelas Direções Regionais de Agricultura para realizar atividades veterinárias, tais como campanhas de vacinação para programas nacionais e marcas de orelha de animais de acordo com a legislação.

Com base na legislação vigente em matéria veterinária e alimentar na Albânia, os deveres e as competências dos Serviços Veterinários Estatais do MARDWA são realizados ao nível da quinta, concentrando-se apenas na produção primária. Uma vez que saem da quinta, os produtos primários são da competência dos serviços de inspeção da Autoridade Alimentar Nacional.

NFA
Autoridade Alimentar Nacional

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de Riscos
- ▶ Comissão Científica
- ▶ Painéis Científicos
- ▶ Conselho de Administração
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF
- ▶ Ponto Focal da EFSA

Sede: Tirana
<http://www.aku.gov.al>

De acordo com a Lei nº 9863, de 28 de janeiro de 2008 "Respeitante à Alimentação", segundo alteração, que regula o sistema de segurança alimentar na Albânia, a Autoridade Alimentar Nacional (NFA) é responsável pela avaliação de riscos, pela gestão de riscos e pela comunicação de riscos. Existem 13 Postos de Inspeção Fronteiriça sob a alçada da NFA, responsáveis pelo controlo de plantas e produtos vegetais, gado, subprodutos animais e alimentos de origem animal e não animal nas fronteiras. A Autoridade Nacional de Alimentos é uma parte integrada do programa para criar e garantir um sistema de segurança alimentar e proteção ao consumidor na República da Albânia. Foi estabelecida através de uma decisão do Conselho de Ministros nº 1081, com data de 21-10-2009. A NFA é uma Instituição do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Administração da Água. A NFA tem, como parte da sua estrutura organizacional, 9 Laboratórios Regionais que realizam análises de laboratório para controlos oficiais alimentares humanos e animais, bem como proteção de plantas para verificar a implementação da lei no país, de acordo com a legislação vigente. Estes laboratórios são categorizados da seguinte forma:

- ▶ laboratório de segurança alimentar: física e química;
- ▶ laboratório de microbiologia;
- ▶ laboratório de saúde e bem-estar animal;
- ▶ laboratório de proteção das plantas

O estatuto dos laboratórios da NFA está definido na Lei nº 9863, de 28-01-2008 "Sobre os Alimentos", alterada, onde foi concedida autorização pelo Ministro da Agricultura após uma avaliação realizada pelo Laboratório de Referência.

O campo de operação da NFA

- ▶ assenta no processo de avaliação de riscos no campo da proteção dos alimentos para consumo humano, animal, e das plantas. Planeia, coordena e realiza controlos oficiais de alimentos para consumo humano e animal e proteção das plantas;
- ▶ assegura o controlo oficial da unificação para alimentação humana e animal, e proteção das plantas a nível nacional;
- ▶ coordena as atividades dos laboratórios autorizados nos controlos oficiais dos alimentos para consumo humano e animal e proteção das plantas;
- ▶ realiza controlos preliminares para provar se os requisitos técnico-tecnológicos, de higiene-sanitários, fitossanitários e veterinários são atendidos e também para verificar a documentação necessária para registo e licenciamento dos operadores das empresas do setor alimentar e proteção das plantas;
- ▶ bloqueia temporária ou permanentemente a atividade dos operadores das empresas de alimentos para consumo humano e animal nas etapas de produção, processamento, entrega e comercialização de alimentos para consumo humano e animal quando se prova que os alimentos para consumo humano ou animal e respetivos operadores de negócios não cumprem as normas de segurança alimentar, determinadas na legislação em vigor;
- ▶ realiza investigação científica necessária sobre avaliação de riscos no campo da segurança alimentar de consumo humano e animal e da proteção das plantas;
- ▶ fornece apoio técnico, administrativo e científico, permitindo a atividade da Comissão e dos Painéis Científicos;
- ▶ informa o público sobre segurança alimentar para consumo humano e animal e a proteção das plantas.

FSVI **Instituto de Segurança Alimentar e Veterinária**

- ▶ Confirmação do diagnóstico
- ▶ Harmonização de métodos de análise
- ▶ Cursos de formação
- ▶ Colaboração com centros de referência europeus

Sede: Tirana
<http://www.isuv.gov.al>

O Instituto de Segurança Alimentar e Veterinária (FSVI) está sob a alçada do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Administração da Água. O FSVI é um centro de referência nacional e um laboratório que desenvolve investigação científica e atividades de aplicação em áreas de saúde animal e qualidade de alimentos, resíduos de géneros alimentícios e registo de produtos veterinários e proteção das plantas.

O FSVI serve como centro de referência para:

- ▶ confirmação de diagnósticos realizados noutros laboratórios;
- ▶ realiza a normalização dos métodos de análise;
- ▶ utiliza e divulga métodos oficiais de análise;
- ▶ organiza cursos de formação para especialistas de outros laboratórios;
- ▶ fornece novos regulamentos e tudo o que está relacionado com o campo de investigação a outros laboratórios;
- ▶ colabora com centros de referência da Comunidade Europeia;
- ▶ fornece ao MARDWA assistência e informações laboratoriais científicas e sugere novas medidas a serem implementadas no terreno, para questões que estejam ao alcance do FSVI.

O FSVI implementa o sistema de gestão de qualidade baseado na norma ISO 17025:2005 e foi aprovado para 6 testes pela Direção-Geral de Acreditação e por um organismo de acreditação

estrangeiro (Accredia – acreditação nacional em Itália). O Departamento de Saúde dos Animais do FSVI é composto por 6 setores: Bacteriologia, Virologia, Parasitologia, Micologia, Epidemiologia Veterinária e Setor de produtos médicos veterinários. Parte deste instituto é também o setor de produção de vacinas e bioprodutos.

MH **Ministério da Saúde**

- ▶ Serviços de saúde
- ▶ Projetos de legislação
- ▶ Estratégias de desenvolvimento da saúde
- ▶ Programas de investimento: infraestrutura de serviços de saúde

Sede: Tirana
<http://www.shendetesia.gov.al>

A missão do Ministério da Saúde (MH) é a implementação de políticas de saúde de programas governamentais. O Ministério da Saúde compila as políticas de saúde a nível nacional e determina o desenvolvimento e o planeamento dos serviços de saúde a nível nacional e regional. O MH é responsável pela saúde pública, pela nutrição e controlo de água e produtos alimentares específicos (fins nutricionais).

PHI **Instituto de Saúde Pública**

- ▶ Planeamento/verificação do fornecimento de alimentos
- ▶ Planos de investigação em setores alimentares
- ▶ Monitorização da nutrição da população
- ▶ Dados de vigilância/diagnóstico laboratorial

Sede: Tirana
<http://www.ishp.gov.al>

Setor da Segurança Alimentar:

- ▶ Desenvolvimento e aplicação de planos para a verificação do fornecimento de alimentos.

Setor Nutricional (Alimentação):

- ▶ Desenvolvimento e aplicação de planos de investigação em setores alimentares: macro e micro nutrientes.
- ▶ Monitorização da nutrição da população.

A aplicação da legislação de saúde pública e nutrição é realizada pelos inspetores sanitários responsáveis pela emissão de certificados de saúde para os trabalhadores da indústria, a inspeção no ambiente de trabalho e o controlo da água até ao consumidor final. O Instituto de Saúde Pública (PHI) recolhe dados de vigilância e diagnóstico de laboratório de estruturas regionais de saúde pública. O PHI reporta mensalmente a quantidade de casos de doenças infecciosas à Secção de Segurança Alimentar e Epidemiologia do PHI. As categorias de doença relevantes para as doenças transmitidas por alimentos são: salmonelose não-tifoide, botulismo, xiguelose, enterite de *E. coli*, cólera, brucelose, infeção pelo vírus da hepatite A, giardíase, amebíase, intoxicação alimentar (etiologia desconhecida, incluindo infeções tóxicas de alimentos), Doença gastro entérica não especificada e surtos associados a alimentos e a água contaminada.

RDA

Direções Regionais de Agricultura

- ▶ Recolha de informações agrícolas
- ▶ Apoio aos agricultores
- ▶ Apoio à Agroindústria/Mercado
- ▶ Informação estatística

Sede: 12 RDA em 12 regiões

As Direções Regionais de Agricultura (RDA) estão presentes uma por região e estão envolvidas na aplicação da legislação sob a competência do MARDWA a nível do terreno. Para além disso, os especialistas em proteção das plantas, parte da RDA, são responsáveis por assessorar, informar e educar os agricultores em questões de proteção das plantas.

4.2 Antiga República Jugoslava da Macedónia (MK)



O quadro jurídico para a segurança alimentar na Antiga República Jugoslava da Macedónia é a Lei de Segurança Alimentar. O incumprimento dos regulamentos alimentares pode levar a medidas no âmbito do direito penal e a ações de indemnização ao consumidor nos termos do direito civil, sendo que a decisão final recai sobre os tribunais. As medidas governamentais em matéria de segurança alimentar são muitas vezes baseadas na avaliação científica dos riscos. Em 2015, a Antiga República Jugoslava da Macedónia estabeleceu um Conselho Nacional de Segurança Alimentar Humana e Animal. O Conselho tem um total de 19 membros, representantes de instituições governamentais relevantes e ONG.

O Conselho Nacional fornece conselhos científicos e apoio relacionado com as políticas que regem a segurança alimentar humana e animal, a saúde e o bem-estar animal. É também responsável por emitir opiniões e recomendações independentes, bem como notificar informações relativas à existência de riscos, a fim de melhorar a harmonização entre as funções de avaliação de riscos e comunicação de riscos.

Na Antiga República Jugoslava da Macedónia há uma separação funcional da avaliação de riscos e da gestão de riscos. As avaliações de riscos não são publicadas na internet.

FVA Agência Alimentar e Veterinária

- ▶ Segurança alimentar humana e animal
- ▶ Política veterinária, política de saúde pública
- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Ponto Focal da EFSA
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF
- ▶ Ponto de Contacto do Codex
- ▶ OIE, DG SANTE, Ponto de Contacto SPS da OMC

Sede: Skopje
<http://www.fva.gov.mk>



A Agência Alimentar e Veterinária (FVA) é uma autoridade governamental independente que estabeleceu o sistema de gestão da qualidade de acordo com a norma ISO 9001:2012; é também responsável por realizar atividades relacionadas com:

- ▶ segurança alimentar humana e animal;
- ▶ implementação, controlo, vigilância e monitorização das atividades veterinárias no campo da saúde e bem-estar animal, saúde pública veterinária, materiais destinados ao contato com alimentos;

- ▶ controlo sobre Laboratórios Nacionais de Referência e laboratórios autorizados que atendam às necessidades da FVA;
- ▶ controlo da qualidade dos alimentos com exceção da produção agrícola primária de origem não animal;
- ▶ outras atividades significativas para a saúde veterinária, segurança alimentar humana e animal.

A FVA supervisiona os controlos oficiais de alimentos para consumo humano e animal e alimentos de origem animal e não animal – durante a produção, processamento, armazenamento, transporte, comércio, importação e exportação. A FVA é também responsável pelas atividades de controlo e inspeção dos operadores de empresas alimentares.

MAFWE **Ministério da Agricultura,** **Silvicultura e Economia da Água**

- ▶ **Política agrícola, segurança alimentar na produção primária**
- ▶ **Gestão de riscos**

Sede: Skopje
<http://www.mzsv.gov.mk>



O Ministério da Agricultura, Silvicultura e Economia da Água (MAFWE) é responsável pelo desenvolvimento e implementação da política agrícola e de segurança dos alimentos para consumo humano e animal de origem vegetal na produção primária.

O MAFWE prepara projetos de legislação e é responsável pela implementação, inspeção e controlo nas seguintes áreas: saúde das plantas, produtos para proteção das plantas, criação e operação do “sistema de passaporte das plantas”, reconhecimento, aprovação e proteção

de variedades de plantas e sementes e análise laboratorial de plantas e produtos vegetais.

Como parte do MAFWE, a Inspeção de Agricultura do Estado (SAI) realiza a inspeção e controlo durante a proteção primária das frutas e produtos hortícolas.

MoH **Ministério da Saúde**

- ▶ **Política de saúde**
- ▶ **Gestão de riscos**

Sede: Skopje
<http://www.moh.gov.mk>



O Ministério da Saúde (MoH) é responsável por todos os aspetos da saúde pública e dos cuidados de saúde. Tal inclui a elaboração de projetos de lei, bem como a posterior implementação e controlo da proteção do consumidor contra a fraude. O MoH participa ativamente na harmonização da legislação macedónia com a legislação da UE.

FVMS **Faculdade de Medicina Veterinária**

- ▶ **Análise laboratorial**
- ▶ **Avaliação de riscos**

Sede: Skopje
<http://www.fvm.ukim.edu.mk>

Os laboratórios da Faculdade de Medicina Veterinária (FVMS) (Instituto Alimentar e Instituto Veterinário) estão autorizados a realizar análises laboratoriais de amostras recolhidas no decorrer dos controlos oficiais realizados pela FVA. Os laboratórios da FVMS estão acreditados de acordo com a norma MKC ISO/IEC 17025:2006. A FVMS está também envolvida nas atividades de

avaliação de riscos da FVA. Os laboratórios da FVMS cobrem a área de microbiologia, biologia e bioquímica, mais especificamente a análise de produtos alimentares, bebidas, água, alimentos e exames de doenças animais.

IPH **Instituto de Saúde Pública**

- ▶ Análise laboratorial
- ▶ Avaliação de riscos

Sede: Skopje
<http://www.iph.mk>

O Instituto de Saúde Pública (IPH) está autorizado para análise laboratorial de amostras de alimentos para consumo humano e animal, recolhidas por inspetores alimentares do estado. O IPH está acreditado através da norma ISO/IEC 17025. O IPH apoia também a FVA e o MAFWE nas atividades de avaliação de riscos.

SPL **Laboratório Nacional Fitossanitário**

- ▶ Análise laboratorial

Sede: Skopje
<http://www.mzsv.gov.mk>

O Laboratório de Fitossanidade do Estado (SPL) assegura serviços de laboratório avançados e qualitativos para todo o setor agrícola, na área dos organismos prejudiciais, controlo da qualidade das sementes e plântulas, controlo de produtos fitofarmacêuticos, controlo de resíduos de pesticidas, tudo isto no âmbito da produção de alimentos seguros.

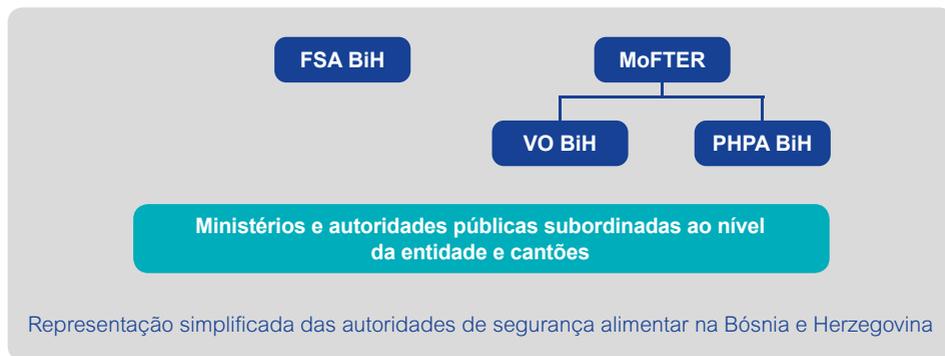
Níveis regional e local

Existem dez laboratórios independentes regionais que realizam análise química, toxicológica e microbiológica de alimentos e água. As atividades de controlo e inspeção são coordenadas e supervisionadas pela FVA. Existem 28 gabinetes regionais da FVA a operar a nível regional e local, para inspecionar alimentos de origem não animal e animal, saúde e bem-estar animal e importação e exportação em postos de controlo fronteiriço.

Representação simplificada das autoridades de segurança alimentar na Antiga República Jugoslava da Macedónia:

1. Agência Alimentar e Veterinária (FVA) (Ponto Focal da EFSA)
2. Direção Fitossanitária, MAFWE
3. Inspeção Agrícola Estatal, MAFWE
4. Direção de Sementes e Materiais de Plantação, MAFWE
5. Instituto Veterinário, Faculdade de Medicina Veterinária de Skopje
6. Instituto Alimentar, Faculdade de Medicina Veterinária de Skopje
7. Laboratório Fitossanitário Estatal MAFWE
8. Instituto de Saúde Pública da Antiga República Jugoslava da Macedónia, Skopje e 10 Centros Regionais de Saúde Pública
9. Laboratório de Bioquímica e Biologia Molecular, Faculdade de Ciências Agrícolas e Alimentação
10. Centro de Investigação de Engenhariaia Genética e Biotecnologia, MASA
11. Centro de Medicina Preventiva – Centro Médico Militar
12. Faculdade de Farmácia, Universidade de São Cirilo e Metódio, Skopje
13. Faculdade de Medicina, Universidade de São Cirilo e Metódio, Skopje

4.3 Bósnia e Herzegovina (BiH)



A Lei de Segurança Alimentar (Boletim Oficial B&H, nº 54/04) é a base legal para a segurança alimentar na Bósnia e Herzegovina (BiH). Esta lei transpõe o Regulamento nº 178/2002. O incumprimento dos regulamentos alimentares pode levar a medidas no âmbito do direito penal e a ações de indemnização ao consumidor nos termos do direito civil, sendo que a decisão final recai sobre os tribunais.

O “Pacote de Higiene” é transposto na legislação da Bósnia e Herzegovina com quatro códigos de regras, e que definem as responsabilidades das instituições individuais da Bósnia e Herzegovina, entidade e cantões envolvidos na cadeia de segurança alimentar.

Na Bósnia e Herzegovina, a avaliação de riscos ainda está em desenvolvimento, portanto, não há separação institucional entre avaliação de riscos e gestão de riscos. As avaliações de riscos não são publicadas na internet.

FSA BiH Agência de Segurança Alimentar da Bósnia e Herzegovina

- ▶ Política de segurança alimentar humana e animal
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Ponto Focal da EFSA
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF
- ▶ Ponto de Contacto da INFOSAN

Sede: Mostar
<http://www.fsa.gov.ba>



A Agência de Segurança Alimentar da Bósnia e Herzegovina (FSA BiH), em colaboração com a autoridade competente da entidade e a Brčko distrikt BiH, é responsável pela elaboração de legislação na área da segurança alimentar, qualidade e higiene dos alimentos de consumo humano e animal.

A FSA BiH é uma autoridade independente e baseada na ciência, e fornece apoio científico e técnico em todas as questões relacionadas com a segurança alimentar para consumo humano e animal. É responsável pelas avaliações de riscos nesta área e pela comunicação de resultados de avaliações de riscos.

A FSA BiH é o Ponto de Contacto do sistema DG SANTE EU RASFF, da rede INFOSAN e do Codex Alimentarius, nos termos da Lei dos Alimentos (Boletim Oficial da Bósnia e Herzegovina, nº 50/04).

A FSA BiH trabalha em estreita comunicação e cooperação com várias instituições nacionais a todos os níveis.

MoFTER Ministério do Comércio Externo e das Relações Económicas da Bósnia e Herzegovina

► Política agrícola

Sede: Sarajevo
<http://www.mvteo.gov.ba>

A nível central, existem duas instituições do Ministério do Comércio Externo e Relações Económicas (MoFTER), do Gabinete Veterinário da Bósnia e Herzegovina (VO) e da Administração da Bósnia e Herzegovina para a Proteção das Plantas (PHPA BiH), com responsabilidades quanto à segurança alimentar, saúde e bem-estar animal e proteção das plantas. O Departamento de Agricultura, Alimentação, Silvicultura e Desenvolvimento Rural dentro do MoFTER é responsável pela coordenação e supervisão das Agências Estatais relevantes.

VO BiH Serviço Veterinário da Bósnia e Herzegovina

- Política de segurança alimentar animal e da alimentação de origem animal
- Gestão de riscos
- Comunicação de riscos
- Saúde e bem-estar animal
- Ponto de Contacto da OIE

Sede: Sarajevo
<http://www.vet.gov.ba>



O Serviço Veterinário da Bósnia e Herzegovina (VO BiH) é uma autoridade especialista subordinada ao MoFTER, encarregue da saúde e bem-estar animal, saúde pública veterinária e medicamentos veterinários, garantindo um sistema de gestão de riscos na produção e circulação de alimentos de origem animal e em conformidade com a autoridade competente da entidade; o Distrito de Brčko elabora legislação em matéria de saúde animal, bem-estar e alimentos para animais e saúde pública veterinária.

O VO BiH monitoriza e controla o bem-estar animal, incluindo a zoonose. A Inspeção Veterinária de Fronteiras é parte integrante do VO BiH e realiza controlos oficiais de origem animal e alimentação para animais na fronteira. O VO BiH é responsável pela cooperação e coordenação com as autoridades veterinárias de outros países em termos de certificação internacional.

PHPA BiH

Administração da Bósnia e Herzegovina para a Proteção da Saúde das Plantas

► Saúde das plantas, incluindo produtos para proteção das plantas

Sede: Sarajevo

<http://www.uzzb.gov.ba>



BiH

A Administração da Bósnia e Herzegovina para a Proteção da Saúde das Plantas (PHPA BiH) foi estabelecida como organização administrativa separada, no âmbito do MoFTER, para determinar a política na área da proteção das plantas, elaborar projetos de regulamentação e garantir a proteção da saúde vegetal em todo o território da Bósnia e Herzegovina. A PHPA BiH é uma organização administrativa independente, no âmbito do MoFTER da Bósnia e Herzegovina e representa uma Organização Nacional de Proteção das Plantas, em conformidade com a Convenção Internacional de Proteção das Plantas (IPPC). A PHPA BiH é responsável pela proteção das plantas na Bósnia e Herzegovina e pela troca de informações/cooperação com organizações internacionais que lidam com questões fitossanitárias, tais como: IPPC/FAO, OEPP, OMC/SPS, UPOV, OCDE, ISTA, etc. A PHPA realiza tarefas administrativas e funções técnicas relacionadas, de acordo com a Lei de Proteção da Saúde das Plantas. É também responsável pelos controlos sobre produtos de proteção fitossanitários, seus resíduos e fornecedores/utilizadores registados.

Os inspetores fitossanitários realizam o controlo obrigatório de remessas de plantas, produtos vegetais e objetos regulados, de acordo com a Parte B do Anexo I Secção I, nos pontos transfronteiriços (Postos de Inspeção Fronteiriços, BIP), a fim de determinar a presença de organismos prejudiciais ou o cumprimento das normas fitossanitárias, bem como inspeções fitossanitárias de plantas, produtos vegetais e objetos regula-

dos no interior (onde as plantas são produzidas, processadas, armazenadas, transportadas, distribuídas ou utilizadas de qualquer outra forma).

Níveis regional e local

A Bósnia e Herzegovina consiste em duas entidades, a República da Srpska e Federação da Bósnia e Herzegovina e o distrito de Brčko. As entidades têm um elevado nível de responsabilidade na área da política agrícola, política alimentar humana e animal e sua qualidade e controlo oficial. Cada nível governamental da BiH (entidade/distrito, cantão e município) tem uma administração para a segurança alimentar, saúde/bem-estar animal e saúde vegetal.

Os controlos oficiais de alimentos de origem não animal nos pontos fronteiriços e os géneros alimentícios para consumo por humanos e animais no mercado interno, são realizados pelas inspeções das Entidades e pela Inspeção o Distrito de Brčko da Bósnia e Herzegovina, da seguinte forma:

1. República de Srpska – Administração para Assuntos de Inspeção da República de Srpska
2. Federação da BiH – Departamento Federal de Assuntos de Inspeção – serviço de inspeção sanitária e de mercado e serviço de inspeção cantonal
3. Distrito Brčko da BiH – serviço de inspeção sanitária e de mercado

As instituições do Governo da República de Srpska envolvidas na elaboração e implementação de legislação em matéria de segurança alimentar humana e animal e política agrícola, são as seguintes:

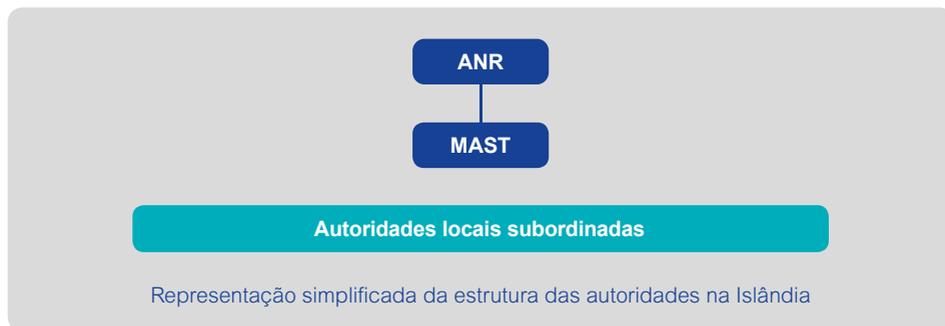
1. Ministério da Agricultura, Silvicultura e Gestão da Água da República de Srpska
2. Ministério da Saúde e Segurança Social da República de Srpska

As instituições do Governo da Federação da Bósnia e Herzegovina envolvidas na elaboração e implementação de legislação em matéria de segurança alimentar humana e animal e política agrícola, são as seguintes:

1. Ministério da Agricultura, Gestão da Água e Silvicultura da FBiH
2. Ministério da Saúde da Bósnia e Herzegovina

Dentro do Distrito de Brčko, o Departamento de Agricultura, Florestas e Gestão da Água, tem funções amplamente similares às da entidade.

4.4 Islândia



A Lei dos Alimentos é a base legal da legislação alimentar na Islândia. O incumprimento dos regulamentos alimentares pode levar a medidas no âmbito do direito penal e a ações de indemnização ao consumidor nos termos do direito civil, sendo que a decisão final recai sobre os tribunais. As medidas governamentais em matéria de segurança alimentar são muitas vezes baseadas na avaliação científica dos riscos. No entanto, a decisão final sobre a legalidade das medidas governamentais cabe aos tribunais.

Na Islândia não existe separação institucional da avaliação de riscos e da gestão de riscos. Algumas avaliações de riscos são publicadas na internet.

O Ministério das Indústrias e da Inovação (ANR) é responsável pelas pescas e pela política agrícola e segurança alimentar na Islândia.

Prepara legislação no campo do pescado e produtos agrícolas, alimentos de origem animal e vegetal e outros alimentos para consumo humano e animal, sendo também responsável pelas inspeções de alimentos estatais.

O portfólio do ANR inclui água potável, saúde das plantas, saúde animal, alimentação para animais, sementes, fertilizantes e capturas de pescas.

ANR Ministério das Indústrias e da Inovação

- ▶ Segurança alimentar humana e animal
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Reiquiavique
<https://eng.atvinnuvegaraduneyti.is>



Matís Ltd. Instituto de Alimentar e de Biotecnologia da Islândia

- ▶ Segurança alimentar humana e animal
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Reiquiavique
<http://www.matis.is>

O Instituto de Alimentar e de Biotecnologia da Islândia (Matís Ltd.) é um instituto independente de investigação propriedade do governo islandês. O Matís Ltd. presta serviços laboratoriais, bem como avaliações de riscos na área da segurança alimentar.

MAST Autoridade Alimentar e Veterinária da Islândia

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Ponto Focal da EFSA
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF

Sede: Selfoss
<http://www.mast.is>



A Autoridade Alimentar e Veterinária da Islândia (MAST) consiste numa sede, um gabinete para controlo de importação e exportação e gabinetes regionais. A MAST supervisiona as atividades de controlo alimentar dos municípios. Está subordinada ao ANR e é a autoridade central no campo da segurança alimentar, da saúde animal e do bem-estar dos animais. Realiza avaliações de riscos na área dos alimentos para consumo humano e animal, contaminantes na água potável, resíduos de medicamentos veterinários e produtos para proteção das plantas. Está também envolvida na comunicação de riscos, bem como no trabalho preparatório para a legislação (em apoio às atividades do ANR).

É, ainda, responsável pela inspeção e controlo durante a importação e exportação de alimentos, rações, plantas e animais vivos. Na área dos alimentos de origem animal, a MAST realiza controlos e inspeções durante a produção primária, em matadouros, durante o processamento de carne e peixe, na produção de laticínios e ovos.

Coopera com o Instituto de Patologia Experimental em Keldur, Universidade da Islândia, no que se refere à avaliação de riscos na área das doenças animais. O Instituto de Patologia Experimental em Keldur presta também aconselhamento e

apoio científico na área das doenças animais e humanas, monitorização da saúde humana, bem como serviços de diagnóstico laboratorial no campo das doenças animais.

Esta autoridade também coopera com várias outras instituições científicas e governamentais da Islândia, por exemplo, o Diretor de Epidemiologia da Direção de Saúde, sobre temas relacionados com doenças transmissíveis, a Direção Alfandegária nas questões relativas à importação e exportação e a Agência de Medicamentos da Islândia em matéria de avaliação e registo de medicamentos veterinários.

Níveis regional e local

A Islândia está dividida em seis distritos veterinários, cada um com um gabinete regional da MAST. Existem dez escritórios municipais independentes de saúde e ambiente, responsáveis pelos controlos de segurança alimentar no retalho, supervisionados pela MAST.

Instituições abrangidas pela rede EFSA conforme o artigo 36, Regulamento (CE) nº 178/2002

1. The Icelandic Food and Veterinary Authority (EFSA Focal Point)
2. Matis Ltd.
3. Unit for nutrition research, Landspítali-University Hospital and University of Iceland

4.5 Kosovo

FVA

MAFRD

MoH

Autoridades locais subordinadas

Representação simplificada das autoridades de segurança alimentar no Kosovo

O quadro jurídico para a segurança alimentar no Kosovo é a Lei dos Alimentos 03/L-016. O incumprimento das disposições da Lei dos Alimentos e outros atos legais no âmbito da segurança alimentar pode levar a medidas no âmbito do direito penal e a pedidos de indemnização pelo consumidor nos termos do direito civil, sendo que a decisão final recai sobre os tribunais.

A avaliação de riscos ainda está em desenvolvimento no Kosovo. A separação institucional entre avaliação de riscos e gestão de riscos não existe, e as avaliações de riscos não estão a ser publicadas na Internet.

FVA Agência Alimentar e Veterinária

- ▶ Segurança alimentar humana e animal
- ▶ Política veterinária, pública
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Ponto Focal da EFSA

Sede: Prishtina
<http://www.auv-ks.net>



A Agência Alimentar e Veterinária (FVA) é uma agência executiva sob a alçada do Gabinete do Primeiro Ministro. No âmbito da Lei dos Alimentos 03/L-016, a FVA é designada como autoridade competente para questões de segurança alimentar, veterinária e fitossanitária.

A FVA desenvolve, coordena e implementa a segurança alimentar, veterinária e fitossanitária dos alimentos para consumo humano e animal, de forma a proteger a saúde pública, a saúde animal, a saúde das plantas e o ambiente.

As atividades da FVA incluem também a aprovação e registo de operadores de empresas alimentares e assegura que os controlos oficiais sejam realizados no âmbito do planeamento anual com base nos riscos. A avaliação com base nos riscos é usada para controlos nos postos de controlo fronteiriços, quando alimentos

para consumo humano e animal são importados de outros países.

A Unidade para a relação com os meios de comunicação social da FVA trata da comunicação de riscos de forma regular, e também em situações de crise emergentes.

O Laboratório Alimentar e Veterinário (FVL) faz parte da FVA e realiza testes laboratoriais para doenças dos animais e dos alimentos para consumo humano e animal.

MAFRD Ministério da Agricultura, da Silvicultura e das Políticas de Desenvolvimento Rural

- ▶ Política agrícola, segurança alimentar na produção primária
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Prishtina
<http://www.mbpzhr-ks.net>



O Ministério da Agricultura, da Silvicultura e das Políticas de Desenvolvimento Rural (MAFRD) é responsável pelo desenvolvimento da política agrícola, pela legislação e programação para agricultura, e pela segurança alimentar humana e animal.

O MAFRD prepara a base legal para a realização da infraestrutura, desenvolvimento e planeamento estratégico, para a implementação da segurança alimentar humana e animal, proteção das plantas e aquacultura.

Para além disso, o MAFRD prepara o planeamento para o desenvolvimento rural, relacionado com a segurança alimentar e proteção ambiental.

No âmbito do MAFRD, a Agência para o Desenvolvimento Rural é responsável pelo apoio financeiro aos agricultores e produtores, a fim de aumentar as capacidades de produção e de implementar normas de segurança alimentar.

O Instituto da Agricultura do Kosovo (KAI) e o Instituto do Vinho são parte do MAFRD. Estes institutos estão acreditados pela norma ISO 17025, o que permite um alto desempenho das análises laboratoriais de plantas, alimentos, solo e vinhos.

MoH Ministério da Saúde

- ▶ Política de saúde
- ▶ Avaliação de riscos

Sede: Prishtina
<http://www.msh-ks.org>



O Ministério da Saúde (MoH) é responsável pelos aspetos da saúde pública e dos cuidados de saúde. Está incluído o desenvolvimento de legislação para doenças transmitidas por alimentos e pela água. O MoH participa ativamente na harmonização da legislação kosovar com a legislação da UE.

O MoH está autorizado pelo Instituto Nacional de Saúde Pública (NIPH) a realizar análises laboratoriais de amostras recolhidas durante os controlos oficiais realizados pela FVA.

Os laboratórios do NIPH estão acreditados pela norma ISO 17025:2006 e abrangem as áreas de microbiologia e biologia e bioquímica, em especial a análise de produtos alimentares, bebidas e água.

4.6 Montenegro



Representação simplificada das autoridades de segurança alimentar em Montenegro

MARD Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural

- ▶ Segurança alimentar humana e animal
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Política veterinária e fitossanitária

Sede: Podgorica
<http://www.mpr.gov.me/ministarstvo>



O Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural (MARD) é a autoridade competente no domínio da segurança alimentar, política veterinária e fitossanitária. A Administração para a Segurança Alimentar, Assuntos Veterinários e Fitossanitários (AFSVPA) foi criada pelo Decreto sobre as alterações ao Decreto sobre a Organização e Funcionamento da Administração Pública (Gazeta Oficial de Montenegro 80/15). Esta Administração foi criada pela fusão das Administrações Veterinárias e Fitossanitárias existentes e da Divisão de Segurança Alimentar do Ministério da Saúde.

A Lei da Segurança Alimentar (Gazeta Oficial de Montenegro 57/15) estabelece o seguinte:

O MARD é responsável pelas propostas de políticas de segurança alimentar humana e animal; adota regulamentos para a aplicação desta Lei, adota programas de monitorização anuais (resíduos em alimentos de origem animal e alimentos para animais, resíduos de pesticidas em alimentos, zoonoses, critérios microbiológicos em alimentos, contaminantes em alimentos para consumo humano e animal, outros programas de acordo com esta Lei); organiza a execução de controlos oficiais no campo da segurança alimentar; adota um plano de controlo plurianual nacional de controlos oficiais de alimentos para consumo humano e alimentos para animais de acordo com esta Lei; envia relatórios anuais sobre segurança alimentar humana e animal ao Governo do Montenegro e à Comissão Europeia, de acordo com esta Lei; coopera com organizações internacionais e autoridades competentes de outros estados no campo da segurança alimentar humana e animal e realiza outras atividades de acordo com esta Lei.

AFSVPA**Administração para a Segurança Alimentar, Assuntos Veterinários e Fitossanitários**

- ▶ Política agrícola, saúde animal, bem-estar animal e fitossanidade
- ▶ Política de segurança alimentar humana e animal
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos

Sede: Podgorica

<http://www.minpolj.gov.me/ministarstvo>

A Administração para a Segurança Alimentar, Assuntos Veterinários e Fitossanitários (AFSVPA) – o setor da segurança alimentar, na área de segurança alimentar, é responsável pelo seguinte: estabelecer o cumprimento dos requisitos e emitir aprovações para a realização de operações nos estabelecimentos de produção; processamento e distribuição de alimentos para consumo humano e alimentos para animais; registo de estabelecimentos de alimentos para consumo humano e animal; criar e gerir o Registo Central de Estabelecimentos Aprovados e Registados que realizam operações relacionadas com a alimentação humana e animal; preparação e implementação do plano de controlo plurianual nacional de controlos oficiais de alimentos para consumo humano e alimentos para animais; elaboração de relatórios anuais sobre a implementação do plano de controlo plurianual nacional dos controlos oficiais, bem como a elaboração de bases técnicas para o desenvolvimento de programas e legislação.

Laboratórios

Existem três laboratórios públicos em Montenegro: Instituto de Saúde Pública (IPH), Centro de Investigação Ecotoxicológica (CETI) e Laboratório de Diagnóstico Veterinário.

O IPH realiza análises de alimentos, materiais e itens destinados ao contacto com alimentos: análises laboratoriais microbiológicas, parasitológicas, químicas, biológicas, toxicológicas, bioquímicas e outras análises laboratoriais, análises de água potável, águas superficiais e residuais, etc.

O CETI é uma instituição autorizada a controlar a segurança dos alimentos e objetos em uso geral desde 1998, para o controlo de produtos agrícolas e alimentares no comércio externo desde 1999, e para o exame de propriedades físico-químicas dos pesticidas.

O Laboratório de Diagnóstico Veterinário certificou um grande número de métodos nos seguintes campos:

- ▶ análises microbiológicas de alimentos de origem animal: carne e produtos à base de carne, leite e produtos lácteos, ovos e produtos de ovos;
- ▶ testes parasitológicos de carne e produtos à base de carne.

Controlos oficiais

Os controlos oficiais sobre a implementação da Lei da Segurança Alimentar são realizados por inspetores alimentares, veterinários oficiais de fronteira e inspetores fitossanitários de fronteira.

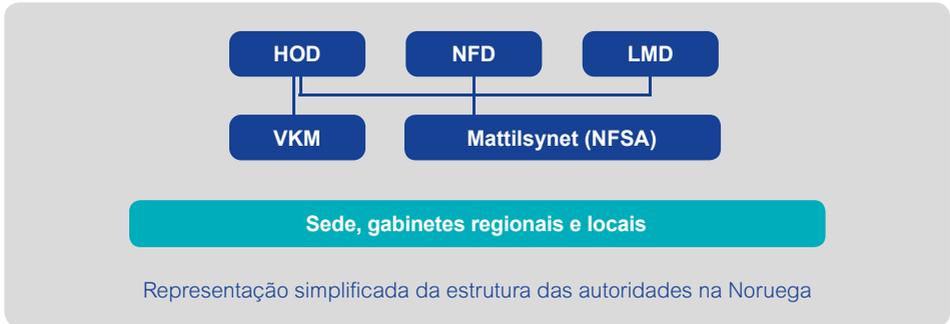
De acordo com a Lei Veterinária, os inspetores veterinários exercem o controlo do comércio de animais vivos, produtos de origem animal no território do Montenegro, verificações nos locais de expedição ou destino final da remessa e em instalações de quarentena.

Atualmente, o controlo veterinário fronteiriço em Montenegro é realizado em 10 postos veterinários de inspeção de fronteira (BIP) (8 em fronteiras terrestres, um no Porto de Bar e um no Aeroporto em Podgorica).

Os controlos oficiais no campo da colocação no mercado de alimentos para consumo humano e alimentos para animais são realizados por inspetores alimentares, inspetores veterinários e fitossanitários de fronteira, ao passo que o controlo de subprodutos animais é realizado por inspetores veterinários.

Os controlos oficiais sobre a implementação de leis no campo fitossanitário são realizados por inspetores fitossanitários.

4.7 Noruega



Na Noruega, a base legal da legislação alimentar é a Lei dos Alimentos. A Lei dos Alimentos da UE está incorporada na Lei dos Alimentos da Noruega. O incumprimento dos regulamentos alimentares pode levar a medidas no âmbito do direito penal e a ações de indemnização ao consumidor nos termos do direito civil, sendo que a decisão final recai sobre os tribunais. As medidas governamentais em matéria de segurança alimentar são muitas vezes baseadas na avaliação científica dos riscos.

Na Noruega, a avaliação de riscos e a gestão de riscos estão separadas institucionalmente. As avaliações de riscos realizadas pela Comissão Científica da Noruega para a Segurança Alimentar (VKM) são publicadas na Internet, a menos que hajam disposições legais que o proibam.

O Ministério da Agricultura e da Alimentação (LMD), o Ministério do Comércio, Indústria e Pescas (NFD) e o Ministério da Saúde e Prestação de Cuidados (HOD) partilham a responsabilidade pela elaboração da política alimentar e pela gestão de géneros alimentícios, da produção ao consumidor. A Mattilsynet (Autoridade Norueguesa para a Segurança Alimentar, NFSA) é uma agência subordinada conjunta sob a alçada desses ministérios.

O Ministério do Clima e do Ambiente (KLD) assume especial responsabilidade pelas questões de política ambiental.

HOD Ministério da Saúde e Prestação de Cuidados

- ▶ Questões alimentares, segurança alimentar e política da nutrição
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Oslo

<https://www.regjeringen.no/no/dep/hod/id421>



O Ministério da Saúde e Prestação de Cuidados (HOD) trata da política de saúde, incluindo a nutrição e a segurança alimentar. É responsável pela legislação no campo da proteção da saúde, segurança alimentar e alimentos, exceto na produção primária. As responsabilidades do HOD incluem água potável e cosméticos. O HOD é responsável pela Direção de Saúde da Noruega, que trata da saúde pública, incluindo a nutrição, bem como pelo Instituto Norueguês de Saúde Pública. O HOD financia e nomeia a Comissão Científica da Noruega para a Segurança Alimentar (VKM), que, de resto, é independente.

NFD
Ministério do Comércio, Indústria e
Pescas

- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Oslo
<https://www.regjeringen.no/en>



O Ministério do Comércio, Indústria e Pescas (NFD) é responsável pela legislação no campo da produção primária em aquacultura, peixes e mariscos selvagens e de criação, bem como alimentos para peixes. O portfólio do NFD também inclui alimentos para animais marinhos, saúde e bem-estar dos peixes e uso sustentável dos recursos marinhos.

LMD
Ministério da Agricultura e da
Alimentação

- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Alimentos: produção primária

Sede: Oslo
<https://www.regjeringen.no/no/dep/lmd/>



O Ministério da Agricultura e Alimentação (LMD) é o principal ministério encarregue da Mattilsynet (NFSA). Lida com a política agrícola na Noruega. É responsável por projetos de legislação na produção primária (agrícola) de alimentos para consumo humano e alimentos para animais. A área de trabalho do LMD estende-se para além da segurança alimentar para, por exemplo, a fitossanidade, a saúde e o bem-estar animal.

KLD
Ministério do Clima e do Ambiente

- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Oslo
<http://www.regjeringen.no/no/dep/kld>



O Ministério do Clima e do Ambiente (KLD) tem a responsabilidade principal de assegurar políticas climáticas e ambientais governamentais integradas. Para além de iniciar, desenvolver e implementar as suas próprias medidas e ações, o Ministério também atua como promotor e coordenador, para garantir que as autoridades dos vários setores implementam as políticas ambientais nas suas áreas específicas.

Miljødirektoratet
Agência Norueguesa do Ambiente

- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Trondheim
<http://www.miljodirektoratet.no>



A Agência Norueguesa do Ambiente Miljødirektoratet é o órgão consultivo e executivo do KLD no campo da gestão da natureza. As principais tarefas e responsabilidades da Agência são a redução das emissões de gases de efeito de estufa, preservação da natureza e prevenção da poluição.

VKM Comissão Científica da Noruega para a Segurança Alimentar

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Ponto Focal da EFSA

Sede: Oslo
<http://www.vkm.no>



A Comissão Científica da Noruega para a Segurança Alimentar (VKM) é um órgão independente de avaliação de riscos, composto por um secretariado e por uma comissão científica. A comissão é constituída por 120 peritos e está organizada numa Comissão Diretiva Científica e onze painéis Científicos, semelhante à estrutura da EFSA. O secretariado está organizado como uma unidade independente no Instituto Norueguês de Saúde Pública. O VKM é financiado e nomeado pelo Ministério da Saúde e Prestação de Cuidados. O VKM realiza avaliações de risco a pedido da Mattilsynet (NFSA) em toda a área de responsabilidade da autoridade. Para além disso, em nome da Agência Norueguesa do Ambiente, o VKM realiza avaliações de riscos ambientais de organismos geneticamente modificados (OGM), produtos microbiológicos e organismos exóticos, bem como avaliações de espécies ameaçadas relacionadas com os regulamentos CITES.

Mattilsynet Autoridade de Segurança Alimentar da Noruega (NFSA)

- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Ponto de Contacto do Codex
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF

Sede: Oslo
<http://www.mattilsynet.no>



A Autoridade de Segurança Alimentar da Noruega (NFSA) é um órgão governamental, cujo objetivo é, através de regulamentos e controlos, garantir que os alimentos e a água potável sejam tão seguros e saudáveis quanto possível para os consumidores, e promover a saúde das plantas, peixes e animais. Os regulamentos da NFSA abrangem a manutenção ética dos animais e incentivam a produção ecológica. Também regula e controla todo o pessoal da área dos cosméticos e da saúde animal. O papel da NFSA é elaborar e fornecer informações sobre legislação, realizar inspeções baseadas nos riscos, monitorizar a segurança alimentar, bem como a saúde das plantas, peixes e animais, fornecer atualizações sobre os desenvolvimentos na sua área de responsabilidade e planejar emergências. A NFSA aconselha e faz trabalhos preparatórios para legislação nos três principais ministérios da Alimentação: LMD, NFD e HOD.

A NFSA é a autoridade reguladora dos pesticidas e é responsável por resíduos de medicamentos veterinários. No entanto, a Agência Norueguesa de Medicamentos é responsável pela aprovação de medicamentos veterinários.

A NFSA está organizada em dois níveis administrativos: A sede em Oslo e 5 regiões: a região Norte, a região Centro, a região Sul e Ocidental, a região Este e a região da Grande Oslo. O nível regional inclui 32 gabinetes distritais.

**Instituições abrangidas pela rede EFSA
conforme o artigo 36, Regulamento (CE)
nº 178/2002**

1. Norwegian Institute of Public Health
2. Bioforsk – Norwegian Institute for Agricultural and Environmental Research, Plant Health and Plant Protection Division
3. National Institute of Nutrition and Seafood Research (NIFES)
4. Norwegian Veterinary Institute
5. Norwegian Forest and Landscape Institute
6. Norwegian Institute for Air Research (NILU)
7. Norwegian Institute for Water Research (NIVA)
8. Norwegian School of Veterinary Science
9. Norwegian University of Life Sciences, Department of Animal- and Aquacultural Sciences
10. Department of Nutrition, Institute of Basic Medical Sciences, University of Oslo
11. Norwegian Food Safety Authority

4.8 Sérvia



Representação simplificada da estrutura das autoridades na Sérvia

A Lei da Segurança Alimentar é o ato jurídico central que prescreve regras sobre segurança alimentar humana e animal, responsabilidades de operadores de empresas de alimentos para alimentação humana e alimentos para animais, sistema de alerta rápido, medidas de emergência e gestão de crises. Esta Lei está em harmonia com o Regulamento CE nº 178/2002. A segurança alimentar, por lei, está em conformidade com o Pacote de Higiene da UE.

A responsabilidade geral pela segurança alimentar é partilhada por dois Ministérios e serviços associados: Ministério da Agricultura e Proteção Ambiental (MAEP) e Ministério da Saúde (MH).

Não existe separação clara da avaliação de riscos e da gestão de riscos. A autoridade de avaliação de riscos ainda não foi estabelecida e as avaliações finalizadas não estão disponíveis publicamente.

MAEP Ministério da Agricultura e Proteção Ambiental

- ▶ Política agrícola
- ▶ Saúde e bem-estar animal
- ▶ Saúde das plantas, incluindo produtos fitofarmacêuticos e resíduos
- ▶ Política de segurança alimentar humana e animal
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Ponto Focal da EFSA
- ▶ Ponto Focal da OIE
- ▶ Ponto Focal do Codex

Sede: Belgrado

<http://www.minpolj.gov.rs>



O Ministério da Agricultura e da Proteção Ambiental (MAEP) é a autoridade central competente para políticas e legislação sobre a aplicação da lei em matéria de segurança alimentar, veterinária e fitossanitária. A Direção Veterinária (VD), a Direção de Proteção das Plantas (PPD) e o Setor de Inspeção Agrícola (SAI) do MAEP têm responsabilidade geral pela saúde animal, bem-estar animal, segurança alimentar humana e animal e questões fitossanitárias. Os controlos oficiais, dependendo das tarefas delegadas, são realizados por três inspeções: Inspeção veterinária, inspeção fitossanitária e inspeção agrícola;

cada uma cobre as responsabilidades da sua competência, de acordo com a Lei da Segurança Alimentar.

VD Direção Veterinária

- ▶ Saúde e bem-estar animal
- ▶ Resíduos de produtos medicinais veterinários
- ▶ Segurança alimentar humana e animal
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos

Sede: Belgrado
<http://www.vet.minpolj.gov.rs>



A Direção Veterinária (VD) é responsável pela segurança dos alimentos de origem animal em todas as fases de produção, processamento e distribuição, incluindo importação e exportação. É também responsável por: saúde animal, bem-estar animal, reprodução animal, ração animal, medicamentos veterinários e resíduos, bem como subprodutos animais. A legislação e a cooperação com outras autoridades competentes relevantes nestes domínios são da competência da VD.

A Inspeção Veterinária é parte integrante da VD e os inspetores veterinários realizam controlos oficiais em explorações e em alimentos para consumo animal e humano de origem animal.

A VD envida todas as medidas necessárias para proteger a propagação de doenças e zoonoses animais, doenças transmitidas por alimentos e resistência antimicrobiana.

Os Institutos Veterinários de todo o país apoiam o trabalho da VD, bem como da Faculdade de Medicina Veterinária.

O apoio científico e especializado à VD foi feito pelos Institutos Veterinários, bem como pela Faculdade de Medicina Veterinária, que realiza testes de diagnóstico de saúde animal, alimentação para consumo humano e animal, e que participa em trabalhos científicos e formações.

Para além dessas instituições, são designados laboratórios estatais e privados envolvidos em testes oficiais de alimentos de origem animal.

PPD Direção para a Proteção das Plantas

- ▶ Segurança alimentar humana e animal
- ▶ Fitossanidade
- ▶ Produtos fitofarmacêuticos e resíduos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos

Sede: Belgrado
<http://www.uzb.minpolj.gov.rs>

A Direção para a Proteção das Plantas (PPD) do MAEP é a autoridade competente para as questões fitossanitárias, incluindo: saúde das plantas (organismos prejudiciais), sementes e materiais de propagação, direitos dos criadores de plantas, organismos geneticamente modificados (OGM), produtos fitofarmacêuticos, produtos de nutrição vegetal e melhoradores do solo, estabelecimento de resíduos de produtos fitofarmacêuticos (PPP) em alimentos para consumo humano e animal de origem vegetal e animal, controlo de resíduos de PPP em alimentos de origem vegetal e compósita, controlo no campo da segurança dos alimentos não processados e processados de origem vegetal na importação e alimentação para animais de origem vegetal na importação.

A PPD monitoriza a implementação da legislação e a aplicação dos controlos oficiais nestas áreas.

A Inspeção Fitossanitária é parte integrante da Direção para a Proteção das Plantas e os inspetores fitossanitários realizam controlos oficiais de produtos de origem vegetal na produção primária. Os institutos de proteção das plantas e serviços agrícolas, por todo o país, apoiam o trabalho da PPD.

DNRL Direção dos laboratórios de Referência Nacional

- ▶ Fitossanidade
- ▶ Segurança Alimentar

Sede: Belgrado
<http://www.dnrl.minpolj.gov.rs>



A Direção dos laboratórios de Referência Nacional (DNRL) foi criada com o objetivo de realizar tarefas no campo da segurança alimentar, saúde das plantas, resíduos, leite e banco de genes vegetais. A DNRL estabeleceu uma cooperação com os laboratórios de referência de outros países, estabeleceu critérios e métodos uniformes e implementação de normas para a operação de laboratórios autorizados e capacitação de pessoal de laboratórios autorizados. Os testes fitossanitários e o banco de genes de plantas estão em vigor, mas os outros departamentos não estão totalmente operacionais.

MH Ministério da Saúde

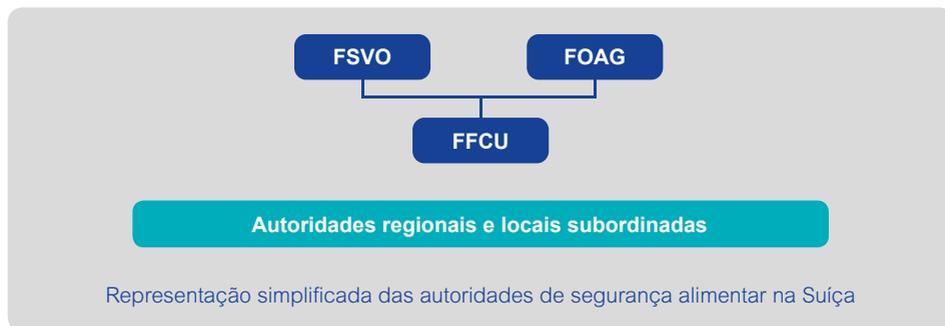
- ▶ Política de saúde
- ▶ Segurança Alimentar
- ▶ Saúde Pública

Sede: Belgrado
<http://www.zdravlje.gov.rs/>



O Ministério da Saúde (MH) é a autoridade competente para a política, adoção e implementação de regulamentos para a aplicação da legislação na área dos novos alimentos, produtos dietéticos, fórmulas para lactentes, suplementos dietéticos e sais para consumo humano, aditivos, aromatizantes e preparados enzimáticos, bem como dos suplementos de origem não animal, material destinado ao contacto com alimentos, água potável e sistemas públicos de abastecimento de água. A Inspeção de Saúde Pública e Sanitária (SPHSI), Unidade de Inspeção Sanitária do MH, realiza controlos oficiais nas tarefas de segurança alimentar e no caso de surtos com origem alimentar/investigação epidemiológica. Os institutos de Saúde Pública são designados em testes oficiais de alimentos e água.

4.9 Suíça



A Lei Federal sobre Produtos Alimentares e Artigos de Uso Geral é a base legal da legislação alimentar na Suíça. Também relevante nesta área é a Lei Federal da Agricultura e as portarias relacionadas com a alimentação animal, a saúde animal, o bem-estar animal, bem como a importação, trânsito e exportação de animais e alimentos de origem animal.

O incumprimento dos regulamentos alimentares pode levar a medidas no âmbito do direito penal e a ações de indemnização ao consumidor nos termos do direito civil, sendo que a decisão final recai sobre os tribunais. As medidas governamentais em matéria de segurança alimentar são baseadas na avaliação científica dos riscos. No entanto, a decisão final sobre a legalidade das medidas governamentais cabe aos tribunais.

Na Suíça não existe separação institucional da avaliação de riscos e da gestão de riscos. Em certos casos, as avaliações de riscos são publicadas na internet.

FSVO Serviço Federal de Segurança Alimentar e Veterinária

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Ponto de Contacto do Codex
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF
- ▶ Ponto Focal da EFSA

Sede: Berna
<http://www.blv.admin.ch>



O Serviço Federal de Segurança Alimentar e Veterinária (FSVO) é um novo gabinete do Departamento Federal de Assuntos Internos, desde janeiro de 2014. Este gabinete é responsável pela avaliação de riscos e gestão de riscos na área da saúde e bem-estar animal, segurança alimentar e proteção ao consumidor, tendo as suas próprias instalações de investigação laboratorial. As avaliações de riscos concentram-se nos riscos químicos, microbiológicos e biotecnológicos em artigos de alimentação e artigos de uso geral. Inclui-se a segurança de novos alimentos, suplementos alimentares, água mineral e água potável, organismos geneticamente modificados (OGM), resíduos de produtos fitofarmacêuticos,

resíduos de medicamentos veterinários, aditivos alimentares e contaminantes, e prevenção de zoonoses.

O FSVO também é responsável pela segurança de artigos de uso geral tais como materiais destinados ao contacto com alimentos, brinquedos e cosméticos. A competência do FSVO estende-se para além da segurança alimentar, para a saúde animal e para o bem-estar dos animais; monitoriza e controla a importação, exportação e trânsito de gado e animais domésticos, produtos de origem animal, alimentos de origem animal e flora e fauna internacionalmente protegidas (Convenção CITES). Em estreita colaboração com a Administração Aduaneira Federal da Suíça, o FSVO é responsável pelo controlo de alimentos na fronteira. Os Postos de Inspeção Fronteiriça (aerportos de Zurique e Genebra) são responsáveis pelo controlo da importação de animais e produtos de origem animal.

Em cooperação com os países importadores, o FSVO também emite documentos veterinários para a exportação de animais e produtos de origem animal.

A autoridade reguladora para os medicamentos veterinários é a Agência Suíça de Produtos Terapêuticos (Swissmedic), enquanto os riscos associados aos resíduos de medicamentos veterinários em alimentos de origem animal são cobertos pelo FSVO.

FOAG Serviço Federal de Agricultura

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Berna
<http://www.blw.admin.ch>



O Serviço Federal de Agricultura (FOAG) é um gabinete do Departamento Federal dos Assuntos Económicos, Educação e Investigação, e responsável pela política agrícola, segurança dos alimentos de origem vegetal durante a produção primária e segurança da alimentação animal. Juntamente com os cantões e as organizações de agricultores, o FOAG implementa as decisões do povo, do parlamento e do governo.

O FOAG é responsável pela avaliação de riscos e gestão de riscos no campo da alimentação animal. As atividades reais de controlo e inspeção são realizadas pelo Instituto de investigação Agroscope.

A competência do FOAG inclui resíduos de produtos fitofarmacêuticos, OGM e fitossanitários. O FOAG é a autoridade reguladora dos pesticidas, enquanto os riscos associados aos resíduos de pesticidas são cobertos pelo FSVO.

FFCU Unidade Federal da Cadeia Alimentar

- ▶ Gestão de riscos

Sede: Berna
<http://www.blk.admin.ch>

Em nome do FOAG e do FSVO, a Unidade Federal da Cadeia Alimentar (FFCU) fiscaliza a implementação e aplicação da legislação nacional pelas autoridades federais e cantonais na área da segurança alimentar no âmbito do consumo

humano e animal, saúde e bem-estar animal. A FFCU também prepara e coordena a implementação e avaliação do plano de controlo plurianual nacional.

Níveis regional e local

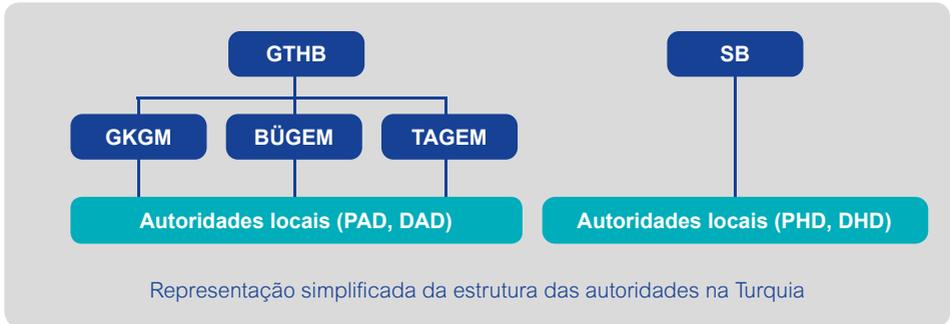
O governo federal da Suíça é responsável pela execução em termos de importação, exportação e trânsito de produtos alimentares e bens de uso geral. O governo federal da Suíça também é responsável pela fiscalização e controlo da segurança alimentar. O governo é apoiado pela FFCU e pela Administração Aduaneira Federal.

Os cantões (ou seja, os estados federais individuais da Suíça) são responsáveis pela aplicação da legislação em matéria de segurança alimentar e agricultura. As autoridades cantonais de controlo alimentar são responsáveis pelas inspeções de segurança alimentar. Os serviços veterinários cantonais são responsáveis pela aplicação da legislação em matéria de saúde animal, bem-estar animal e medicamentos veterinários. Inspecionam o gado antes do abate e realizam inspeções à carne. Ambas as autoridades cantonais reportam ao FSVO.

Instituições envolvidas na rede EFSA: a Suíça tem o estatuto de observador em vários grupos de trabalho da EFSA, na Rede de Pontos Focais e em algumas das Redes Científicas, onde participam delegados, principalmente, do FSVO.

O acesso ao Sistema de Alerta Rápido para Alimentos para Consumo Humano e Animal (RASFF) está limitado a notificações relativas a alimentos de origem animal.

4.10 Turquia



O fundamento jurídico para a segurança alimentar na Turquia é a Lei nº 5996, relativa aos serviços veterinários, saúde das plantas, alimentos para consumo humano e alimentação para animais. A Lei nº 5996 abrange disposições descritas no Regulamento (CE) nº 1978/2002, nº 852/2004, nº 853/2004, nº 854/2004, nº 882/2004, bem como as disposições pertinentes em várias outras legislações da UE em matéria de questões veterinárias e fitossanitárias.

O incumprimento dos regulamentos alimentares pode levar a medidas no âmbito do direito penal e a pedidos de indemnização ao consumidor (nos termos da Lei nº 4077), sendo que a decisão final recai sobre os tribunais. As medidas governamentais em matéria de segurança alimentar são muitas vezes baseadas na avaliação científica dos riscos. No entanto, a decisão final sobre a legalidade das medidas governamentais cabe aos tribunais.

Embora não haja separação institucional na Turquia, a gestão de riscos é separada de forma processual da avaliação de riscos, que é levada a cabo pelo Comité Científico e pelas Comissões Científicas. Os resultados de avaliação de riscos ainda não são publicados de forma regular.

GTHB Ministério da Alimentação, Agricultura e Pecuária

- ▶ Política agrícola, segurança alimentar humana e animal, tarefas veterinárias e fitossanitárias
- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos

Sede: Ancara
<http://www.tarim.gov.tr>

O Ministério da Alimentação, Agricultura e Pecuária (GTHB) é responsável pela segurança alimentar e alimentos para animais, incluindo os aspetos veterinários e fitossanitários. O GTHB visa proteger a saúde pública, a saúde vegetal e animal, o bem-estar dos animais e os interesses dos consumidores, levando em consideração a proteção do ambiente. O GTHB é responsável pelo controlo e inspeção oficiais em todas as etapas da cadeia alimentar humana e animal.

Para proteger a saúde humana e animal, o GTHB coopera com o Ministério da Saúde (SB) e com outras instituições relevantes, no que se refere à monitorização de certas doenças e agentes zoonóticos e resistência antimicrobiana. Outra razão para a cooperação do GTHB com outras instituições é a realização conjunta de projetos de pes-

quisa epidemiológica para investigar as doenças zoonóticas transmitidas pelos alimentos.

O GTHB em Ancara é composto por oito unidades, três delas envolvidas no desenvolvimento e fiscalização da segurança alimentar no âmbito do consumo humano e animal, na política veterinária e na política fitossanitária (ou seja, GKGM, BÜGEM, TAGEM).

SB Ministério da Saúde

- ▶ Política de saúde, surtos transmitidos por alimentos
- ▶ Segurança Alimentar
- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos

Sede: Ancara
<http://www.saglik.gov.tr>



O Ministério da Saúde (SB) é responsável por aspetos específicos na área da segurança alimentar. O SB prepara a legislação e é responsável pela inspeção e controlo da qualidade da água destinada ao consumo humano, água mineral natural, alimentos dietéticos para fins médicos especiais para bebés e adultos, respetivamente, bem como produtos que não requerem prescrição, mas que tenham sido, de forma científica e clinicamente comprovada utilizados como medicamentos, incluindo produtos nutricionais entéricos. Também a pesquisa epidemiológica é coordenada pelo Instituto Turco de Saúde Pública do SB. O SB é representado por Direções Provinciais de Saúde Pública (PPHD), em províncias e Centros de Saúde Pública (APS) ao nível distrital.

GKGM Direção Geral de Alimentação e Controlo

- ▶ Segurança alimentar humana e animal
- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Ponto de Contacto do Codex
- ▶ Ponto Focal da EFSA
- ▶ Ponto de Contacto do RASFF

Sede: Ancara
<http://www.gkgm.gov.tr>



A Direção Geral de Alimentação e Controlo (GKGM) é uma unidade do GTHB responsável pelo desenvolvimento de políticas e preparação de legislação, bem como pela posterior aplicação, controlo e fiscalização da segurança alimentar humana e animal, saúde animal, bem-estar animal e saúde das plantas a nível central. O GKGM é a autoridade reguladora para a segurança alimentar, saúde animal e saúde das plantas.

Os serviços de laboratório para a saúde animal, a saúde das plantas, bem como a segurança alimentar e da alimentação para animais, são prestados por 8 institutos de controlo e investigação veterinária, 8 institutos de investigação para a proteção das plantas, 4 laboratórios de quarentena, 39 laboratórios provinciais de controlo, 1 instituto central de investigação e controlo alimentar e 1 laboratório alimentar nacional de referência sob a supervisão da GKGM. Existem também 93 laboratórios privados que operam com a autorização da GKGM. A maioria das atividades práticas de implementação e execução são realizadas por 81 Direções Provinciais de Agricultura (PAD) e 887 Direções Distritais de Agricultura (DAD) com uma cadeia de comando vertical entre os dois.

BÜGEM**Direção-Geral de Produção de Plantas**

- ▶ Produção orgânica de produtos agrícolas
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos

Sede: Ancara

<http://www.bugem.gov.tr>

A Direção-Geral de Produção de Plantas (BÜGEM) é uma unidade do GTHB e é responsável pela determinação e fiscalização das normas e da conveniência de uso dos insumos agrícolas e das tecnologias de produção, tais como a produção biológica de produtos agrícolas.

TAGEM**Direção-Geral de Investigação e Política Agrícolas**

- ▶ Investigação agrícola
- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Comunicação de riscos

Sede: Ancara

<http://www.tagem.gov.tr>

A Direção-Geral de Investigação e Política Agrícolas (TAGEM) é uma unidade do GTHB e está envolvida na investigação agrícola no domínio da saúde das plantas, da saúde animal, da alimentação e dos alimentos para animais, da criação de animais, da pesca, da horticultura e das culturas de campo, para identificação das prioridades e estratégias de pesquisa e desenvolvimento agrícola, levando em consideração os planos nacionais de desenvolvimento, a preparação e implementação dessas áreas.

Algumas áreas específicas, tais como resíduos de produtos fitofarmacêuticos e medicamentos veterinários, metais pesados e outros contaminantes, micotoxinas, aditivos e critérios microbiológicos, são estudados em instituições de investigação e laboratórios, como o Instituto Central de Investigação de Proteção das Plantas e o Instituto Central Veterinário de Investigação e Controlo.

Alguns dos laboratórios associados à TAGEM realizam análise laboratorial de amostras recolhidas durante os controlos e inspeções de alimentação, da alimentação para animais, da saúde animal e fitossanitária, sob a supervisão do GKGM. A TAGEM é também o secretariado do Conselho de Biossegurança, que é responsável pela autorização de organismos geneticamente modificados (OGM) para utilização de alimentos para consumo humano e alimentos para animais e também pelo secretariado das suas Comissões Científicas responsáveis pela avaliação de riscos.

Níveis regional e local

Existem 81 províncias e 919 distritos na Turquia. O GTHB é representado por gabinetes locais (PAD e DAD) em todas as províncias e em 914 distritos. As PAD consistem em sete unidades responsáveis pela alimentação para consumo humano, alimentação para animais, saúde animal, criação de animais, pescas, produção de plantas e fitossanidade. Três delas estão envolvidas na aplicação da segurança alimentar e alimentos para animais, na política veterinária e na política fitossanitária.

5 Segurança Alimentar na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

5.1 Angola



Inicialmente Angola publicou a Lei nº 5/87 mediante a qual foi aprovada a regulamentação sanitária. Posteriormente esta lei foi alterada pelo Decreto-Lei nº 58/03, do Ministério da Saúde e das Finanças.

O GIGC coopera a nível operacional, com o Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC) e o Laboratório Nacional de Controlo da Qualidade (LANCOQ).

MC Ministério do Comércio

- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Política do consumidor

Sede: Luanda
<http://www.minco.gov.ao>

GIGC Gabinete de Inspeção Geral do Comércio

Em 2014 foi criado o Gabinete de Inspeção Geral do Comércio (GIGC), sucedendo à Inspeção-Geral das Atividades Comerciais.

O GIGC é uma autoridade subordinada do Ministério do Comércio. O GIGC opera como autoridade nacional, com responsabilidade de efetuar inspeções em todas as atividades de combate e de prevenção à fraude bem como, em todas as áreas económicas e comerciais, incluindo a alimentar.

MINAGRI Ministério da Agricultura

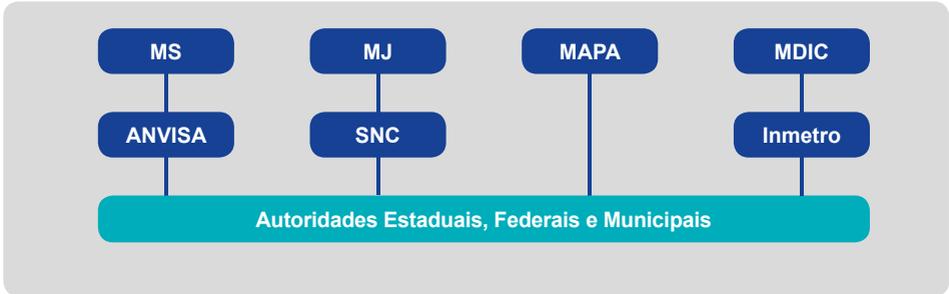
- ▶ Gestão de riscos

Sede: Luanda
<http://www.minagri.gov.ao>

O Ministério da Agricultura (MINAGRI) é o departamento ministerial, auxiliar da presidência da República de Angola cuja missão é implementar a política do Executivo nas áreas da agricultura, pecuária, recursos florestais e segurança alimentar (food safety/food security), numa perspetiva de desenvolvimento sustentável. Para isso incorpora na sua estrutura o Gabinete de Segurança Alimentar.

O Gabinete de Segurança Alimentar é o órgão de apoio técnico do Ministério da Agricultura, que tem como função a implementação e o acompanhamento de políticas e estratégias, que permitam assegurar a todos e em qualquer ocasião, o acesso material e económico aos alimentos de base de que tenham necessidade.

5.2 Brasil



Portaria nº 710, de 10 de junho 1999 – Aprova a Política Nacional de Alimentação e Nutrição.

A ANVISA coopera com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS/OMS), fortalecendo o Sistema Nacional de Vigilância em Saúde, nas três esferas de Governo. No que se refere à vigilância sanitária, garante a devida segurança, eficácia e qualidade dos produtos, serviços e ambientes de interesse para a saúde pública, bem como combate adulterações de produtos, competições desleais e disfunções técnicas, com o objetivo de promover a proteção da saúde da população.

MS
Ministério da Saúde

ANVISA
Autoridade Nacional de
Vigilância Sanitária

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Política de sanidade

Sede: Brasília
<http://portal.anvisa.gov.br>

Criada pela Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, a ANVISA é uma autoridade reguladora independente, vinculada ao Ministério da Saúde, com competência em todas as áreas que possam afetar a saúde da população. Assim, a ANVISA é responsável pela coordenação e supervisão, sendo também o órgão regulador para alimentação humana e animal.

MJ
Ministério da Justiça

SNC
Secretaria Nacional do Consumidor

- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Política de Defesa do Consumidor

Sede: Brasília
<http://www.justica.gov.br/Acesso/institucional/sumario/quemequem/secretaria-nacional-do-consumidor-senacon>

MAPA
Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Política agrícola

Sede: Brasília
www.agricultura.gov.br

O Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA) é o Departamento Ministerial do Governo Brasileiro responsável pelas políticas agrícola, pecuária e de segurança alimentar (food security). O MAPA é também responsável pelo controlo de resíduos e de contaminantes, tendo ainda a seu cargo a rede de laboratórios federais para controlo de patologias animais e análise dos géneros alimentícios e alimentação animal.

O MAPA também inspeciona produtos comercializados de origem animal e vegetal.

MDIC
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Inmetro
Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

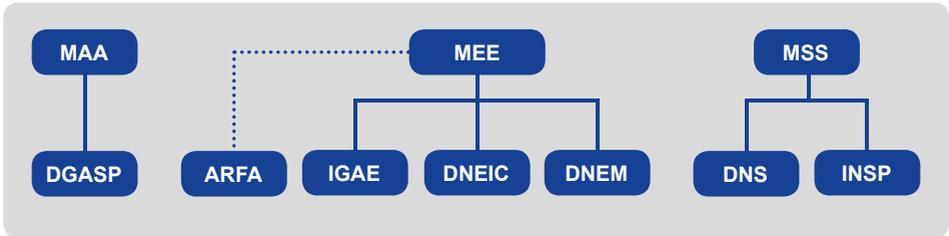
- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Ponto de Contato Codex

Sede: Brasília
www.inmetro.gov.br

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) foi criado pela Medida Provisória nº 1.911-8, de 29/07/1999 – DOU 30/07/1999, tendo como áreas de competências a política de desenvolvimento da indústria, do comércio e dos serviços; a propriedade intelectual e transferência de tecnologia; a metrologia, normalização e qualidade industrial; as políticas de comércio exterior; a regulamentação e execução dos programas e atividades relativas ao comércio exterior; a aplicação dos mecanismos de defesa comercial e a participação em negociações internacionais relativas ao comércio exterior.

Entre os vários organismos vinculados ao MDIC encontra-se o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) que atua como uma secretaria executiva do conselho nacional de Normalização e Qualidade Industrial. O Inmetro tem como missão aumentar a conformidade e promover a harmonização no interesse dos consumidores. O Inmetro coordena o Comité Brasileiro do Codex Alimentarius.

5.3 Cabo Verde



Em Cabo Verde foi publicado, em 1992, o Decreto-Lei nº 89/92 que estabeleceu as bases gerais para o controlo de qualidade dos géneros alimentícios produzidos no país, importados ou exportados. Posteriormente, este diploma foi alterado com a publicação de um novo quadro legal composto pelos: Decreto-legislativo nº 3/2009 e Decreto-lei nº 25/2009, que estabelecem, respetivamente, os princípios gerais para o controlo da segurança e qualidade dos géneros alimentícios e alimentos para animais e responsabilidade dos operadores e as normas gerais de higiene a que estão sujeitos os géneros alimentícios.

O Decreto-legislativo nº 3/2009 criou o Sistema Nacional de Controlo de Alimentos (SNCA). O funcionamento, a organização e a articulação entre as Autoridades Competentes, representantes dos operadores económicos e dos consumidores foi estabelecido pelo Decreto-lei nº 32/2010.

MAA
Ministério da Agricultura e Ambiente

DGASP
Direção Geral de Agricultura, Silvicultura e Pecuária

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Política alimentar

Sede: Praia, Santiago
<http://www.mdr.gov.cv>

A Direção-Geral de Agricultura, Silvicultura e Pecuária (DGASP) é a unidade orgânica do MAA com competência para participar na definição e aplicação das políticas da sanidade, de melhoramento, de proteção, de alimentação animal e de saúde pública veterinária, bem como, assegurar o diagnóstico, o controlo e a certificação sanitária dos animais e produtos de origem animal, a nível interno e destinados a troca com países terceiros. A DGASP é a autoridade veterinária nacional, o ponto focal da OIE e da SPS da OMC.

O MAA preside o Conselho Nacional para a Segurança Alimentar e Nutricional.

MEE
Ministério da Economia e do Emprego

DNEIC
**Direção Nacional de Energia,
Indústria e Comércio**

- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Ponto Focal da OMC

Sede: Praia, Santiago

A Direção Nacional de Energia, Indústria e Comércio (DNEIC) tem como atribuições a elaboração de propostas legislativas e regulamentares necessárias à prossecução dos objetivos das políticas para o sector da indústria e comércio e assegurar o cumprimento da legislação, assim como, propor, orientar, disciplinar o licenciamento das unidades industriais e comerciais e realizar vistoria e registo de empreendimentos comerciais e industriais.

ARFA
**Agência de Regulação e Supervisão dos
Produtos Farmacêuticos e Alimentar**

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos
- ▶ Ponto de Contato Codex
- ▶ Ponto de Contato RASFF
- ▶ Ponto Focal INFOSAN

Sede: Praia, Santiago
<http://www.arfa.cv>

A Agência de Regulação e Supervisão dos Produtos Farmacêuticos e Alimentar (ARFA) é a entidade reguladora independente, de base institucional, dotada de funções reguladoras, incluindo as de regulamentação, supervisão e sancionamento das infrações. Tem por finalidade principal a atividade administrativa de regulação técnica e económica dos sectores farmacêuticos e alimen-

tares, por forma a garantir a segurança sanitária dos alimentos e a segurança e qualidade dos medicamentos.

Tem ainda como função garantir o acesso a produtos alimentares de primeira necessidade.

A ARFA foi criada em outubro de 2004. Com a publicação da nova Lei das Entidades Reguladoras Independentes (ERI's) (Lei nº 14/VIII/2012), possibilitou a revisão e adequação dos novos Estatutos da Agência, através da publicação Decreto-Lei nº 22/2013, de 31 de Maio.

IGAE
**Inspeção-Geral das Atividades
Económicas**

- ▶ Gestão de riscos

Sede: Praia, Santiago
<http://www.igae.cv>

A Inspeção Geral das Atividades Económicas (IGAE) é a entidade dotada de autonomia administrativa e financeira que, enquanto órgão e autoridade de polícia criminal, visa garantir a legalidade da atuação dos agentes económicos, defender a saúde pública e a segurança dos consumidores, velando pelo cumprimento das leis, portarias, despachos e demais normas que disciplinam as atividades económicas, através de uma atuação fiscalizadora e preventiva. A IGAE recebe denúncias relacionadas com infrações antieconómicas ou contra a saúde pública.

DNEM
Direção-Nacional da Economia Marítima

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos

Sede: Praia, Santiago

A DNEM tem por competência a participação na formulação e definição de diplomas legislativos e regulamentares sobre a qualidade dos produtos da pesca; garantir o cumprimento das normas relativas à sanidade, legalidade e qualidade dos produtos de pesca, através do controlo e da fiscalização; bem como, licenciar os estabelecimentos industriais e comerciais do sector das pescas, incluindo atribuir a autorização sanitária às embarcações de pesca e autorizar a importação e exportação dos produtos da pesca.

A DNEM possui o Laboratório Oficial dos Produtos da Pesca (LOPP).

MSS
Ministério da Saúde e da Segurança Social**DNS**
Direção Nacional de Saúde

- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos

Sede: Praia, Santiago
<http://www.minsaude.gov.cv>

A DNS tem a competência de desenvolver a vigilância sanitária e epidemiológica no país, apoiada na rede nacional de laboratórios. As Delegacias de Saúde enquanto serviço de base territorial da DNS, exercem as atribuições autoridade sanitária e gestão sanitária a nível dos Concelhos.

INSP
Instituto Nacional de Saúde Pública

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos

Sede: Praia, Santiago
<http://www.minsaude.gov.cv>

O INSP é o instituto dotado de autonomia administrativa, financeira, patrimonial, científica e técnica. Tem como missão gerar, desenvolver e disseminar conhecimentos científicos e tecnológicos sobre a saúde e os seus determinantes. Tem atribuições em matéria de vigilância da saúde, atividades de vigilância epidemiológica em complementaridade com a DNS e da vigilância sanitária, no que se refere à qualidade e à segurança alimentar.

5.4 Guiné Bissau

MDR
Ministério do Comércio e Indústria

IGCA
Inspeção-Geral do Comércio e
Artesanato da Guiné Bissau

O Decreto Lei nº 62/92 estabelece a lei de segurança alimentar.

Guiné Bissau

5.5 Guiné Equatorial

MAF
Ministério de Agricultura e Florestas

A Direção-Geral dos Serviços Veterinários do Ministério da Agricultura e Florestas da Guiné Equatorial, controla a área Alimentar.

Guiné Equatorial

5.6 Moçambique



Moçambique

MASA
Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar

- ▶ Gestão de riscos
- Sede: Maputo
<http://www.masa.gov.mz>

O Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar (MASA) tem a responsabilidade do planeamento e execução da legislação e da política na área da Agricultura, Pecuária e Florestas.

DNV
Direção Nacional de Veterinária

A Direção Nacional de Veterinária é a entidade responsável pela implementação das medidas de proteção à saúde e de bem-estar animal, bem como pelos processos de certificação veterinária.

MISAU
Ministério da Saúde

- ▶ Ponto de Contato Codex
- Sede: Maputo
<http://www.misau.gov.mz>

A Portaria nº 51/84 do Ministério da Saúde regula a produção de alimentos. O Ministério da Saúde também é o ponto de contato para o Codex Alimentarius.

MIC
Ministério da Indústria e do Comércio

INAE
Inspeção Nacional das Atividades Económicas

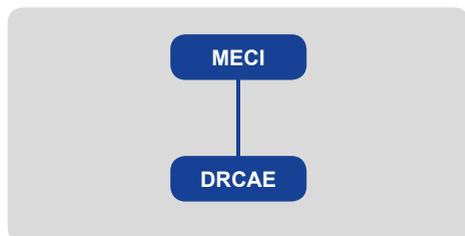
- ▶ Gestão de riscos
 - ▶ Comunicação de riscos
- Sede: Maputo

A Inspeção Nacional das Atividades Económicas (INAE) foi criada pelo Decreto Lei nº 45/2009. Sendo uma instituição pública de âmbito nacional, sob tutela do Ministério da Indústria e Comércio, tem como missão zelar pelo cumprimento da legalidade no exercício das atividades económicas e criar um bom ambiente de negócios no País.

As competências da INAE passam por fiscalizar todos os locais onde se proceda a qualquer atividade industrial, comercial ou de prestação de serviços. A INAE exerce controlo na produção, acondicionamento, transporte e comercialização dos géneros alimentícios, tendo também uma ação preventiva na área da segurança alimentar.

5.7 São Tomé e Príncipe (STP)

STP



DRCAE
 Direção de Regulação e
 Controle das Atividades Económicas

MECI
 Ministério da Economia e
 Cooperação Internacional

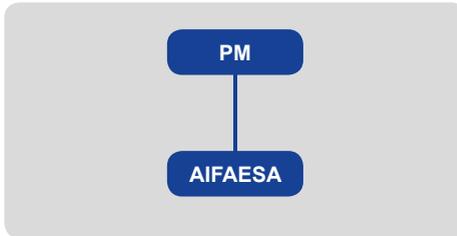
► Gestão de riscos

Sede: S. Tomé

O Decreto-Lei 1/2015 aprova a Lei Orgânica do XVI Governo Constitucional, criando o Ministério da Economia e Cooperação Internacional, do qual depende hierarquicamente a Direção de Regulação e Controlo das Atividades Económicas (DRCAE).

A DRCAE tem como missão promover a regulação, o controlo e a fiscalização de todas as atividades, alimentares e económicas, realizadas sobre o território nacional ou com elas relacionadas.

5.8 Timor Leste



PM Gabinete do Primeiro-Ministro

- ▶ Avaliação de riscos
- ▶ Gestão de riscos
- ▶ Comunicação de riscos

Sede: Dili
<http://timor-leste.gov.tl>

AIFAESA Autoridade de Inspeção e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar

A AIFAESA é o novo organismo que sucedeu à Inspeção das Atividades Económicas, entidade com a qual a ASAE tem Protocolo de Cooperação.

Em Reunião do Conselho de Ministros da República Democrática de Timor-Leste, de 24 de maio de 2016, foi aprovado o Decreto-lei que criou Autoridade de Inspeção e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar, e que entrou em funções em janeiro de 2017.

Trata-se de um instituto público, dotado de personalidade jurídica, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, sob a tutela e superintendência do Primeiro-Ministro.

A AIFAESA tem por missão assegurar a realização das atividades de controlo da qualidade dos géneros alimentares, das suas condições de transporte e das condições de salubridade dos locais de produção e comercialização dos mesmos, bem como de estabelecimentos e de locais de utilização pública, sendo responsável por eliminar, diminuir ou prevenir riscos para a saúde pública, bem como pela disciplina do exercício das atividades económicas nos sectores alimentar e não alimentar e de controlo em matéria de metrologia e padronização, mediante atividades de inspeção e de fiscalização do cumprimento da legislação sobre a matéria.

6 Glossário

<p>Água mineral</p> 	<p>Água engarrafada para consumo humano, seja a) água mineral natural; b) água de nascente; ou c) água da torneira tratada. A água mineral natural é água subterrânea que emerge do solo e contém uma certa quantidade de minerais. A água de nascente é também água subterrânea que emerge do solo mas, por seu lado, contém uma quantidade reduzida de minerais. O ícone não contempla água engarrafada para fins medicinais.</p>
<p>Água potável</p> 	<p>Água da torneira, destinada ao consumo humano.</p>
<p>Alimentação para animais</p> 	<p>Qualquer substância ou produto, incluindo aditivos, sejam processados na totalidade, parcialmente ou não processados, com o intuito de alimentar animais pela via oral (Recomendação da Comissão 2011/25/UE).</p>
<p>Alimentos ou bens alimentares</p>	<p>Produto ou substância processado na totalidade, parcialmente ou não processado, com o intuito ou expectativa razoável de ingestão por seres humanos (Regulamento (CE) nº 178/2002).</p>
<p>Autoridade competente</p>	<p>Organização a quem foi delegada, legalmente, a autoridade para executar uma função designada.</p>
<p>Avaliação de risco</p>	<p>Atividade científica que consiste na identificação e caracterização de perigos, avaliação da exposição e caracterização de riscos.</p>
<p>Biocida ou produto biocida</p>	<p>Substância ativa (ou preparações que contenham uma ou mais substâncias ativas) destinada a destruir, impedir ou exercer um efeito de controlo sobre organismos prejudiciais através de meios químicos ou biológicos. O termo biocida (ou produto biocida) implica que a substância ativa está presente numa forma ou produto passível de ser fornecido ao utilizador (cp. Diretiva 98/8/CE).</p>
<p>Codex Alimentarius</p>	<p>(“Código alimentar”, em Latim) – Conjunto de normas, diretrizes e códigos de conduta alimentares adotados internacionalmente. Embora as normas descritas no “Codex Alimentarius” não tenham cariz vinculativo, servem como diretriz para os regulamentos legais alimentares nacionais. O Codex Alimentarius segue um princípio em que os consumidores têm direito de presumir que os seus géneros alimentares são seguros, de boa qualidade e próprios para consumo. O Codex Alimentarius é redigido pela Comissão Codex Alimentarius, grupo de trabalho das Nações Unidas (FAO) e da Organização Mundial de Saúde (OMS), composto por 188 Membros Codex e 219 Observadores Codex.</p>
<p>Comunicação de riscos</p>	<p>Troca interativa de informações entre avaliadores de riscos, gestores de riscos, consumidores, empresas de géneros alimentícios e alimentos para animais, comunidade académica e outras partes interessadas no que diz respeito a perigos, riscos e perceção dos mesmos. A comunicação de riscos inclui também a explicação da avaliação científica dos riscos e das decisões de gestão de riscos.</p>

<p>Contaminante</p> 	<p>Qualquer substância acrescentada de forma não intencional aos géneros alimentícios, e que se encontra nos mesmos em resultado da produção (incluem-se operações levadas a cabo em tratamento de culturas, de animais e medicina veterinária), fabrico, processamento, preparação, tratamento, acondicionamento, embalagem, transporte ou armazenamento de tal género alimentício, ou em resultado de uma contaminação ambiental. Elementos estranhos, tais como, por exemplo, fragmentos de insetos, pelos de animais, etc., não estão abrangidos por esta definição (Regulamento (CEE) nº 315/93).</p>
<p>Diretiva da UE</p>	<p>As Diretivas da UE são atos legislativos da UE, e têm de ser implementadas na lei nacional pelos Estados-Membros.</p>
<p>Engenharia genética</p> 	<p>Todas as técnicas modernas de biologia molecular utilizadas para isolar, manipular e transferir genes de um organismo para outro.</p>
<p>Gestão de riscos</p>	<p>Processo de ponderação de alternativas políticas, tomada de decisões e implementação de procedimentos de controlo e inspeção, para lidar com os riscos associados à cadeia alimentar.</p>
<p>Higiene Alimentar</p>	<p>Cinco elementos-chave da higiene alimentar definidos pela OMS: 1) Prevenção da contaminação dos alimentos por patógenos transmitidos por pessoas, animais de estimação e pragas; 2) Separação dos alimentos crus e cozinhados, para evitar a contaminação dos alimentos cozinhados; 3) Cozinhar os alimentos pelo período adequado e à temperatura certa para matar patógenos; 4) Armazenamento dos alimentos à temperatura adequada; 5) Uso de água potável e matérias-primas seguras.</p>
<p>Instituições participantes na rede EFSA nos termos do artigo 36, Regulamento (CE) nº 178/2002</p>	<p>Organizações com aprovação para realizar trabalhos em nome da EFSA (por exemplo, recolha de dados, trabalhos preparatórios para a elaboração de pareceres científicos ou outros apoios científicos e técnicos). A EFSA distribui "convites à apresentação de propostas" que descrevam as questões de investigação que carecem de resposta, e as "Organizações do Artigo 36" podem candidatar-se a tal "tarefa". Uma lista atualizada das instituições envolvidas na rede EFSA nos termos do Artigo 36 do Regulamento (CE) nº 178/2002 está disponível na Internet em: https://www.efsa.europa.eu/sites/default/files/assets/art36listg.pdf</p>
<p>Novo alimento</p> 	<p>Os novos alimentos são alimentos e ingredientes alimentares que não foram utilizados para consumo humano na UE, de forma significativa, antes de 15 de maio de 1997. A fim de garantir o nível mais elevado de proteção da saúde humana, os novos alimentos devem ser submetidos a uma avaliação de segurança antes de serem colocados no mercado da UE. Apenas são autorizados para comercialização os produtos considerados seguros para consumo humano.</p>
<p>Planos de controlo plurianuais nacionais</p>	<p>Um plano de controlo plurianual nacional descreve a forma como certos aspetos do controlo e inspeção governamentais na área dos géneros alimentícios e alimentos para animais se organizam, efetuam e/ou implementam. Estão incluídos a frequência das inspeções, a distribuição das mesmas entre os sectores empresariais e operadores e o número de amostras a analisar.</p>

Ponto de Contacto do Codex	Os Pontos de Contacto do Codex servem de ligação entre o Secretariado do Codex Alimentarius e os Países-membros. Os Pontos de Contacto do Codex recebem todos os textos finais do Codex (normas, códigos de conduta, diretrizes e outros textos de consulta) e os documentos de trabalho das sessões do Codex, garantindo que os mesmos chegam às entidades relevantes nos seus próprios países.
Ponto de Contacto do RASFF	O Sistema de Alerta Rápido para os Géneros Alimentícios e Alimentos para Animais (RASFF) é uma ferramenta de troca de informações para uso das autoridades nacionais de controlo na UE. O RASFF tem 35 membros. Cada membro tem um Ponto de Contato para o RASFF. Sempre que um membro do RASFF obtiver informação sobre um risco sério para a saúde provindo de géneros alimentícios ou alimentos para animais, deve notificar imediatamente a Comissão Europeia através do RASFF. Os Estados-Membros têm, especificamente, de notificar a Comissão caso tomem medidas tais como a retirada ou recolha de produtos alimentícios ou de alimentos para animais do mercado, a fim de proteger a saúde dos consumidores, bem como informar se é necessária uma ação rápida. A Comissão transmite imediatamente a notificação a todos os membros da rede através dos pontos de contacto.
Ponto Focal da EFSA	Os Pontos Focais da EFSA servem de ligação entre a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (EFSA) e os Estados-Membros da UE e países vizinhos.
Produção primária de alimentos	Crescimento, cultivo, colheita, recolha ou captura de alimentos, por exemplo: colheita, abate, ordenha ou pesca. O termo produção primária de alimentos não inclui a transformação substancial de alimentos, por exemplo, o fabrico ou conserva, ou venda ou serviço de alimentos diretamente ao público.
Produtos fitofarmacêuticos ou Pesticidas	 Substâncias ativas e preparações que contenham uma ou mais substâncias ativas destinadas a protegerem as plantas (ou produtos delas derivados) contra organismos prejudiciais. O termo produto fitofarmacêutico (ou pesticida) implica que a substância ativa está presente numa forma ou produto que poderá ser fornecido ao utilizador. As substâncias ativas dos produtos fitofarmacêuticos podem também destruir plantas indesejadas ou influenciar processos de vida das plantas sem ser como nutriente: por exemplo, reguladores de crescimento.
REACH	Quadro regulamentar para o registo, avaliação e autorização de produtos químicos, para garantir uma maior segurança no fabrico e utilização de substâncias químicas.
Regulamento da UE	Os regulamentos da UE têm aplicação direta em todos os Estados-Membros da UE sem que o Estado-Membro tenha que os promulgar nas leis nacionais.
Resíduo	Substâncias presentes em ou nas plantas, produtos vegetais, produtos animais comestíveis ou água potável resultantes da utilização de produtos fitofarmacêuticos ou medicamentos veterinários, incluindo os seus metabolitos, produtos de degradação ou de reação.

Resíduos de produtos veterinários medicinais		Substâncias contidas em plantas, produtos vegetais, produtos ou água potável provenientes da utilização de medicamentos veterinários, incluindo metabolitos, produtos de decomposição e reação.
Segurança alimentar		A segurança alimentar assegura que o consumo de alimentos (de acordo com o uso a que se destina) não causa danos e/ou doenças transmitidas por alimentos ao consumidor. Uma higiene alimentar adequada contribui para uma elevada segurança alimentar; no entanto, o termo segurança alimentar inclui também a ausência de substâncias nocivas, tais como contaminantes ambientais ou resíduos de medicamentos veterinários.
Suplementos alimentares		Nutrientes ou outras substâncias com efeito nutricional ou fisiológico destinados a complementar a dieta normal. Os suplementos alimentares encontram-se habitualmente no mercado sob a forma de cápsulas, pastilhas, comprimidos, pilulas, saquetas de pó, ampolas de líquido, garrafas dispensadoras de gotas e outras formas semelhantes de líquidos e pós, concebidos para serem ingeridos em pequenas quantidades unitárias quantificadas (Diretiva 2002/46/CE).
Zoonose		Qualquer doença e/ou infeção que seja naturalmente transmissível, direta ou indiretamente, entre animais e seres humanos.

7 Lista de Abreviaturas

Albânia	FSVI	Instituti i Sigurise Ushqimore dhe Veterinarise	Instituto de Segurança Alimentar e Veterinária
	MARDWA	Ministria e Bujqesise, Zhvillimit Rural dhe Administrimit te Ujrave	Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Administração da Água
	MH	Ministria e Shendetesise	Ministério da Saúde
	NFA	Autoriteti Kombetar i Ushqimit	Autoridade Alimentar Nacional
	PHI	Instituti i Shendetit Publik	Instituto de Saúde Pública
	RDA	Drejtorite Rajonale te Bujqesise	Direções Regionais da Agricultura
Alemanha	BfR	Bundesinstitut für Risikobewertung	Instituto Federal Alemão de Avaliação de Riscos
	BMEL	Bundesministerium für Ernährung und Landwirtschaft	Ministério Federal da Alimentação e Agricultura
	BMUB	Bundesministerium für Umwelt, Naturschutz, Bau und Reaktorsicherheit	Ministerio Federal do Ambiente, da Conservação da Natureza e da Segurança Nuclear
	BVL	Bundesamt für Verbraucherschutz und Lebensmittelsicherheit	Serviço Federal de Proteção do Consumidor e da Segurança Alimentar
	RKI	Robert Koch-Institut	Instituto Robert Koch
	UBA	Umweltbundesamt	Agência Ambiental Federal
Angola	GIGC	Gabinete de Inspeção Geral do Comércio	Gabinete de Inspeção Geral do Comércio
	GSA	Gabinete de Segurança Alimentar	Gabinete de Segurança Alimentar
	MC	Ministério do Comércio	Ministério do Comércio
	MI	Ministério do Interior	Ministério do Interior
	MINAGRI	Ministério da Agricultura	Ministério da Agricultura
	SIC	Serviço de Investigação Criminal	Serviço de Investigação Criminal
Antiga República Jugoslava da Macedónia (MK)	FVA	Агенција за храна и ветеринарство	Agência Alimentar e Veterinária
	FVMS	Факултет за ветеринарна медицина	Faculdade de Medicina Veterinária
	IPH	Институт за јавно здравје	Instituto de Saúde Pública
	MAFWE	Министерство за земјоделство, шумарство и водостопанство	Ministério da Agricultura, Silvicultura e Economia da Água
	MoH	Министерство за здравство	Ministério da Saúde
	SPL	Државна фитосанитарна лабораторија	Laboratório Nacional Fitossanitário

Áustria	AGES	Österreichische Agentur für Gesundheit und Ernährungssicherheit	Agência Austríaca para a Saúde e Segurança Alimentar
	BAES	Bundesamt für Ernährungssicherheit	Serviço Federal para a Segurança Alimentar
	BMGF	Bundesministerium für Gesundheit und Frauen	Ministério da Saúde e da Mulher
	BMLFUW	Bundesministerium für Land- und Forstwirtschaft, Umwelt und Wasserwirtschaft	Ministério Federal da Agricultura, Silvicultura, Ambiente e Gestão da Água
Bélgica	CODA-CERVA	Centre d'étude et de recherches vétérinaires et agrochimiques	Centro de Investigação Veterinária e Agroquímica
	FASFC	Agence fédérale pour la sécurité de la chaîne alimentaire	Agência Federal para a Segurança da Cadeia Alimentar
	FPS	Service public fédéral, santé publique, sécurité de la chaîne alimentaire et environnement	Serviço Público Federal para a Saúde, Segurança da Cadeia Alimentar e Ambiente
	WIV-ISP	Institut scientifique de santé publique	Instituto Científico de Saúde Pública
Bósnia e Herzegovina (BiH)	FSA BiH	Agencija za sigurnost hrane BiH	Agência de Segurança Alimentar da Bósnia e Herzegovina
	MoFTER	Ministarstvo vanjske trgovine i ekonomskih odnosa BiH	Ministério do Comércio Externo e das Relações Económicas da Bósnia e Herzegovina
	PHPA BiH	Uprava BiH za zaštitu zdravlja bilja	Administração da Bósnia e Herzegovina para a Proteção da Saúde das Plantas
	VO BiH	Kancelarija za veterinarstvo BiH	Serviço Veterinário da Bósnia e Herzegovina
Brasil	ANVISA	Autoridade Nacional de Vigilância Sanitária	Autoridade Nacional de Vigilância Sanitária
	Inmetro	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
	MAPA	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
	MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
	MJ	Ministério da Justiça	Ministério da Justiça
	MS	Ministério da Saúde	Ministério da Saúde
	SNC	Secretaria Nacional do Consumidor	Secretaria Nacional do Consumidor
Bulgária	BFSA	Българска агенция по безопасност на храните	Agência de Segurança Alimentar da Bulgária
	MAF	Министерство на земеделието и храните	Ministério da Agricultura e da Alimentação
	MH	Министерство на здравеопазването	Ministério da Saúde

Bulgária	MOEW	Министерство на околната среда и водите	Ministério do Ambiente e da Água
	NCPHA	Национален център по общественото здраве и анализи	Centro Nacional de Saúde Pública e Análise
	RAC	Център за оценка на риска	Centro de Avaliação de Risco
Cabo Verde	ARFA	Agência de Regulação e Supervisão dos Produtos Farmacêuticos e Alimentar	Agência de Regulação e Supervisão dos Produtos Farmacêuticos e Alimentar
	DGASP	Direção Geral de Agricultura, Silvicultura e Pecuária	Direção Geral de Agricultura, Silvicultura e Pecuária
	DNEIC	Direção Nacional de Energia, Indústria e Comércio	Direção Nacional de Energia, Indústria e Comércio
	DNEM	Direção-Nacional da Economia Marítima	Direção-Nacional da Economia Marítima
	DNS	Direção Nacional de Saúde	Direção Nacional de Saúde
	IGAE	Inspeção-Geral das Atividades Económicas	Inspeção-Geral das Atividades Económicas
	INSP	Instituto Nacional de Saúde Pública	Instituto Nacional de Saúde Pública
	MAA	Ministério da Agricultura e Ambiente	Ministério da Agricultura e Ambiente
	MEE	Ministério da Economia e do Emprego	Ministério da Economia e do Emprego
	MSS	Ministério da Saúde e da Segurança Social	Ministério da Saúde e da Segurança Social
Chipre	MOA	Υπουργείο Γεωργίας, Αγροτικής Ανάπτυξης και Περιβάλλοντος	Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Ambiente
	MOH	Υπουργείου Υγείας	Ministério da Saúde
Croácia	HAH	Hrvatska agencija za hranu	Agência Alimentar Croata
	MA	Ministarstvo poljoprivrede	Ministério da Agricultura
	MH	Ministarstvo zdravlja	Ministério da Saúde
Dinamarca	AgriFish	NaturErhvervstyrelsen	Agência Dinamarquesa de Agricultura e Pescas
	DTU	Fødevareinstituttet, Danmarks Tekniske Universitet	Instituto Nacional Alimentar, Universidade Técnica da Dinamarca
	DCA	Nationalt Center for Fødevarer og Jordbrug, Aarhus Universitet	Centro Dinamarquês para a Alimentação e Agricultura
	DCE	Nationalt Center for Miljø og Energi, Aarhus Universitet	Centro Dinamarquês para o Ambiente e Energia
	DVFA	Fødevarestyrelsen	Administração Veterinária e Alimentar Dinamarquesa
	MEFD	Miljø- og Fødevareministeriet	Ministério do Ambiente e da Alimentação da Dinamarca
	UCPH	Københavns Universitet	Universidade de Copenhaga

Eslováquia	MPRV-SR	Ministerstvo pôdohospodárstva a rozvoja vidieka Slovenskej republiky	Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural da Eslováquia
	MZ-SR	Ministerstvo zdravotníctva Slovenskej republiky	Ministério da Saúde da Eslováquia
	ŠVPS-SR	Štátna veterinárna a potravinová správa Slovenskej republiky	Administração Veterinária e Alimentar da Eslováquia
	ÚKSÚP	Ústredný kontrolný a skúšobný ústav poľnohospodársky	Instituto Central de Controlo e Testes Agrícolas
	ÚVZ-SR	Úrad verejného zdravotníctva Slovenskej republiky	Autoridade de Saúde Pública da Eslováquia
	VÚP	Výskumný ústav potravinársky	Instituto de Investigação Alimentar
Eslovénia	FURS		Administração Financeira
	IRSKGLR	Inšpektorat RS za kmetijstvo, gozdarstvo, lovstvo in ribištvo	Inspeção Eslovena para a Agricultura, Silvicultura, Caça e Pescas
	MF	Ministrstvo za Finance	Ministério das Finanças
	MKGP	Ministrstvo za kmetijstvo, gozdarstvo in prehrano	Ministério da Agricultura, Silvicultura e Alimentação
	MZ	Ministrstvo za zdravje	Ministério da Saúde
	UVHVVR	Uprava za Varno Harno, Veterinarstvo in Varstvo Rastlin	Administração da Segurança Alimentar, da Veterinária e Fitossanidade
	ZIRS	Zdravstveni inšpektorat Republike Slovenije	Inspeção de Saúde da Eslovénia
Espanha	AECOSAN	Agencia Española de Consumo, Seguridad Alimentaria y Nutrición	Agência Espanhola para os Assuntos do Consumidor, Segurança Alimentar e Nutricional
	MAPAMA	Ministerio de Agricultura y Pesca, Alimentación y Medio Ambiente	Ministério da Agricultura e Pescas, Alimentação e Ambiente
	MSSSI	Ministerio de Sanidad, Servicios Sociales e Igualdad	Ministério da Saúde, Serviços Sociais e Igualdade
Estónia	MEM	Maaeluministeerium	Ministério dos Assuntos Rurais
	PMA	Põllumajandusamet	Conselho Agrícola
	SM	Sotsiaalministeerium	Ministério dos Assuntos Sociais
	TA	Terviseamet	Conselho de Saúde
	VTA	Veterinaar- ja Toiduamet	Conselho Veterinário e Alimentar
Finlândia	Evira	Elintarviketurvallisuusvirasto	Autoridade Finlandesa para a Segurança Alimentar
	–	Tulli	Serviços Alfandegários Finlandeses
	MMM	Maa- ja Metsätalousministeriö	Ministério da Agricultura e Silvicultura

Finlândia	STM	Sosiaali- ja Terveysministeriö	Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais
	Tukes	Turvallisuus- ja kemikaalivirasto	Agência Finlandesa de Segurança e Produtos Químicos
	Valvira	Sosiaali- ja terveystalantolupa- ja valvontavirasto	Autoridade Nacional de Supervisão do Bem-Estar e da Saúde
França	ANSES	Agence nationale de sécurité sanitaire de l'alimentation, de l'environnement et du travail	Agência Francesa para a Alimentação, Ambiente e Saúde e Segurança no Trabalho
	HCB	Haut Conseil des Biotechnologies	Conselho Superior de Biotecnologia
	MAAF	Ministère de l'Agriculture, de l'Agroalimentaire et de la Forêt	Ministério da Agricultura, Silvicultura e Agroalimentar
	MAS	Ministère des Affaires sociales et de la Santé	Ministério da Saúde e dos Assuntos Sociais
	MEF	Ministère de l'Économie, de l'Industrie et du Numérique	Ministério da Economia, Indústria e Assuntos Digitais
Grécia	EFET	Ενιαίος Φορέας Ελέγχου Τροφίμων	Autoridade Alimentar Helénica
	EOF	Εθνικός Οργανισμός Φαρμάκων	Organização Nacional dos Medicamentos
	YAAT	Υπουργείο Αγροτικής Ανάπτυξης και Τροφίμων	Ministério do Desenvolvimento Rural e da Alimentação
	YY	Υπουργείο Υγείας	Ministério da Saúde
Guiné Bissau	IGCA	Inspeção-Geral do Comércio e Artesanato da Guiné Bissau	Inspeção-Geral do Comércio e Artesanato da Guiné Bissau
	MDR	Ministério do Comércio e Indústria	Ministério do Comércio e Indústria
Guiné Equatorial	MAF	Ministério de Agricultura e Florestas	Ministério de Agricultura e Florestas
Hungria	EMMI	Emberi Erőforrások Minisztériuma	Ministério das Capacidades Humanas
	FM	Földművelésügyi Minisztérium	Ministério da Agricultura
	ME	Miniszterelnöki Hivatal	Gabinete do Primeiro-Ministro
	NÉBIH	Nemzeti Élelmiszerlánc-biztonsági Hivatal	Gabinete Nacional de Segurança da Cadeia Alimentar
	NFM	Nemzeti Fejlesztési Minisztérium	Ministério do Desenvolvimento Nacional
Irlanda	DAFM	Department of Agriculture, Food and the Marine	Ministério da Agricultura, da Alimentação e do Mar
	DoH	Department of Health	Ministério da Saúde
	HSE	Health Service Executive	Serviço de Saúde
	FSAI	Food Safety Authority of Ireland	Autoridade de Segurança Alimentar da Irlanda

Irlanda	MI	Marine Institute	Instituto do Mar
	NSAI	National Standards Authority of Ireland	Autoridade Nacional de Normas da Irlanda
	SEPA	Sea-Fisheries Protection Authority	Autoridade para a Proteção das Pescas no Mar
Islândia	ANR	Atvinnuvega- og nýsköpunar-ráðuneytið	Ministério das Indústrias e da Inovação
	MAST	Matvælastofnun	Autoridade Alimentar e Veterinária da Islândia
	Mafís Ltd.	Mafís Ltd.	Instituto de Alimentar e de Biotecnologia da Islândia
Itália	ISS	Istituto Superiore di Sanità	Instituto Nacional de Saúde
	MdS	Ministerio della Salute	Ministério da Saúde
	MiPAAF	Ministero delle Politiche Agricole, Alimentari e Forestali	Ministério das Políticas Agrícolas, Alimentares e Florestais
Kosovo	FVA	Agjencia e Ushqimit dhe Veterinarisë	Agência Alimentar e Veterinária
	MAFRD	Ministria e Bujqësisë, Pylltarisë dhe Zhvillimit Rural	Ministério da Agricultura, da Silvicultura e das Políticas de Desenvolvimento Rural
	MoH	Ministria e Shëndetësisë	Ministério da Saúde
Letónia	BIOR	Pārtikas Drošības Dzīvnieku Veselības un Vides Zinātniskais Institūts	Instituto de Segurança Alimentar, Saúde Animal e Ambiente
	PVD	Pārtikas un Veterinārais Dienests	Serviço Alimentar e Veterinário
	SPKC	Slimību Profilakses un Kontroles Centrs	Centro de Prevenção e Controlo de Doenças
	VAAD	Valsts Augu Aizsardzības Dienests	Serviço Estatal de Proteção das Plantas
	VM	Veselības Ministrija	Ministério da Saúde
	ZM	Zemkopības Ministrija	Ministério da Agricultura
Lituânia	NMVRVI	Nacionalinis maisto ir veterinarijos rizikos vertinimo institutas	Instituto Nacional de Avaliação de Riscos Alimentares e Veterinários
	SAM	Sveikatos Apsaugos Ministerija	Ministério da Saúde
	SMLPC	Sveikatos mokymo ir ligų prevencijos centras	Centro de Educação em Saúde e Prevenção de Doenças
	VAT	Valstybinė augalininkystės tarnyba prie Žemės ūkio ministerijos	Serviço Estatal das Plantas
	VMVT	Valstybinė maisto ir veterinarijos tarnyba	Serviço Estatal da Alimentação e Veterinária
	ŽŪM	Žemės Ūkio Ministerija	Ministério da Agricultura
Luxemburgo	ASTA	Administration des services techniques de l'agriculture	Administração de Serviços Técnicos Agrícolas
	ASV	Administration des services vétérinaires	Administração de Serviços Veterinários

Luxemburgo	DIR SAN	Direction de la santé	Direção de Saúde Pública
	MAVDR	Ministère de l'Agriculture, de la Viticulture et du Développement rural	Ministério da Agricultura, Viticultura e Desenvolvimento Rural
	MS	Ministère de la Santé	Ministério da Saúde
	OSQCA	Organisme pour la sécurité et la qualité de la chaîne alimentaire	Organização para a Segurança e Qualidade da Cadeia Alimentar
Malta	FSC	Food Safety Commission	Comissão para a Segurança Alimentar
	MCCAA	Malta Competition and Consumer Affairs Authority	Autoridade da Concorrência e Assuntos do Consumidor de Malta
	MHEC	Ministry for Health, the Elderly and Community Care	Ministério para a Saúde, os Idosos e os Cuidados Comunitários
	MSDEC	Ministry for Sustainable Development, the Environment and Climate Change	Ministério do Desenvolvimento Sustentável, Ambiente e Alterações Climáticas
Moçambique	DNV	Direção Nacional de Veterinária	Direção Nacional de Veterinária
	INAE	Inspeção Nacional das Atividades Económicas	Inspeção Nacional das Atividades Económicas
	MASA	Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar	Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar
	MIC	Ministério da Indústria e do Comércio	Ministério da Indústria e do Comércio
	MISAU	Ministério da Saúde	Ministério da Saúde
Montenegro	AFSVP	Uprava za bezbjednost hrane, veterinu i fitosanitarne poslove	Administração para a Segurança Alimentar, Assuntos Veterinários e Fitossanitários
	MARD	Ministarstvo Poljoprivrede i Ruralnog Razvoja	Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural
Noruega	HOD	Helse- og omsorgsdepartementet	Ministério da Saúde e Prestação de Cuidados
	KLD	Klima- og miljødepartementet	Ministério do Clima e do Ambiente
	LMD	Landbruks- og matdepartementet	Ministério da Agricultura e da Alimentação
	Mattilsynet	Statens tilsyn for planter, fisk, dyr og næringsmidler	Autoridade de Segurança Alimentar da Noruega (NFSA)
	Miljødirektoratet	Miljødirektoratet	Agência Norueguesa do Ambiente
	NFD	Nærings- og fiskeridepartementet	Ministério do Comércio, Indústria e Pescas
	VKM	Vitenskapskomiteén for mattrygghet	Comissão Científica da Noruega para a Segurança Alimentar

Países Baixos	CVI	Central Veterinary Institute	Instituto Central de Veterinária
	EZ	Ministerie van Economische Zaken	Ministério dos Assuntos Económicos
	NVWA	Nederlandse Voedsel- en Warenautoriteit	Autoridade de Segurança Alimentar e dos Produtos de Consumo dos Países Baixos
	RIKILT	Instituut voor Voedselveiligheid	Instituto de Segurança Alimentar
	RIVM	Rijksinstituut voor Volksgezondheid en Milieu	Instituto Nacional de Saúde Pública e Ambiente
	VWS	Ministerie van Volksgezondheid, Welzijn en Sport	Ministério da Saúde, Bem-Estar e Desporto
Polónia	CS do MF		Serviço Aduaneiro do Ministério das Finanças
	GIS do MZ	Główny Inspektorat Sanitarny	Direção-Geral dos Serviços de Inspeção Sanitária do Ministério da Saúde
	IZZ	Instytut Żywności i Żywienia	Instituto Nacional da Alimentação e Nutrição
	MRiRW	Ministerstwo Rolnictwa i Rozwoju Wsi	Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural
	NIZP-PZH	Narodowy Instytut Zdrowia Publicznego – Państwowy Zakład Higieny	Instituto Nacional de Saúde Pública – Instituto Nacional de Higiene
	PIWET	Państwowy Instytut Weterynaryjny – Państwowy Instytut Badawczy	Instituto Nacional de Investigação Veterinária
	UOKiK	Urząd Ochrony Konkurencji i Konsumentów	Autoridade da Concorrência e da Proteção ao Consumidor
Portugal	ASAE	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica	Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
	DGAV	Direção-Geral de Alimentação e Veterinária	Direção-Geral da Alimentação e Veterinária
	MAFDR	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
	ME	Ministério da Economia	Ministério da Economia
Reino Unido	Defra	Department for Environment, Food and Rural Affairs	Ministério do Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais
	FSA	Food Standards Agency (England, Wales & Northern Ireland)	Agência de Normas Alimentares (Inglaterra, País de Gales e Irlanda do Norte)
	FSS	Food Standards Scotland (Scotland)	Agência para as Normas Alimentares da Escócia (Escócia)
República Checa	MZ	Ministerstvo Zdravotnictví České Republiky	Ministério da Saúde
	MZE	Ministerstvo Zemědělství	Ministério da Agricultura

Roménia	ANPC	Autoritatea Națională pentru Protecția Consumatorilor	Autoridade Nacional para a Proteção do Consumidor
	ANSVSA	Autoritatea Națională Sanitară Veterinară și pentru Siguranța Alimentelor	Autoridade Nacional Sanitária, Veterinária e de Segurança Alimentar
	MADR	Ministerul Agriculturii si Dezvoltării Rurale	Ministério da Agricultura e do Desenvolvimento Rural
	MMAP	Ministerul Mediului, Apelor si Padurilor	Ministério do Ambiente, Água e Florestas
	MS	Ministerul Sănătății	Ministério da Saúde
São Tomé e Príncipe (STP)	DRCAE	Direção de Regulação e Controle das Atividades Económicas	Direção de Regulação e Controle das Atividades Económicas
	MECI	Ministério da Economia e Cooperação Internacional	Ministério da Economia e Cooperação Internacional
Sérvia	DNRL	Direkcija za nacionalne referentne laboratorije	Direção dos laboratórios de Referência Nacional
	MAEP	Ministarstvo poljoprivrede i zaštite životne sredine	Ministro da Agricultura e Proteção Ambiental
	MH	Ministarstvo zdravlja	Ministério da Saúde
	PPD	Uprava za zaštitu bilja	Direção para a Proteção das Plantas
	VD	Uprava za veterinu	Direção Veterinária
Suécia	JV	Jordbruksverket	Conselho Sueco de Agricultura
	LV	Livsmedelsverket	Agência Alimentar Nacional
	SVA	Statens Veterinärmedicinska Anstalt	Instituto Nacional Sueco de Veterinária
Suíça	FFCU	Bundeseinheit für die Lebensmittelkette	Unidade Federal da Cadeia Alimentar
	FSVO	Bundesamt für Lebensmittelsicherheit und Veterinärwesen	Serviço Federal de Segurança Alimentar e Veterinária
	FOAG	Bundesamt für Landwirtschaft	Serviço Federal de Agricultura
Timor Leste	AIFAESA	Autoridade de Inspeção e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar	Autoridade de Inspeção e Fiscalização da Atividade Económica, Sanitária e Alimentar
	PM	Gabinete do Primeiro-Ministro	Gabinete do Primeiro-Ministro
Turquia	BÜGEM	Bitkisel Üretim Genel Müdürlüğü	Direção-Geral de Produção de Plantas
	GKGM	Gıda ve Kontrol Genel Müdürlüğü	Direção Geral de Alimentação e Controlo
	GTHB	Gıda Tarım ve Hayvancılık Bakanlığı	Ministério da Alimentação, Agricultura e Pecuária
	SB	Sağlık Bakanlığı	Ministério da Saúde
	TAGEM	Tarımsal Araştırmalar Ve Politikalar Genel Müdürlüğü	Direção-Geral de Investigação e Política Agrícolas

Bundesinstitut für Risikobewertung (BfR)
(Instituto Federal Alemão de Avaliação de Riscos)
Max-Dohrn-Straße 8–10
10589 Berlin, ALEMANHA

Telefone +49 30 18412-0
Fax +49 30 18412-4741
international@bfr.bund.de
www.bfr.bund.de/en

